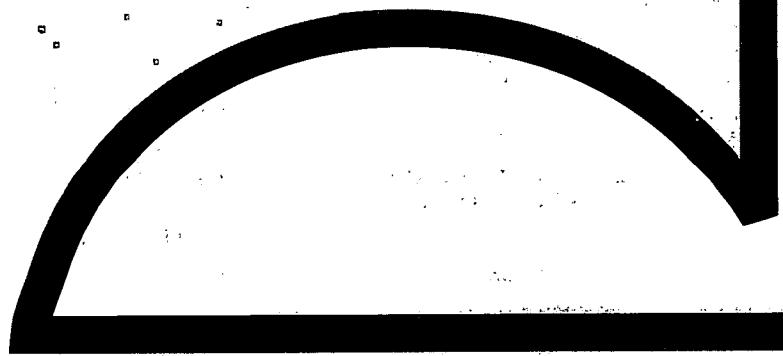


**EXEMPLAR ÚNICO**



**República Federativa do Brasil**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

**ANO LIV - Nº 089**

**QUARTA-FEIRA, 2 DE JUNHO DE 1999**

**BRASÍLIA - DF**

**EXEMPLAR ÚNICO**

MESA

<b>Presidente</b> <i>Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</i> <b>1º Vice-Presidente</b> <i>Geraldo Melo - PSDB - RN</i> <b>2º Vice-Presidente</b> <i>Ademir Andrade - Bloco - PA</i> <b>1º Secretário</b> <i>Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</i> <b>2º Secretário</b> <i>Carlos Patrocínio - PFL - TO</i>	<b>3º Secretário</b> <i>Nabor Júnior - PMDB - AC</i> <b>4º Secretário</b> <i>Casildo Maldaner - PMDB - SC</i>  <b>Suplentes de Secretário</b> <i>1º Eduardo Suplicy - Bloco - SP</i> <i>2º Lúdio Coelho - PSDB - MS</i> <i>3º Jonas Pinheiro - PFL - MT<sup>(1)</sup></i> <i>4º Marluce Pinto - PMDB - RR</i>
--	--

(\*) Licenciado a partir do dia 4-5-99

<b>CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b> <b>Corregedor<sup>(1)</sup></b> <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i> <b>Corregedores Substitutos<sup>(1)</sup></b> <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Vago</i> <i>Lúcio Alcântara - PSDB - CE</i>	<b>PROCURADORIA PARLAMENTAR</b> <b>Procuradores<sup>(2)</sup></b> <i>Nabor Júnior - PMDB - AC</i> <i>Vago</i> <i>Emilia Fernandes - Bloco - RS</i> <i>Vago</i> <i>Lauro Campos - Bloco - DF</i>
--	---

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO GOVERNO	LIDERANÇA DO PMDB - 26	LIDERANÇA DO PSDB - 16
<b>Líder</b> <i>Fernando Bezerra</i>	<b>Líder</b> <i>Jader Barbalho</i>	<b>Líder</b> <i>Sérgio Machado</i>
<b>Vice-Líderes</b> <i>Vago</i> <i>Vago</i>	<b>Vice-Líderes</b> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i>	<b>Vice-Líderes</b> <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i>
<b>LIDERANÇA DO PFL - 21</b>	<b>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO - 14</b>	<b>LIDERANÇA DO PPB - 3</b>
<b>Líder</b> <i>Hugo Napoleão</i>	<b>Líder</b> <i>Marina Silva</i>	<b>Líder</b> <i>Leomar Quintanilha</i>
<b>Vice-Líderes</b> <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i>	<b>Vice-Líderes</b> <i>Sebastião Rocha</i> <i>Roberto Freire</i> <i>José Eduardo Dutra</i>	<b>Vice-Líder</b> <i>Vago</i>
		<b>LIDERANÇA DO PTB - 1</b>
		<b>Líder</b> <i>Arlindo Porto</i>

(1) Reeletos em 2-4-97

(2) Designação: 16 e 23-11-95

EXPEDIENTE

<i>Agaciel da Silva Maia</i> <b>Diretor-Geral do Senado Federal</b> <i>Claudionor Moura Nunes</i> <b>Diretor da Secretaria Especial de Edição e Publicações</b> <i>Júlio Werner Pedrosa</i> <b>Diretor da Subsecretaria Industrial</b>	<i>Raimundo Carreiro Silva</i> <b>Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</b> <i>Marcia Maria Corrêa de Azevedo</i> <b>Diretora da Subsecretaria de Ata</b> <i>Denise Ortega de Baere</i> <b>Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</b>
---	---

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 67ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 1º DE JUNHO DE 1999

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1999 (nº 3.961/97, na Casa de origem), que estabelece normas para o uso médico das próteses de silicône e dá outras providências. À Comissão de Assuntos Sociais.....

14123

##### 1.2.2 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 138/99, de 31 de maio último, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 95, de 1996 (nº 2.498/96, naquela Casa), de autoria do Senador José Bonifácio, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Tocantinópolis, Estado do Tocantins e dá outras providências.....

14124

Nº 139/99, de 31 de maio último, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 1993 (nº 4.906/95, naquela Casa), de autoria do Senador César Dias, que altera o art. 19 da Lei nº 6.001, de 1973, dispondo sobre o processo para a demarcação das terras indígenas, e dá outras providências.....

14124

Nº 140/99, de 31 de maio último, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 1996 (nº 2.431/96, naquela Casa), de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Alto Alegre, no Estado de Roraima.

14124

##### 1.2.3 – Pareceres

Nº 301, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 116, de 1999, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, o nome do Sr. Jorge Tadeo Flaquer Scartezzini, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Cid Flaquer Scartezzini.....

14124

Nº 302, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 117, de 1999, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, o nome da Dra. Eliana Calmon Alves, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de

Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Adhemar Ferreira Maciel. ....

14129

Nº 303, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 118, de 1999, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, o nome do Sr. Francisco de Melo Falcão Neto, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro José Anselmo de Figueiredo Santiago.....

14139

Nº 304, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 122, de 1999, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, o nome do Sr. Paulo Benjamin Fragoso Galloti, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Romildo Bueno de Souza. ....

14143

##### 1.2.4 – Leitura de Projetos

Projeto de Lei do Senado nº 389, de 1999, de autoria da Senadora Luzia Toledo, que altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 1º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. ....

14148

Projeto de Lei do Senado nº 390, de 1999, de autoria da Senadora Luzia Toledo, que altera os arts. 215, 216 e 231 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. ....

14148

##### 1.2.5 – Leitura de Indicação

Nº 2, de 1999, de autoria da Senadora Luzia Toledo, solicitando a esta Casa o patrocínio de um concurso de monografias sobre o Senado Federal. À Comissão Diretora. ....

14150

##### 1.2.6 – Comunicação da Presidência

Recebimento do Ofício nº 1.933/99, na origem, de 31 de maio último, do Banco Central do Brasil, encaminhando relação das operações de crédito de Estados, do Distrito Federal e de Municípios analisadas no mês de março de 1999, esclarece, ainda, que foram autorizadas vinte e uma operações de dívida fundada, vinte e quatro

de ARO, tendo sido, ainda, indeferidas quatorze operações de dívida fundada e dezesseis de ARO, no referido período (Diversos nº 33, de 1999). À Comissão de Assuntos Econômicos.....

#### 1.2.7 – Discursos do Expediente

**SENADOR RAMEZ TEBET** – Regozijo com a inauguração do primeiro trecho da Ferro-Norte, ontem, em solenidade realizada na cidade de Chapadão do Sul-MS.

**SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – Congratulações à equipe que participou da elaboração do 1º Zoneamento Agroecológico do Tocantins. Expectativas pela viabilização de financiamento do "Projeto Ribori" no Estado do Tocantins, para a construção de 1300km de rodovias pavimentadas e de 170 novas pontes.....

**SENADORA EMILIA FERNANDES** – Registro do V Encontro do Fórum de Mulheres do Mercosul, realizado na cidade de Montevidéu, entre os dias 23 a 25 de maio próximo passado. ....

#### 1.2.8 – Comunicação da Presidência

Designação dos membros para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de acordo com as indicações recebidas das Lideranças Partidárias. ....

#### 1.2.9 – Homenagem ao Presidente da Assembléia da República Portuguesa, Deputado Antonio de Almeida Santos

##### – Oradores:

Senador Lúcio Alcântara .....  
Deputado Antônio de Almeida Santos.....  
Fala associativa da Presidência (Senador Antonio Carlos Magalhães) .....

#### 1.2.10 – Ofícios

Nºs 893 a 896/99, de 1º do corrente, do Líder do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 1.801-13, 1.823-1, 1.824-1 e 1.826, de 1999, respectivamente. ....

#### 1.2.11 – Leitura de projeto

Projeto de Resolução nº 61, de 1999, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, que modifica o inciso I do § 2º do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, que trata da retirada das proposições. À publicação.....

#### 1.2.12 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante à Mesa, ao Projeto de Resolução nº 61, de 1999, lido anteriormente.....

#### 1.2.13 – Leitura de requerimento

Nº 291, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Pastor Jaime Wright. Usam da palavra os Srs. Pedro Simon e Tião Viana. Será votado após a Ordem do Dia.....

14150

#### 1.3 – ORDEM DO DIA

##### Item 1

Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1999 – Complementar (nº 250/98 – Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e emprego das Forças-Armadas. **Aprovado**, tendo usado da palavra os Senhores José Eduardo Dutra, Francelino Pereira, Jáder Barbalho, Pedro Piva, Gerson Camata, Roberto Requião e Sebastião Rocha (votação nominal). À sanção. ....

14173

14151

##### Item 2

Requerimento nº 245, de 1999, de autoria do Senador Paulo Hartung, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta das Proposta de Emenda à Constituição nºs 29 e 39, de 1999, por versarem sobre critérios de distribuição da parcela do ICMS, pertencente aos Municípios. **Aprovado**. As matérias retornam à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. ....

14181

14154

##### Item 3

Requerimento nº 246, de 1999, de autoria do Senador Geraldo Cândido, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 165, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão, que dispõe sobre a preservação da concepção urbanística da Capital Federal e dá outras providências, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também a de Serviços de Infra-Estrutura. **Aprovado**. O projeto vai à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e, posteriormente, à Comissão de Educação, em decisão terminativa....

14182

14163

##### Item 4

Requerimento nº 247, de 1999, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, solicitando, nos termos regimentais, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 299, de 1999, de sua autoria, que acrescenta alínea ao art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações). **Aprovado**. Ao arquivo. ....

14182

14164

1.3.1. – Matéria apreciada após a Ordem do Dia

14182

14166

Requerimento nº 291, de 1999, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado**. ....

14182

14168

1.3.2 – Leitura de requerimento

14182

14170

Nº 292, de 1999, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento do atleta João Carlos de Oliveira, o João do Pulo, dia 29 de maio último. **Aprovado**. ....

14182

14171

Nº 293, de 1999, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando ao Ministro de Estado do Trabalho as informações que menciona. À Mesa para decisão. ....

14183

14171

**1.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia**

**SENADOR IRIS REZENDE** – Reivindicação dos pequenos agricultores junto ao Governo Federal, no sentido de que sejam refinanciadas suas dívidas contraídas com o Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO..... 14183

**SENADOR BLAIRO MAGGI** – Relatório de participação no "caminhonaço" – movimento dos agricultores que visa aumentar as áreas de plantio no Estado de Mato Grosso, empreendida juntamente com o Senador Gilvam Borges. Apelo às autoridades governamentais para a devida atenção às necessidades dos agricultores que vivem à margem da BR-163..... 14185

**SENADOR OSMAR DIAS** – Apoio ao pleito dos produtores, trabalhadores e fornecedores da indústria do álcool para a revitalização do setor.....

**SENADOR PEDRO PIVA** – como Líder – Homenagem ao Dr. Adib Jatene, que aposentou-se da cátedra da Faculdade de Medicina de São Paulo e da direção do Instituto do Coração.....

**SENADOR EDUARDO SUPILY** – Justificativas ao Requerimento nº 293/99, de informações ao Ministro do Trabalho, sobre os critérios para concessão de vistos de trabalho para estrangeiros, lido na presente sessão. Considerações sobre o acordo entre o Banco do Brasil e a Rede Manchete.....

**SENADOR ROBERTO FREIRE** – Comentários à decisão do Banco Central que considerou o Estado de Pernambuco inadimplente, em virtude deste ter decretado sem efeito todos os atos praticados em operações de letras financeiras pelo Estado.....

**SENADOR ROMERO JUCÁ** – Presença no Brasil da Presidente da República da Guiana, Sra. Janete Jagan.....

**1.3.4 – Discursos encaminhados à publicação**

**SENADOR MAGUITO VILELA** – Apoio à "Operação Salva Vidas", lançada pelas Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas, em favor da continuidade da prestação de serviços de saúde prestados à população.

**SENADOR CARLOS BEZERRA** – Apelo para a conclusão dos sistemas Sipam e Sivam para um efetivo planejamento de políticas públicas para a região amazônica.....

**SENADOR LEOMAR QUINTANILHA** – Reivindicação de apoio federal para o desenvolvimento da economia do Estado do Tocantins.....

**SENADOR CARLOS PATROCÍNIO** – Defesa da regulamentação dos recursos genéticos naturais em face das denúncias de biopirataria....

**1.3.5 – Comunicação da Presidência**

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 ho-

ras e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 14224

**1.4. – ENCERRAMENTO****2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESÃO ANTERIOR**

Do Senador Roberto Satumino, proferido na sessão de 18 de maio de 1999 (República)..... 14224

**3 – RETIFICAÇÃO**

Ata da 63ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 26 de maio de 1999 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente..... 14226

**4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 1º-6-99****5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL**

Nº 1.597, de 1999, referente à servidora Andréa Maria Teixeira da Silva Vargas..... 14227

Nº 1.598, de 1999, referente ao servidor Carlos Maciel..... 14228

Nº 1.599, de 1999, referente ao servidor César Augusto N. L. de Barros..... 14229

Nº 1.600, de 1999, referente ao servidor Danilo Martins..... 14230

Nº 1.601, de 1999, referente ao servidor Douglas Gomes de Melo..... 14231

Nº 1.602, de 1999, referente à servidora Elenir Pereira de Moraes..... 14232

Nº 1.603, de 1999, referente à servidora Eloisa Amaral V. Monteiro..... 14233

Nº 1.604, de 1999, referente ao servidor Evandro Louredo Araújo..... 14234

Nº 1.605, de 1999, referente à servidora Fátima da Conceição Martins..... 14235

Nº 1.606, de 1999, referente ao servidor Félix dos Santos Filho..... 14236

Nº 1.607, de 1999, referente ao servidor Fernando Antonio Antunes Reis..... 14237

Nº 1.608, de 1999, referente ao servidor Francisco Mário Ribeiro Barros..... 14238

Nº 1.609, de 1999, referente ao servidor Gilberto Henrique Cunha Dias..... 14239

Nº 1.610, de 1999, referente à servidora Idalina Maria Oliveira de Andrade..... 14240

Nº 1.611, de 1999, referente à servidora Jane Maria Barbastefano Rangel..... 14241

Nº 1.612, de 1999, referente ao servidor João Carlos Gomes..... 14242

Nº 1.613, de 1999, referente ao servidor José Luiz Lopes..... 14243

Nº 1.614, de 1999, referente ao servidor Luís do Nascimento Filho..... 14244

Nº 1.615, de 1999, referente à servidora Maria Lúcia Barreira Milet G. Beraldo..... 14245

Nº 1.616, de 1999, referente à servidora Marta Maria Ferreira Rodrigues..... 14246

Nº 1.617, de 1999, referente à servidora Neuza da Silva Rosa..... 14247

Nº 1.618, de 1999, referente à servidora Pi-		6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO
lar Montes Reis.....	14248	PARLAMENTAR
Nº 1.619, de 1999, referente à servidora		7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES
Rita de Cássia Santos.....	14249	PERMANENTES
Nº 1.620, de 1999, referente à servidora		8 – COMISSÃO PARLAMENTAR CON-
Teresa Motta Igrejas Lopes.....	14250	JUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO
Nºs 1.621 e 1.622, de 1999.	14251	BRASILEIRA)

---

# Ata da 67ª Sessão Deliberativa Ordinária em 1º de junho de 1999

## 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo e Ademir Andrade

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE**

### **PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Ademir Andrade – Alvaro Dias – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antonio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Bello Parga – Blairo Maggi – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Djalma Bessa – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emilia Fernandes – Fernando Bezerra – Francelino Pereira – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Péres – João Alberto Souza – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Jorge – José Roberto Arruda – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lúcio Alcântara – Luiz Estevão – Luiz Otavio – Luiz Pontes – Luzia Toledo – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Marluce Pinto – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Roberto Freire – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Tião Viana – Wellington Roberto.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – A lista de presença acusa o comparecimento de 67 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

### **EXPEDIENTE**

PROJETO RECEBIDO DA  
CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 26, DE 1999  
(Nº 3.961/97, na Casa de origem)

Estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É vedado o uso de silicone líquido para a aplicação no organismo humano em todo o território nacional.

Parágrafo único. A embalagem do produto silicone líquido, para uso comercial ou industrial, deve conter advertência para o usuário de que o produto é impróprio para o uso humano.

Art. 2º O emprego de próteses de silicone atenderá às seguintes condições:

I – prescrição médica para aquisição, devidamente registrada;

II – a embalagem deverá conter informação sobre os benefícios e malefícios decorrentes de seu uso;

III – registro do produto junto ao órgão e segundo normas técnicas definidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

IV – aplicação por profissional médico registrado no Conselho Regional de Medicina – CRM.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **PROJETO ORIGINAL**

Estabelece normas para o uso médico do silicone e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os profissionais médicos são obrigados à comprovação de ciência da parte do paciente de todos os riscos eventuais do uso de silicone quando implantado no organismo humano.

Art. 2º O uso de silicone em implantação cirúrgica ou inoculação só é permitido mediante termo claro de responsabilidade do paciente ou de seu responsável, quando impedindo este de manifestar-se e quando não houver alternativa reparadora de tecidos.

Art. 3º O uso de silicone em situações em que não haja possibilidade de manifestação comprovável do paciente, ou de seu responsável passa a ser do critério e responsabilidade médica, não cabendo contra os profissionais envolvidos qualquer

ação de responsabilidade por efeitos adversos já divulgados.

Art. 4º O uso de silicone nos casos de reparação física, com ou sem a aquiescência do paciente, nos casos previstos nesta lei, não exclui a responsabilidade de reparação de erro médico.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 dias, a partir da publicação, e determinará outras restrições ou proibições além das já definidas.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### **Justificação**

Há algum tempo a polêmica do silicone alcançou o Brasil, depois de se espalhar pelo mundo. Os profissionais da medicina viram-se na necessidade de aos poucos, conscientizar os pacientes dos riscos de inserção desse material em seus organismos.

Nos Estados Unidos a Food and Drug Administration – FDA, vem estudando o assunto com extremo cuidado em virtude do fato de que mais de quinhentas mil pessoas, homens e mulheres terem-se apresentado como vítimas do uso do silicone. Seu uso hoje é permitido apenas em casos de cirurgias reparadoras, proibido o uso estético. Eis um exemplo a ser seguido.

Em função da situação problemática que cerca o uso do silicone, julgamos necessária uma legislação que estabeleça a obrigação de médicos, clínicas e profissionais relacionados com a área, quanto à efetiva conscientização do paciente em relação aos perigos que pode correr. Assim antes de aceitar a decisão independente do cliente o médico fica proibido de usar silicone, exceto em situações onde essa decisão não se possa dar e haja risco.

O que se pretende é que, uma vez conscientizados, os pacientes tomem sua decisão final e a expressem de modo efetivo. Quando a escolha for positiva, obrigam-se os médicos a tomar dos mesmos termo de responsabilidade. Só então ficam eximidos o médico, clínica e profissionais integrados ao processo, de qualquer ação civil ou penal desde que comprovada a efetiva notificação pelo paciente, repetimos, quanto aos problemas do uso do silicone.

Naturalmente são ressalvados os erros médico, como não poderia deixar de ser. É nossa justifi-

cativa para a proposta, cujo apoio esperamos de nossos pares.

Sala das Sessões, 4 de dezembro de 1997. – Deputado Miro Teixeira.

(À Comissão de Assuntos Sociais.)

#### **OFÍCIOS**

##### **DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Nº 138/99, de 31 de maio último, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 95, de 1996 (nº 2.498/96, naquela Casa), de autoria do Senador José Bonifácio, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Tocantinópolis, Estado do Tocantins e dá outras providências;

Nº 139/99, de 31 de maio último, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 1993 (nº 4.906/95, naquela Casa), de autoria do Senador César Dias, que altera o art. 19 da Lei nº 6.001, de 1973, dispondo sobre o processo para a demarcação das terras indígenas, e da outras providências; e

Nº 140/99, de 31 de maio último, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 1996 (nº 2.431/96, naquela Casa), de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Alto Alegre, no Estado de Roraima.

#### **PARECERES**

##### **PARECER Nº 301, DE 1999**

**Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 116, de 1999, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal o nome do Sr. Jorge Tadeo Flauer Scartezzini, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da apontadaria do Ministro Cid Flauer Scartezzini.**

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 1º-6-99, apreciando o relatório apresentado pelo Sr. Senador Álvaro Dias (em anexo ao Parecer), sobre a Mensagem nº 116, de 1999, do Senhor Presidente da República, opina pela aprovação da escolha do Senhor

Jorge Tadeo Flaquer Scartezzinni para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Cid Flaquer Scartezzinni.

Sala das Comissões, 1º de junho de 1999. —

PRESIDENTE  
RELATOR

1. Sinclair 10. John Foster Dulles  
2. Truman 11. Robert McNamara  
3. Burke Marshall 12. John DeLoach  
4. John Lewis 13. Margaret Truman  
5. John F. Kennedy 14. John McCone  
6. Lyndon B. Johnson 15. Robert McNamara  
7. Richard Nixon 16. Robert DeNiro  
8. George Bush 17. Margaret Truman  
9. George H.W. Bush 18. Margaret Truman  
10. Barry Goldwater

RELATÓRIO

**Relator: Senador Álvaro Dias**

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, dentro da competência que lhe é atribuída pelo art. 101, inciso II, nº 9, do Regimento Interno do Senado Federal, recebe, para opinar, mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, da qual consta indicação do nome do Doutor Jorge Tadeo Flaquer Scartezzini, Juiz do Tribunal Regional Federal da 3<sup>a</sup> Região, com sede na cidade de São Paulo – Estado de São Paulo, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, em vaga reservada a juízes dos Tribunais Regionais Federais, decorrente da aposentadoria do Ministro Cid Flaquer Scartezzini.

De acordo com o art. 52, inciso III, alínea a, da Carta Magna, combinado com o parágrafo único, I, do art. 104, compete, privativamente, ao Senado Federal aprovar, previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

O nome do Doutor JORGE TADEO FLAQUER SCARTEZZINI, Juiz do Tribunal Regional Federal da 3<sup>a</sup> Região, com sede em São Paulo - SP., indicado para exercer o elevado cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, honra e enriquece as letras jurídicas nacionais, como se pode ver do *curriculum vitae* reproduzido, em síntese, a seguir:

## **"1. INFORMAÇÕES PESSOAIS**

**Nacionalidade:** brasileiro

**Estado Civil:** casado

**Local de Nascimento:** São Paulo

**Data de Nascimento:** 23 de fevereiro de 1937

**Residência:** Av. IV Centenário, 1578, 4º andar

Vila Nova Conceição - São Paulo/SP -  
CEP 04030-000

## **2. CURSO SUPERIOR**

## 2. CURSO SUPERIOR

1956 a 1960

### **3. CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

<b>Matérias:</b>	Direito Constitucional		
	Direito Administrativo		
	Direito Tributário		
	Processo Tributário		
	Direito Processual Penal		
	Direito Civil		
	Direito Penal, Segurança e Desenvolvimento		
	Medicina Legal:		
	Aspectos Médico-Legais, Criminológicos da Tanatologia	Médico-Sociais	e
	Aspectos Médico-Legais, Criminológicos da Sexologia	Médico-Sociais	e
	Psicopatologia Forense		
	Aspectos Médico-Legais, Criminológicos das Toxocomanias.	Médico-Sociais	e

#### **Realizadas pelas:**

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo  
 Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
 Reitoria da Universidade de São Paulo  
 Escola Superior de Guerra  
 Associação dos Advogados de São Paulo  
 Instituto dos Advogados de São Paulo  
 Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo  
 Instituto Oscar Freire  
 Justiça Federal - Seção de São Paulo  
 Resenha Tributária

### **5. CURSOS**

#### **• Promovidos pela Universidade de São Paulo**

Concluídos com média 10 (dez), nas seguintes matérias:

Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário

#### **• Mestrado na área de Direito Civil**

#### **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**

Matérias concluídas com aprovação: Direito Civil, Filosofia do Direito, Teoria Geral do Direito e Direito Constitucional

## **6. OBRA PUBLICADA**

- **Do erro no Direito Civil**  
Edição Resenha Universitária

## **7. TRABALHOS JURÍDICOS PUBLICADOS PELA IMPRENSA**

- **A cibernetica no Judiciário**
- **Princípios Gerais do Direito**

## **8. CONCURSOS PÚBLICOS**

- **Procurador do Estado de São Paulo**
- **Procurador do Município de São Paulo**
- **Juiz Federal**

## **9. MAGISTÉRIO**

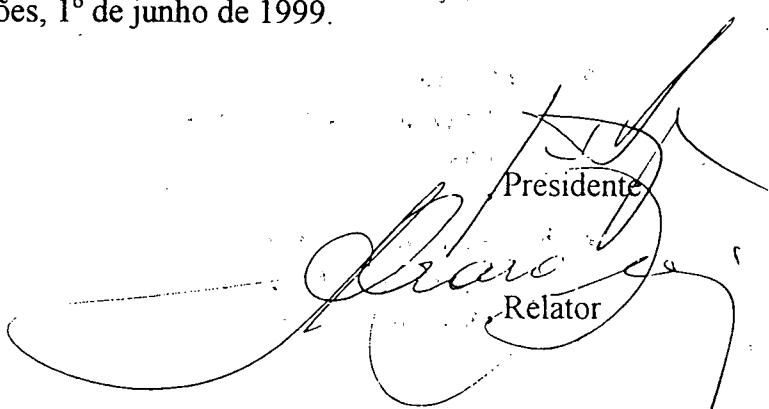
- Ex-Professor da  
**Escola Técnica de Comércio Senador Flaquer**  
Disciplina: Direito Usual
- Ex-Professor do  
**Colégio Técnico Comercial Senador Flaquer**  
Disciplina: Direito Usual
- Ex-Professor do  
**Instituto de Ensino Superior Senador Flaquer**  
Disciplina: Instituição de Direito Público e Privado
- Ex-Professor do  
**Curso de Estágio - Exame de Ordem da FMU - 1971**
- Ex-Professor da  
**Faculdade de Economia da FMU**  
Disciplina: Instituições de Direito Público e Privado
- Ex-Professor da  
**Faculdade de Serviço Social - FMU**  
Disciplina: Direito
- Professor em exercício da  
**Faculdade de Direito da FMU**  
Disciplina: Direito Civil

## 10. ATIVIDADES PROFISSIONAIS

- **Advocacia**  
Como solicitador acadêmico - 1959/1960
- **Advocacia - nas Comarcas da Capital e da região do ABC**  
(Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul) - 1961/1974).
- **Ex-Conselheiro, por dois biênios, da Associação dos Advogados de Santo André, Estado de São Paulo**
- **Procurador do Município de São Paulo**  
1973/1974
- **Juiz Federal**  
13 de setembro de 1974 até 29 de março de 1989
- **Juiz Federal Diretor do Foro**  
07 de janeiro de 1981 a 06 de janeiro de 1982
- **Juiz do Tribunal Regional Eleitoral**  
29 de março de 1983 a 28 de março de 1986.
- **Juiz do Tribunal Regional Federal da 3ª Região**  
30 de março de 1989 até a presente data.”

Ante o exposto, considerando a natureza da matéria em apreciação, é o que se tem a relatar no presente processo.

Sala das Comissões, 1º de junho de 1999.



Presidente

Relator

## MENSAGEM N° 116, DE 1999

ASSINARAM O PARECER, EM REUNIÃO NO DIA 1º DE JUNHO DE 1999, OS SENHORES SENADORES:

- 01 - José Agripino - Presidente
- 02 - Álvaro Dias - Relator
- 03 - Édison Lobão
- 04 - Luzia Toledo
- 05 - Iris Rezende
- 06 - Romeu Tuma
- 07 - Juvêncio da Fonseca
- 08 - Lúcio Alcântara
- 09 - Pedro Piva
- 10 - Carlos Wilson
- 11 - Djalma Bessa
- 12 - José Eduardo Dutra
- 13 - Roberto Requião
- 14 - Antônio Carlos Valadares
- 15 - Maria do Carmo Alves
- 16 - Roberto Freire
- 17 - Pedro Simon
- 18 - Eduardo Suplicy

## PARECER N° 302, DE 1999

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Mensagem nº 117, de 1999, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, o nome da Dra. **ELIANA CALMON ALVES**, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Adhemar Ferreira Maciel.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, em votação secreta realizada em 01/06/1999, apreciando o Relatório

apresentado pelo Sr. Senador Édison Lobão (em anexo ao Parecer), sobre a Mensagem nº117, de 1999, do Senhor Presidente da república, opina pela APPROVAÇÃO da escolha da Doutora **ELIANA CALMON ALVES**, para exercer o cargo de **Ministro do Superior Tribunal de Justiça**, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Adhemar Ferreira Maciel.

Sala das Comissões, 1º de junho de 1999.

1....., PRESIDENTE  
2....., RELATOR  
3.....  
4.....  
5.....  
6.....  
7.....  
8.....  
9.....  
10.....  
11.....  
12.....  
13.....  
14.....  
15.....  
16.....  
17.....  
18.....

## RELATÓRIO

### RELATOR: Senador EDISON LOBÃO

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, dentro da competência que lhe é atribuída pelo art. 101, inciso II, nº 9, do Regimento Interno do Senado Federal, recebe, para opinar, mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, da qual consta indicação do nome da Doutora ELIANA CALMON ALVES, Juíza do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com sede em Brasília – Distrito Federal, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, em vaga reservada a juízes dos Tribunais Regionais Federais, decorrente da aposentadoria do Ministro Adhemar Ferreira Maciel.

De acordo com o art. 52, inciso III, alínea “a”, da Carta Magna, combinado com o parágrafo único, I, do art. 104, compete, privativamente, ao Senado Federal aprovar, previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

O nome da Doutora ELIANA CALMON ALVES, Juíza do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com sede em Brasília – DF., indicado para exercer o elevado cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, honra e enriquece as letras jurídicas nacionais, como se pode ver do *curriculum vitae* reproduzido, em síntese, a seguir:

### “1. DADOS PESSOAIS

#### 1.1. Nome:

- ELIANA CALMON ALVES

#### 1.2. Data de Nascimento:

- 05 de novembro de 1944;

**1.3. Filiação:**

- Almiro Petronilho Alves e
- Elisabete Calmon Alves;

**1.4. Naturalidade:**

- Salvador/BA;

**1.5. Estado Civil:**

- Separada judicialmente;

**1.6. Endereço:**

- SQS 216, Bl. E, Apto. 104 - Brasília/DF  
Fone: (061) 346-6265;
- Avenida Oceânica, Ondina Apart Hotel, apto. 615 -  
Salvador/BA  
Fone: (071) 336-4005 e 237-5359;

**1.7. Identidade:**

- 017 - TRF da 1ª Região;

**1.8. CPF:**

- 106.020.114-34;
- 
- 

**2. NÍVEL DE FORMAÇÃO****2.1. Curso Primário:**

- Colégio Nossa Senhora da Soledade, em Salvador – BA;

**2.2. Curso Secundário:**

- Colégio Nossa Senhora da Soledade (1º ciclo) e  
Colégio Estadual da Bahia (2º ciclo), Salvador – BA;

**2.3. Curso Superior:**

- Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia  
(1968);

**2.4. Extensão Cultural:**

2.4.1. Curso de Capacitação Didática para docentes – UFRN (1973);

2.4.2. Curso da Associação dos Diplomatas da Escola Superior de Guerra (1976);

**2.5. Pós-Graduação:**

- Curso de Especialização em Processo, Faculdade de Direito da UFBA (1980/1982).

**3. CONCURSOS PÚBLICOS**

3.1. Concurso para Escrevente Juramentado no Estado da Guanabara (1969);

3.2. Concurso para Auxiliar de Ensino da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1973);

3.3. Concurso para Procurador da República – Ministério Público Federal (1974);

3.4. Concurso para Juiz Federal (1979).

**4. CARGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS**

4.1. Secretária do Conselho Penitenciário do Estado do Rio Grande do Norte (1974);

4.2. Membro da Comissão de Aplicação de Provas do Concurso para Juiz Federal Substituto (1975);

4.3. Procuradora da República no Estado de Pernambuco (1976);

4.4. Membro da Comissão Estadual de Repressão a Entorpecentes, em Pernambuco (1976);

4.5. Procuradora da República;

4.6. Procuradora da República no Distrito Federal, lotada na Subprocuradoria-Geral da República (1976 a 1979);

- 4.7. Secretária do Concurso para Procurador da República, realizado nos anos de 1977 e 1978;
- 4.8. Juíza Federal da Seção Judiciária do Estado de Sergipe (19.10.79 a 22.12.79);
- 4.9. Diretora do Foro da Seção Judiciária do Estado da Bahia, nos biênios:
  - 1) 1983 – 1984;
  - 2) 1988 – 1989;
- 4.10. Juíza Substituta do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (1981 – 1982);
- 4.11. Juíza do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (1983 – 1984);
- 4.12. Juíza do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (1989);
- 4.13. Membro da Comissão de Revisão de Proventos do TRF – 1ª Região (1989);
- 4.14. Membro da Comissão de Instalação da Seção Judiciária do Estado do Amapá;
- 4.15. Membro da Comissão Examinadora do Primeiro Concurso para Juízes Federais Substitutos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região;
- 4.16. Membro da Comissão Permanente para propor as atividades acadêmicas do Centro de Estudos Judiciários (04.03.93);
- 4.17. Coordenadora do Núcleo de Preparação e Aperfeiçoamento dos Magistrados Federais, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (31.08.93);

4.18. Presidente da Comissão Permanente de Jurisprudência do TRF da 1<sup>a</sup> Região (05.05.95);

4.19. Designada, em abril/98, para o cargo de Secretária-Executiva da Escola Nacional de Magistratura – ENM.

## 5. MAGISTÉRIO SUPERIOR

5.1. Auxiliar de Ensino da disciplina Prática Jurídica, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1974 e 1975);

5.2. Professora da disciplina Prática de Processo Civil, da Faculdade de Direito da Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal – AEUDF (1978 a 1979);

5.3. Professora Assistente de Direito Civil, na Faculdade de Direito da Universidade Católica de Salvador (1982 até 1989);

5.4. Professora contratada pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia, para ministrar cursos de pequena duração em Processo Civil, destinados à preparação e reciclagem de profissionais da área de Direito (1987 – 1988);

5.5. Professora contratada pela OAB, para ministrar cursos de curta duração destinados à atualização de advogados:

5.5.1. Das ações para controle dos atos administrativos (outubro e novembro de 1981);

5.5.2. Direito de Família e das Sucessões (maio e junho de 1986);

5.6. Professora contratada pela Associação dos Procuradores

do Estado da Bahia, para preparação dos candidatos ao Concurso de Procurador do Estado da Bahia (dezembro de 1983);

- 5.7. Professora do Curso Monte Horebe – Brasília-DF, para preparação ao Concurso de Procurador da República e Juiz de Direito do Distrito Federal e Territórios (1989);
  - 5.8. Professora do curso de pós-graduação *latu sensu* promovido pelo Instituto Brasiliense de Ensino e Pesquisa – IBEP e Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP.
- .....

## 9. OBRAS E TRABALHOS PUBLICADOS

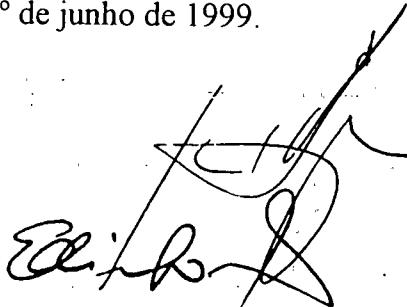
- 9.1. Artigo sobre Direito Penitenciário, publicado no Boletim Informativo nº 3, do Conselho Penitenciário do Estado do Rio Grande do Norte, setembro de 1974;
- 9.2. Dissertação sobre “A defesa na Execução por Título Extrajudicial” (1984);
- 9.3. Sentença sobre a matéria tributária “Empréstimo Compulsório”, publicada na Revista Ciência Jurídica, volume 1º, outubro/87, pág. 213/218;
- 9.4. Publicação da palestra “A Mulher e o Acesso à Justiça”, proferida por ocasião do “Dia Internacional da Mulher” junto ao Ministério da Justiça, no Informe TRF – 1ª Região – Ano IV, nº 12 – Edição 43 de março de 1994;
- 9.5. 09 acórdãos publicados na LEX: vol. 41/93, págs. 409/12; vol. 45/93, págs. 426/34; vol. 46/93, págs. 354/56; vol. 47/93, págs. 382/93; vol. 48/93, págs. 373/77; vol. 49/93, págs. 364/67; vol. 49/93, págs. 368/73; vol. 50/93, págs. 405/10; vol. 51/93, págs. 405/09;

- 9.6. 02 acórdãos publicados na Revista Ciência Jurídica: vol. 49/93, págs. 194/5, e vol. 50/93, págs. 90/3;
- 9.7. 01 acórdão publicado na Revista Previdência Social: vol. 149/93, pág. 284;
- 9.8. 04 acórdãos publicados na Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados: vol. 109/93, págs. 126/32; vol. 112/93, págs. 275/7; vol. 114/94, págs. 83/6; vol. 119/93, págs. 75/8;
- 9.9. 01 acórdão publicado na Revista Jurídica Mineira: vol. 100/93, págs. 206/8;
- 9.10. Artigo “O Tratamento do Vogal na Constituição de 88”, publicado no Jornal A Tarde, de 08.04.95, Salvador-BA, e no Correio Braziliense, de 21.11.94, no caderno Direito e Justiça;
- 9.11. Artigo “Algumas Considerações sobre o Agravo”, publicado na Tribuna Judiciária em março de 1996;
- 9.12. Artigo “A Mulher Magistrada”, publicado na Tribuna Judiciária, em setembro de 1996;
- 9.13. Artigo “As Súmulas e o Efeito Vinculante”, publicado na Revista Opinião Jurídica de novembro/dezembro de 1997;
- 9.14. Artigo “Independência Judicial”, publicado na Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, volume 5, janeiro/julho de 1993, e no Bulletin D'Information Fédération Internationale des Femmes des Carrières Juridiques, jane/mars/1998;
- 9.15. Artigo “A Necessidade de Preparação e Aperfeiçoamento de Juízes”, publicado no Informativo AJUFE de dezembro de 1996;

- 9.16. Artigo “A Competência Prisional da Justiça do Trabalho”, publicado no Informativo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, de setembro de 1994;
  - 9.17. Artigo “A Mulher e o Acesso à Justiça”, publicado no Informativo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, de março de 1994;
  - 9.18. Artigo “Breves Considerações sobre a Execução Penal”, publicado no Informativo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, de julho/agosto de 1995;
  - 9.19. Artigo “O Ensino Jurídico no Brasil” no Informativo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, de setembro de 1996;
  - 9.20. Artigo “Ação Civil Pública – Aspectos Ligados à Competência”, publicado na Revista da Associação dos Juízes Federais do Brasil, nº 55, de maio/junho/julho de 1997;
  - 9.21. Artigo “Medidas Cautelares”, publicado na Revista da Associação dos Juízes Federais do Brasil nº 43, de outubro/dezembro de 1994.
- .....”

Ante o exposto, considerando a natureza da matéria em apreciação, é o que se tem a relatar no presente processo.

Sala das Comissões, 1º de junho de 1999.



, Presidente  
, Relator

**MENSAGEM N° 117, DE 1999**

**ASSINARAM O PARECER, EM REUNIÃO NO DIA 1º DE JUNHO DE 1999, OS SENHORES SENADORES:**

- 01 - José Agripino - Presidente
- 02 - Édison Lobão - Relator
- 03 - Luzia Toledo
- 04 - Iris Rezende
- 05 - Romeu Tuma
- 06 - Álvaro Dias
- 07 - Juvêncio da Fonseca
- 08 - Lúcio Alcântara
- 09 - Pedro Piva
- 10 - Carlos Wilson
- 11 - Djalma Bessa
- 12 - José Eduardo Dutra
- 13 - Roberto Requião
- 14 - Antônio Carlos Valadares
- 15 - Maria do Carmo Alves
- 16 - Roberto Freire
- 17 - Pedro Simon
- 18 - Eduardo Suplicy

**PARECER N° 303, DE 1999**

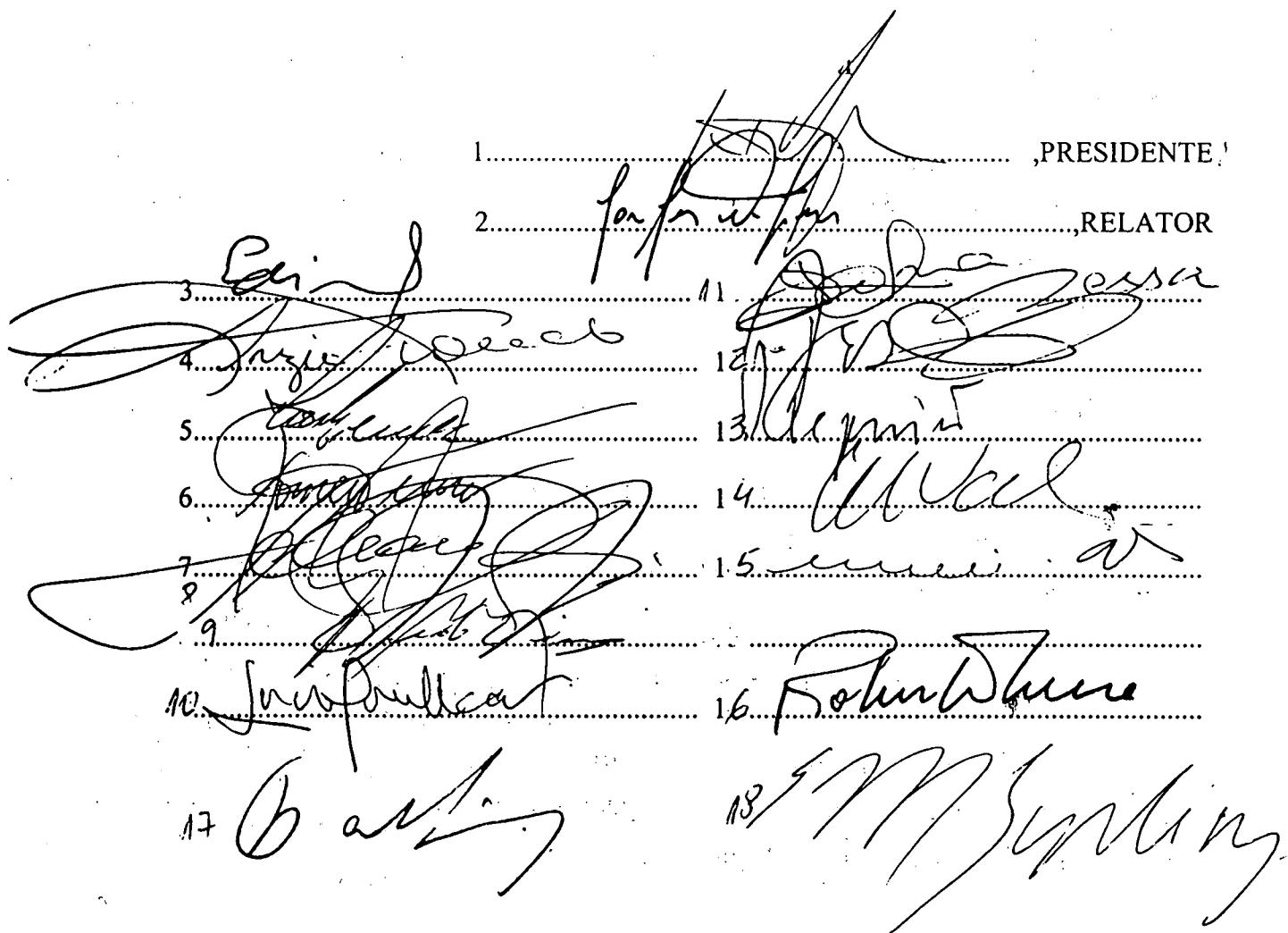
Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Mensagem nº 118, de 1999, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, o nome do Sr. FRANCISCO DE MELO FALCÃO NETO, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro José Anselmo de Figueiredo Santiago.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, em votação secreta realizada em 01/06/1999, apreciando o Relatório

apresentado pelo Sr. Senador Carlos Wilson (em anexo ao Parecer), sobre a Mensagem nº118, de 1999, do Senhor Presidente da república, opina pela APPROVAÇÃO da escolha do Senhor FRANCISCO CÂNDIDO DE MELO FALCÃO NETO para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro José Anselmo de Figueiredo Santiago.

Sala das Comissões, 1º de junho de 1999.

1.....,PRESIDENTE  
2.....,RELATOR  
3.....  
4.....  
5.....  
6.....  
7.....  
8.....  
9.....  
10.....  
11.....  
12.....  
13.....  
14.....  
15.....  
16.....  
17.....  
18.....



## RELATÓRIO

RELATOR: Senador CARLOS WILSON

O Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 664/99, submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor FRANCISCO CÂNDIDO DE MELO FALCÃO NETO para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

Do *curriculum vitae* do indicado constam dados comprobatórios de sua vasta experiência na área jurídica. Contém, ainda, o referido documento extensa relação de condecorações, de viagens de estudo ao exterior e de participação em congressos, bem como informações sobre sua atuação no Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Dentre as atividades desempenhadas pelo Sr. FRANCISCO CÂNDIDO DE MELO FALCÃO NETO, vale ressaltar as seguintes:

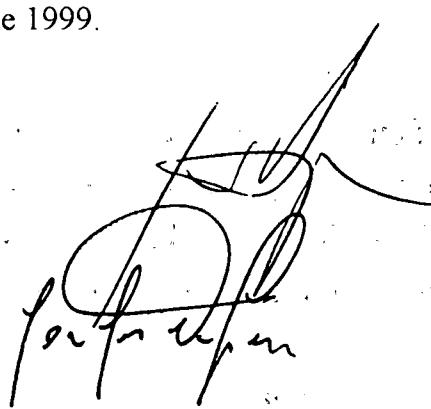
1. Juiz do Tribunal Regional Federal da 5ª Região;
2. Vice-Presidente e Corregedor Regional do Tribunal Regional Federal da 5ª Região;
3. Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região;
4. Membro Titular do Conselho da Justiça Federal;

Trata-se, portanto, de candidato cuja formação acadêmica e profissional o credencia ao pleno desempenho do cargo para o qual foi indicado pelo Exmo. Sr. Presidente da República.

Desse modo, submetemos à análise e decisão desta douta Comissão a indicação do Senhor FRANCISCO CÂNDIDO DE MELO FALCÃO NETO, constante da referida mensagem presidencial, em cumprimento às exigências

constitucionais contidas no art. 52, inciso III, alínea a, combinado com o art. 104, parágrafo único.

Sala das Sessões, 1º de junho de 1999.



, Presidente



, Relator

## MENSAGEM N° 118, DE 1999

**ASSINARAM O PARECER, EM REUNIÃO NO DIA 1º DE JUNHO DE 1999, OS SENHORES SENADORES:**

- 01 - José Agripino - Presidente
- 02 - Carlos Wilson - Relator
- 03 - Édison Lobão
- 04 - Luzia Toledo
- 05 - Iris Rezende
- 06 - Romeu Tuma
- 07 - Álvaro Dias
- 08 - Juvêncio da Fonseca
- 09 - Pedro Piva
- 10 - Lúcio Alcântara
- 11 - Djalma Bessa
- 12 - José Eduardo Dutra
- 13 - Roberto Requião
- 14 - Antônio Carlos Valadares
- 15 - Maria do Carmo Alves
- 16 - Roberto Freire
- 17 - Pedro Simon
- 18 - Eduardo Suplicy

## PARECER N° 304, DE 1999

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Mensagem nº 122, de 1999, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, o nome do Sr. PAULO BENJAMIN FRAGOSO GALLOTTI, para exercer o cargo de **Ministro do Superior Tribunal de Justiça**, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Romildo Bueno de Souza.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, em votação secreta realizada em 01/06/1999, apreciando o Relatório apresentado pelo Sr. Senador Lúcio Alcântara (em anexo ao Parecer), sobre a Mensagem nº 122, de 1999, do Senhor Presidente da República, opina pela APROVAÇÃO da escolha do Senhor PAULO BENJAMIN FRAGOSO GALLOTTI para exercer o cargo de **Ministro do Superior Tribunal de Justiça**, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Romildo Bueno de Souza.

Sala das Comissões, 1º de junho de 1999.

1.....  
2.....  
3.....  
4.....  
5.....  
6.....  
7.....  
8.....  
9.....  
10.....  
11.....  
12.....  
13.....  
14.....  
15.....  
16.....  
17.....  
18.....  
PRESIDENTE  
RELATOR

*Lúcio Alcântara*

*Eduardo Suplicy*

*Edmundo Sá*

*Dirceu Tocino*

*Guilherme*

*José Gomes*

*Leônidas Pires*

*Mário Covas*

*Paulo Paim*

*Romildo Bueno de Souza*

*Roberto Requião*

*Tomaz Vilela*

*Vanderlei Macris*

*Waldemar Viana*

## RELATÓRIO

**RELATOR: Senador LÚCIO ALCÂNTARA**

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, dentro da competência que lhe é atribuída pelo art. 101, inciso II, nº 9, do Regimento Interno do Senado Federal, recebe, para opinar, mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, da qual consta indicação do nome do Doutor PAULO BENJAMIN FRAGOSO GALLOTTI, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, em vaga reservada a desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente da aposentadoria do Ministro Romildo Bueno de Souza.

De acordo com o art. 52, inciso III, alínea "a", da Carta Magna, combinado com o parágrafo único, I, do art. 104, compete, privativamente, ao Senado Federal aprovar, previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

O nome do Doutor PAULO BENJAMIN FRAGOSO GALLOTTI, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, indicado para exercer o elevado cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, honra e enriquece as instituições jurídicas nacionais, como se pode ver do *curriculum vitae* reproduzido, em síntese, a seguir:

### 1. DADOS PESSOAIS

**1.1 – Nome: Paulo Benjamin Fragoso Gallotti.**

**1.2 – Data e local de nascimento: 03 de março de 1945, em Canoinhas, Santa Catarina.**

**1.3 – Filiação** – José do Patrocínio Gallotti e Maria Fragoso Gallotti.

**1.4 – Estado civil:** Casado com Maria Antonieta Tancredo Gallotti, tendo três filhas: Juliana, nascida em 22 de março de 1973; Maria Cristina, nascida em 08 de novembro de 1974; e Letícia, nascida em 05 de outubro de 1977.

**1.5 – Carteira de Identidade:** nº 85.110, expedida pela Secretaria de Segurança e Informações de Santa Catarina, em 08 de abril de 1975.

**1.6 – Título de eleitor:** nº 121375909/65 – 12ª Zona Eleitoral, 6ª Seção, Florianópolis, expedido em 10 de setembro de 1988.

**1.7 – Serviço militar:** Reservista de 1ª categoria – serviço prestado de maio de 1964 a março de 1965 no 2º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado, em São Paulo, Capital.

**1.8 – Cadastro de pessoa física:** CIC nº 007.741.979-00

## **2. FORMAÇÃO ESCOLAR**

**2.1 – Primeiro grau:** Curso primário concluído no Grupo escolar Silveira de Souza, em Florianópolis.

**2.2 – Segundo grau:** Curso secundário concluído no Instituto Estadual de Educação, em Florianópolis.

**2.3 – Curso superior:** iniciou o curso de Direito na Universidade Mackenzie, em São Paulo, no ano de 1965, transferindo-se para a Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, no segundo semestre de 1968, colando grau no dia 08 de dezembro de 1969.

**2.4 – Atividades desenvolvidas no curso secundário:** Diretor da União Florianopolitana de Estudantes Secundários, da União Catarinense de Estudantes Secundários e da União Brasileira de Estudantes Secundários, de 1961 a 1963.

### 3 – ATIVIDADES PROFISSIONAIS

**3.1** – Funcionário do Banco Brasul de São Paulo S/A, em São Paulo, de setembro de 1965 a agosto de 1968.

**3.2** – Solicitador Acadêmico inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, em São Paulo e em Santa Catarina, em 1968 e 1969.

**3.3** – Gerente da Gráfica Souza Leão & Cia. Ltda., em Florianópolis, de novembro de 1969 a agosto de 1970.

**3.4** – Advogado em Florianópolis.

**3.5** – Assessor Judiciário do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, aprovado em concurso público, de agosto de 1970 a outubro de 1971.

**3.6 – Carreira na magistratura de Santa Catarina:** Aprovado em concurso público; foi nomeado para exercer o cargo de Juiz Substituto na Circunscrição Judiciária com sede em Rio do Sul, em outubro de 1971. Em dezembro de 1971, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Taió, de primeira entrância. Em setembro de 1975, foi promovido, por merecimento, para a Comarca de Xaxim, de segunda entrância. Removeu-se para a Comarca de Balneário Camboriú, de segunda entrância, em junho de 1977. Promovido, por merecimento, para a Comarca de Canoínhas, de terceira entrância, optou pela permanência em Balneário Camboriú, que havia sido elevada à mesma categoria. Assumiu a Comarca de Rio do Sul, de quarta entrância, em setembro de 1979, promovido por antigüidade. Em fevereiro de 1987, removeu-se para a Comarca da Capital. Promovido, por merecimento, para o cargo de Desembargador, em março de 1995.

**3.7 – Serviços prestados à Justiça Eleitoral:** Juiz Eleitoral em Santa Catarina, de 1971 a 1986, em todas as Comarcas onde serviu como Juiz de Direito. Suplente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, na classe de Juiz de Direito, no ano de 1988;

**3.8** – Em 1996, integrou lista tríplice de merecimento, como

Desembargador, para o preenchimento de vaga de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

#### 4 – OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS

4.1 – Professor de Direito Processual Penal da Faculdade de Direito da Fundação de Ensino do Pólo Geo-Educacional do Vale do Itajaí, em Itajaí, nos anos de 1979 a 1981.

4.2 – Professor de Direito Processual Penal da Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina, em Florianópolis, nos anos de 1988 e 1989.

Ante o exposto, considerando a natureza da matéria em apreciação, é o que se tem a relatar no presente processo.

Sala das Comissões, em 1º de junho de 1999.

, Presidente

, Relator

#### MENSAGEM N° 122, DE 1999

ASSINARAM O PARECER, EM REUNIÃO NO DIA 1º DE JUNHO DE 1999 , OS SENHORES SENADORES:

- 01 - José Agripino - Presidente
- 02 - Lúcio Alcântara - Relator
- 03 - Édison Lobão
- 04 - Luzia Toledo
- 05 - Iris Rezende
- 06 - Romeu Tuma
- 07 - Álvaro Dias
- 08 - Juvêncio da Fonseca
- 09 - Pedro Piva

- 10 - Carlos Wilson
- 11 - Djalma Bessa
- 12 - José Eduardo Dutra
- 13 - Roberto Requião
- 14 - Antônio Carlos Valadares
- 15 - Maria do Carmo Alves
- 16 - Roberto Freire
- 17 - Pedro Simon
- 18 - Eduardo Suplicy

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – O Expediente lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, o nobre Senador Eduardo Suplicy.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO**  
Nº 389, DE 1999

Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que "dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 1º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso I do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....  
I – homicídio (art. 121) quando praticado contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge, ou quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I, II, III, IV e V).  
....."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

**Justificação**

O homicídio doloso contra descendente ou ascendente é repugnante, asqueroso, sórdido, horrível, realmente hediondo.

A inclusão desse crime no rol dos crimes qualificados como hediondos vem completar a Lei nº 8.072, de 1990, embora seja consabido que a violência é impossível de ser banida da sociedade, mas é preciso tentar modificar a realidade, bem como modificar a imagem da realidade nos espectadores.

O Direito Penal não deve se limitar a intimidar pessoas propensas à criminalidade, "mas sim, já pela sua mera existência atuante, reafirmar eficazmente frente a todos nós os mandamentos e proibições fundamentais que ele encena" (cf. Alberto Zarcharias Toron, *Crimes Hediondos*, 1996, p. 125/126).

A presente proposta visa inibir os homicídios dolosos praticados contra parentes, no seio familiar, onde deveria reinar o amor e a confiança.

Isto posto, conclamamos os ilustres pares para a aprovação deste projeto de lei, que visa controlar a criminalidade no seio familiar e restabelecer a confiança nas instituições.

Sala das Sessões, 2 de junho de 1999. – Senadora **Luzia Toledo**.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA**  
**PELA SUBSECRETARIA DE ATA**

LEI N° 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990

**Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º São considerados hediondos os crimes de latrocínio (art. 157, § 3º, *in fine*), extorsão qualificada pela morte, (art. 158, § 2º) extorsão mediante seqüestro e na forma qualificada (art. 159 *caput* e seus §§ 1º, 2º e 3º), estupro (art. 213, *caput* e sua combinação com o art. 223, *caput* e parágrafo único), atentado violento ao pudor (art. 214 e sua combinação com o art. 223, *caput* e parágrafo único), epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º), envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal, qualificado pela morte (art. 270, combinado com o art. 285), todos do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), e de genocídio (arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956), tentados ou consumados.

LEI N° 8.930, DE 6 DE SETEMBRO DE 1994

**Dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 8.072<sup>(1)</sup>, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras provisões.**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO**  
Nº 390, DE 1999

Altera os arts. 215, 216 e 231 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 215 e 216 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 215. Ter conjunção carnal com mulher, mediante fraude:

.....  
Art. 216. Induzir mulher, mediante fraude, a praticar ou permitir que com ela se pratique ato libidinoso diverso da conjunção:

Art. 2º O art. 231 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e sua rubrica passam a vigorar com a seguinte redação:

#### **"Tráfico sexual"**

Art. 231. Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de pessoa que nele venha exercer a prostituição, ou a sua saída para que vá exercê-la no estrangeiro: (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **Justificação**

Nos arts. 215 e 216 do Código Penal – CP, a expressão "mulher honesta" é um elemento normativo do tipo, ou seja, aquele que exige uma avaliação de seu significado jurídico ou social. Em primeiro lugar, a modificação cultural ocorrida entre a edição do CP, em 1940, e os tempos atuais, pressupõe uma grande variação do significado social da expressão "mulher honesta". Pensamos, mesmo, que seja muito difícil o estabelecimento de uma avaliação homogênea desse significado nos tribunais hodiernos. Corremos, dessa forma, o risco de tornar inaplicáveis os tipos criminais desses artigos.

Ainda que fosse fácil essa definição, cabe perguntar se seria justa. Em que diminuiria a culpabilidade e "reprobatividade" social dos atos, se a mulher fosse desonesta? Ambos os delitos, posse sexual mediante fraude e atentado ao pudor mediante fraude, são cometidos com uso de fraude contra a vítima. O que interessa à Justiça saber se ela leva uma "vida duvidosa"? Está a lei querendo isentar de culpa, ou eximir de punição o agente que comete crimes contra pessoas de vida reprovável? Seria absurdo. Estariam, indiretamente, adotando o princípio herdado do sistema jurídico colonial português, felizmente banido do direito moderno, que dizia ter culpa presumida quem manifesta conduta anterior ir-

regular (*versari in re illicita*). Qual a relação de causa e efeito no nosso caso? Por se desonesta, teria a vítima alguma responsabilidade pelo ato ilícito do agente?

Diria a argumentação contrária que a vítima "desonesta", no caso dos crimes em tela, por força da experiência de sua vida irregular, deveria saber, a priori, das intenções do criminoso. Mas, nesse caso, se isso for provado no tribunal, não estaria tipificado o delito, pois faltaria o elemento necessário da fraude. A fraude presume manter alguém em erro ou engano mediante mentira, artifício e ardil. Cabem perguntas finais. Uma pessoa desonesta não pode ser enganada? E se ela foi iludida, o ato fraudulento não seria, ainda assim, reprovável?

Julgamos pertinente a alteração pretendida para o art. 231 do CP, que dispõe sobre tráfico de mulheres, modificando a expressão "tráfico de mulheres" para "tráfico de pessoas", como forma de tornar a tipificação mais abrangente, incluindo a hipótese da prática do delito contra crianças e adolescentes de ambos os性os.

Essa preocupação cresce de importância, quando consideramos o fato de que vem aumentando, no mundo todo, os casos conhecidos de pedofilia, inclusive com a formação de redes internacionais de exploração sexual de crianças.

Sala das Sessões, 2 de junho de 1999. – Senadora Luzia Toledo.

#### **LEGISLAÇÃO CITADA**

**DECRETO-LEI Nº 2.848,  
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940**

#### **Código Penal**

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

#### **Posse sexual mediante fraude**

Art. 215. Ter conjunção carnal com mulher honesta, mediante fraude:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

Parágrafo único. Se o crime é praticado contra mulher virgem, menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.

#### **Atentado ao pudor mediante fraude**

Art. 216. Induzir mulher honesta, mediante fraude, a praticar ou permitir que com ela se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 2 (dois) anos.

Parágrafo único. Se a ofendida é menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

#### Tráfico de mulheres

Art. 231. Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de mulher que nele venha exercer a prostituição, ou a saída de mulher que vá exercê-la no estrangeiro:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos.

§ 1º Se ocorrer qualquer das hipóteses do § 1º do art. 227:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos.

§ 2º Se há emprego de violência, grave ameaça ou fraude, a pena é de reclusão, de 5 (cinco) a 12 (doze) anos, além da pena correspondente à violência.

§ 3º Se o crime é cometido com o fim de lucro, aplica-se também multa.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos à Comissão competente.

Sobre a mesa, indicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lida a seguinte:

#### INDICAÇÃO Nº 2 DE 1999

Na forma do art. 224 do Regimento Interno do Senado Federal (cf. Seção IV), sugiro a esta Casa, o patrocínio de um concurso de monografias sobre o Senado Federal.

O certame teria por objetivo a disseminação, para o público externo, de conhecimentos sobre esta Casa do Congresso através dos seguintes conteúdos:

I) gênese da Câmara Alta - escorço histórico;

II) fundamento constitucional e ubicação no universo dos três Poderes;

III) prerrogativas de ação política;

IV) participação no processo legislativo e produtos jurídicos externados;

V) contributo do Senado para a vida política e social do País;

VI) produtos de comunicação social e atitudes face à sociedade.

Proponho que o concurso seja aberto ao público em geral, sem qualquer discriminação de autores e restrições quanto a fundo ou forma. O único balizamento, a viabilidade à divulgação ampla do produto.

O prêmio por vitória, a ser fixado pela Mesa Diretora, obedecerá às disponibilidades financeiras e orçamentárias do Senado, de modo a despertar o interesse dos participantes e a exaltar a qualidade do produto literário.

Comissão Técnica, a Mesa também designará, para operacionalização do Concurso e ações editoriais para reprodução dos textos vencedores, cujas despesas serão assumidas, integralmente, por esta Casa.

Sala das Sessões, 1º de junho de 1999. – Senadora Luzia Toledo.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

#### REGIMENTO INTERNO

#### RESOLUÇÃO Nº 93, DE 1970

Texto editado em conformidade com a Resolução nº 18 de 1989, consolidado com as alterações decorrentes das resoluções posteriores até 1998.

Art. 224. Indicação corresponde a sugestão de Senador ou comissão para que o assunto, nela focalizado, seja objeto de providência ou estudo pelo órgão competente da Casa, com a finalidade do seu esclarecimento ou formulação de proposição legislativa.

(À Comissão Diretora.)

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – A indicação será publicada e remetida à Comissão Diretora.

A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº 1.933/99, de 31 de maio último, através do qual encaminha ao Senado relação das operações de crédito de Estados, do Distrito Federal e de Municípios, analisadas no mês de março de 1999.

Esclarece, ainda, que foram autorizadas vinte e uma operações de dívida fundada, vinte e quatro de ARO, tendo sido, ainda, indeferidas quatorze operações de dívida fundada e dezenesseis de ARO, no referido período.

O expediente vai à Comissão de Assuntos Econômicos. (Diversos nº 33, de 1999.)

**O SR. EDUARDO SUPILCY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço para ser inscrito pois desejo fazer uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – V. Ex<sup>a</sup> fica inscrito e, na prorrogação da Hora do Expediente, terá assegurado o uso da palavra por 5 minutos, na forma regimental.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra, por 20 minutos, ao Senador Ramez Tebet, por cessão do Senador Tião Viana.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, para quem há algum tempo não ocupa esta tribuna, neste plenário, envolvido que estamos com a responsabilidade de presidir a CPI do Judiciário, não poderia iniciar o pronunciamento sem agradecer ao Senador Tião Viana pela gentileza de permitir que, em seu lugar, por cessão, eu pudesse matar a saudade desta tribuna. E faço isso para festejar um momento auspicioso neste País, um momento que vivemos ontem no Centro-Oeste, particularmente em Mato Grosso do Sul, na região denominada Bolsão Sul-Mato-Grossense, mais precisamente no Município de Chapadão do Sul, no meu Estado, o Estado de Mato Grosso do Sul.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ontem, nós deixamos de comparecer e de presidir a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, porque entendíamos – e o nosso coração pediu – que deveríamos estar em Mato Grosso do Sul. Até não compreendo como o fato vivido ontem não está amplamente noticiado na imprensa nacional, tamanha a importância econômica e social para o desenvolvimento deste País.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, lá no Chapadão do Sul, estiveram presentes o Ministro Eliseu Padilha, os Governadores de Mato Grosso do Sul, José Orcílio dos Santos, e de Mato Grosso, Dante de Oliveira, deputados federais, prefeitos da região, este Senador que ocupa a tribuna e o Senador Blairo Maggi. Esse conjunto de pessoas, juntamente com a população daquela região, pôde viver, ontem, um instante muito emocionante, ao assistir a um cortejo de 120 vagões, cada um deles com 6.000 toneladas de soja, empurrados por duas locomotivas, tudo dentro da mais absoluta técnica e da mais absoluta modernidade, inaugurando, assim, o primeiro trecho da Ferro-Norte. São cerca de 310 quilômetros de trilhos de estrada de ferro já construídos, partindo da cidade que mais produz grãos em Mato Grosso do Sul, que é o Chapadão, e chegando a Aparecida do Taboado, para ali atravessar uma pon-

te rodoferroviária de quase 3 quilômetros, a maior obra de engenharia em matéria de ponte neste País; e do lado de lá, em Rubinéia, no Estado de São Paulo, encontra-se com a Fepasa. Ali, o produto do trabalho dos agricultores pode chegar ao Porto de Santos com redução no preço do frete da ordem de R\$21,00 por tonelada, tornando, portanto, os nossos produtos mais competitivos no mercado internacional e gerando mais divisas para o País.

Sinceramente, não posso compreender como é que um evento dessa grandeza não esteja sendo comemorado pelo Brasil, este país carente de desenvolvimento e cujo desenvolvimento tem que partir do interior, como temos afirmado reiteradas vezes aqui desta tribuna.

Ontem, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, vimos um sonho tornar-se realidade. E dizíamos lá que, quando um sonho fica só com uma pessoa, ele não vira nada, mas quando esse sonho passa a ser de muitas pessoas, então ele se torna realidade. Euclides da Cunha, em sua famosa obra *Os Sertões*, já previa, já decantava a necessidade dessa interligação, já falava nessa ligação ferroviária, saindo de Cuiabá e chegando até o Porto de Santos. E nós vivemos esse instante, Srs. Senadores, com muita emoção, porque vi ali um ex-Senador por Mato Grosso, Vicente Vuolo, que fez dessa luta a sua bandeira nesta Casa, nos oito anos que aqui esteve, lutou ferrenhamente para que esse sonho se tornasse realidade. E prestamos a nossa homenagem ali e queremos reiterar desta tribuna a nossa homenagem ao empresariado brasileiro, nessa obra representada pela audácia, pelo tino administrativo e pelo sentimento cívico do empresário Olacyr de Moraes, que ali estava, Sr. Presidente e Srs. Senadores, festejando aquela obra que ele sonhou, inicialmente, em fazer sozinho e, depois, infelizmente, não conseguindo esse intento, acabou sendo realizada por um consórcio.

Então, Sr. Presidente e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna para fazer esse registro. Foi emocionante ver aqueles 120 vagões carregados e perceber que as coisas podem andar – e estão andando – e que o interior produz. Vi nos rostos dos agricultores daquela região a felicidade, brasileiros vindos do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Santa Catarina, que adentraram o território sul-mato-grossense e, lá no Chapadão do Sul, com a sua técnica, com o seu arrojo, tornaram aquela região, antes inóspita, numa grande produtora de grãos. Agora, mais incentivados e estimulados a prosseguirem nessa grande tarefa, porque esse é o primeiro trecho que está sendo

inaugurado, com 310 quilômetros de um total de 1.200 quilômetros, que chegarão em Alto Taquari, em Mato Grosso, chegarão em Cuiabá e unirão, portanto, a Amazônia Legal e o Centro-Oeste ao restante do nosso País, favorecendo a agricultura brasileira, ajudando os nossos agricultores, o nosso progresso e o nosso desenvolvimento.

O Ministro Eliseu Padilha lá estava – S. Ex<sup>a</sup> que tantas vezes tem visitado o nosso Estado – representando o Presidente da República, ao lado de governadores, ao lado de deputados federais; e, pelo Senado da República, estava o Senador Blairo Maggi e este orador que está nesta tribuna.

Lembro-me, Sr. Presidente, que quando aqui cheguei, em 1995, em um dos meus primeiros pronunciamentos, pedi ao Governo Federal que liberasse recursos para a construção da ponte rodoviária ligando São Paulo a Mato Grosso do Sul, através dos Municípios de Rubinéia a Aparecida do Taboado; essa ponte, repito, é um verdadeiro orgulho para a engenharia nacional. Estamos vendo a concretização de um sonho de muitos brasileiros; de agricultores. Para observarmos a importância dessa obra, quando estiver inteiramente pronta, basta dizer que 50 milhões de hectares serão incorporados ao setor produtivo nacional, gerando riquezas e empregos e trazendo, portanto, mais justiça social a este País tão carente.

Por isso, Sr. Presidente, ocupei esta tribuna, para festejar esta obra em um país tão carente, onde se estabelece uma disputa pelo desenvolvimento ou pelo não-desenvolvimento. E prefiro acreditar que não existe essa disputa, mas existe a oportunidade entre economistas da hora apropriada para incrementar o desenvolvimento do nosso País. Vejo que o Brasil não pode esperar mais.

Quão importante foi ver, Sr. Presidente, tal obra, e como isso mexeu com o nosso sentimento de brasiliade, principalmente em nós que sabemos que o País vive em crise em todos os setores de atividade. Mas quando enxergamos, contudo, uma obra daquele porte, daquela grandeza, não temos dúvida do progresso, do desenvolvimento do Brasil e voltamos animados para o trabalho, para continuar a luta em levar recursos para essas regiões que podem dar resposta, como é o caso da região Centro-Oeste do Brasil, que é a região que está pronta para dar resposta aos grandes problemas que a Nação brasileira enfrenta.

**O Sr. Blairo Maggi ( – MS) – Nobre Senador, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?**

**O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Com muita honra, Senador.**

**O Sr. Blairo Maggi (Sem partido – MS) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, de acordo com o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, fica claro como é difícil a divulgação das coisas boas, das obras úteis que são realizadas neste País. A imprensa nacional costuma trazer em manchetes os fatos negativos que ocorrem em qualquer parte do Brasil, por mais remota que seja; os fatos ruins afloram com uma velocidade inacreditável. Agora, os objetivos pelos quais o País luta tanto, atrás dos quais corre tanto – como é o caso da inauguração dessa grande obra que acompanhamos – não têm ressonância na mídia brasileira; essa mesma obra, cuja inauguração acompanhamos ontem, uma obra tão importante para o País, que vem sendo discutida desde o tempo de Euclides da Cunha, que passou pelo Senador Vuolo, hoje o Sr. Olacyr de Moraes teve a coragem de encarar e levar adiante. Ela vem reduzir os custos da produção de Mato Grosso do Sul e de Mato Grosso na ordem de mais de 30% do transporte ferroviário. Comparado com o transporte rodoviário, ela não tem a dimensão ou não tem o respaldo da imprensa nacional que deveria ter. Esse é um dos males, Senador, que, a meu ver, tem o nosso País. Os fatos ruins têm uma vitrine muito maior. Parece que o Brasil é pautado no sentido de que a desgraça deve ser colocada na vitrine, enquanto que o que é produtivo e bom demora muito para ser compreendido; demora muito para que a sociedade perceba. Creio que, neste País, por mais que tenha sido criticado, por mais que digamos que não se tenha desenvolvido, ocorre o contrário. Quem andou pelo interior como andamos ontem, nobre Senador, percebeu, quando olhou para o rosto das pessoas que lá estavam; a emoção de ver aquele trem. Como dizem os mineiros, um trem mesmo, com 120 vagões, partindo para o Porto de Santos. Isso foi uma emoção muito grande. Fiquei muito feliz de poder presenciar esse fato ao seu lado e de poder presenciar a felicidade que corria nas veias e na alma do Dr. Olacyr de Moraes, quando viu o seu sonho realizado; um sonho de muitos anos. Não é muito fácil encontrar empresários desse naipe e dessa qualidade, que encaram um projeto e o levam adiante com todas as dificuldades que o País atravessou nos últimos anos. Portanto, eu gostaria de parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e dizer que nós, de Mato Grosso, estamos ansiosos para que essa ferrovia chegue efetivamente em Rondonópolis na época e no prazo programados: 2001. Assim, poderemos ajudar o Brasil a cres-**

cer. Entendemos também, como V. Ex<sup>a</sup>, que o crescimento vem pela agricultura, vem pelo interior, haja vista que, enquanto a indústria tem um PIB negativo, enquanto a sociedade pensa que o País está indo mal, ocorre o contrário com a agricultura. Embora o agricultor esteja indo muito mal neste momento, a agricultura como um todo vai bem e mostra a sua potencialidade. Quero, repito, parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e dizer que sou solidário com essa questão do desenvolvimento. Sou pelo desenvolvimento e não abro mão disso, porque não acredito que outro caminho resolva o problema do nosso País. Muito obrigado.

**O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS)** – Senador Blairo Maggi, em verdade, esse aparte só enriquece o meu pronunciamento porque vem de V. Ex<sup>a</sup>, um empresário do ramo da agricultura que conhece o sofrimento do agricultor, que tem consciência do que a agricultura pode trazer de divisas para este País, o quanto a agricultura pode gerar de empregos.

V. Ex<sup>a</sup> falou bem quando mencionou a emoção dos que estavam ali presentes. Sabe por quê? Fazendo numa linguagem muito simples, inauguração de ferrovia, de trens, 120 vagões modernos! Garanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que 90% dos Senadores que estão aqui nunca presenciaram a inauguração de uma ferrovia. Por quê? Porque a ferrovia foi relegada ao esquecimento. O transporte mais barato que existe praticamente é o transporte ferroviário.

Temos uma rede ferroviária federal que foi privatizada, e a concessão recaiu no Grupo Novoeste, que, agora, passou sua concessão para um outro grupo, de Bauru, no Estado de São Paulo. A Corumbá, em Mato Grosso do Sul, não deu em nada, piorou. Acabou o trem de passageiros, piorou o transporte de cargas.

Em suma, o transporte ferroviário, que é uma das soluções para este País, sempre foi relegado. Vemos inauguração de ferrovias no cinema, nos filmes antigos; quando os americanos procuravam desbravar seus territórios incorporando trilhos ao chão.

Ontem, por exemplo, a emoção que V. Ex<sup>a</sup> sentiu eu senti também, assim como toda população e a classe política que lá se encontravam. Veja como esse interior pode gerar realmente riquezas para o nosso País. Falo, por exemplo, do meu Mato Grosso do Sul, que tem a hidrovia do Tietê-Paraná já funcionando.

Hoje, se não fossem os afazeres, porque faltou ontem ao Senado da República, eu estaria com o Ministro dos Transportes numa cidade pequenina de Mato Grosso do Sul, chamada Porto Murtinho, para

a inauguração do seu porto fluvial com um carregamento de açúcar.

É algo fantástico o transporte intermodal que existe na Região Centro-Oeste. O que falta, então? Além de festejarmos isso, falta só pedir que o crédito para quem planta seja mais acessível e mais barato. Aí, então, não tenho dúvida nenhuma de que não somente o Centro-Oeste como outras regiões do País vão dar mais do que estão dando para o nosso progresso e para o nosso desenvolvimento.

O que vimos ontem em Chapadão do Sul, portanto, é um fato histórico. Como V. Ex<sup>a</sup> acabou de falar, estamos vendo crises em todos os setores, mas, ontem, pôde-se demonstrar que ainda há um punhado de brasileiros que acreditam. E é para esse punhado de brasileiros que quero prestar a homenagem mais sincera ao agricultor brasileiro.

Antes de encerrar a minha fala, quero cumprimentar todo o grupo, o Consórcio da Ferronorte, na pessoa do seu Presidente Executivo, Antonio Maciel Neto. Cumprimentando-o, cumprimento todos aqueles que ajudaram e estão ajudando nesse empreendimento, que está inconcluso, que ainda vai ser concluído para chegar no Alto Taquari, no Mato Grosso, e, assim, interligar a Amazônia Legal e o Centro-Oeste ao restante do Brasil, ao Porto de Santos e, portanto, ao mundo.

**O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB)** – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS)** – Concedo o aparte ao Senador Ney Suassuna.

**O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB)** – Senador Ramez Tebet, ouvia V. Ex<sup>a</sup> pela televisão do meu gabinete e desloquei-me para cá exatamente para me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup>. Essa conclusão a que V. Ex<sup>a</sup> se referiu, há poucos minutos, de que a agricultura merece ter crédito mais farto, mais fácil, é uma verdade. Concordo com ela em gênero, número e grau. Não fosse a agricultura, a crise brasileira estaria muito mais séria neste momento. É a agricultura que, apesar de todas as dificuldades, está fazendo com que cumprimos todos os índices que foram programados e até os superemos. Acredito que não há nenhuma área que responda tão rápido quanto a agricultura. O Governo deveria ter mais carinho pela nossa agricultura. Muito obrigado.

**O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS)** – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Ney Suassuna, que, de outra região do País, do Nordeste, reconhece também e acredita que a agricultura é uma alavanca propulsionadora, impulsionadora do progres-

so, do desenvolvimento, com geração de empregos e com geração de rendas para o nosso País.

Assim, quero dizer, encerrando o meu pronunciamento, que, no dia 26 de junho de 1995, estive nesta tribuna para fazer um apelo ao Governo Federal, no sentido de que ajudasse esse grande projeto, a construção da ferrovia Ferronorte. Voltei depois à tribuna para dar conhecimento do andamento das obras. Hoje, estou aqui para anunciar a esta Casa, porque ninguém sabe – é isso, Senador Ney Suassuna, o que estava reclamando e reclamei no início do meu pronunciamento -, de uma obra dessa envergadura, cuja inauguração passou quase despercebida no cenário nacional. Positivamente, como homem público, isso me parece incompreensível. Mas eu dizia que foram inaugurados 310 km da ferrovia. Outros quilômetros, cerca de 900 ou 950km, terão que ser concluídos até chegarem a Alto Taquari. E, se Deus quiser, haveremos de retornar a esta tribuna para festejar a conclusão total dessa importante obra para o desenvolvimento da Amazônia Legal, do Centro-Oeste e do Brasil.

Sr. Presidente, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Por permuta com o Senador Ademir Andrade, concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos. V. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PFL – TO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, tive a oportunidade de relatar desta tribuna, na data de ontem, um fato extremamente positivo ocorrido num dia por demais marcante para a economia do Estado do Tocantins, qual seja o ato da entrega pública ao Governador Siqueira Campos e ao Ministro Sarney Filho, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, com a participação da Embrapa e do INPE, de um convênio financiado pelo Banco Mundial, quando o Estado de Tocantins pode merecer todo um mapeamento ecológico e também um estudo promovido por técnicos da mais alta competência. Utilizando-se das imagens de satélites, fizeram um verdadeiro mapeamento do Estado do Tocantins no que se refere ao solo, clima, à hidrografia, às condições básicas.

Tenho insistido em trazer para esta tribuna que se trata de uma região extremamente propícia para que o Brasil retome sua vocação natural, o desenvolvimento por meio da agricultura, da agropecuária, da agroindústria, setores em que temos auto-suficiência. Dessa forma, não dependeríamos dessa cranda financeira e não trilhariam o caminho, que

tem dado grandes prejuízos ao País, de entrar na disputa globalizada com o que temos de mais fraco, a nossa moeda.

Ontem, como disse, foi um dia importante. Hoje, Sr. Presidente, quero relatar à Casa e ao País que o Tocantins está pleiteando o aval da União para o que estamos denominando de Projeto Rivoli, um financiamento de mais 1.300 quilômetros de rodovias pavimentadas e a construção de 8.500 metros quadrados de pontes, o que representa mais de 170 pontes. O projeto será financiado por bancos italianos e configurará o Tocantins, definitivamente, como o grande Estado da produção nacional, produtor de grãos, de aproveitamento múltiplo de suas águas, enfim, um Estado que desponta, sem dúvida alguma, como uma das grandes vocações para o crescimento e desenvolvimento neste próximo século.

Digo isso, Sr. Presidente, baseado nas estatísticas e em números. Enquanto a média nacional de crescimento do PIB, do Produto Interno Bruto dos Estados, andou pela casa de 2,8%, o Estado do Tocantins vem crescendo a uma média de 7,8%; portanto, trata-se de mais do que o dobro.

É importante registrar que o Tocantins vem conseguindo esse ritmo de desenvolvimento de uma forma diferente dos demais Estados, principalmente com relação ao que se deu com a Assembléia Nacional Constituinte, quando da sua criação. Temos alguns Estados, que eram Territórios, a exemplo também do Distrito Federal, que contam com a sua folha de pagamento, as suas despesas de pessoal, totalmente custeadas pela União, com o esforço do dinheiro do caixa do Governo Federal.

Não quero discutir, Sr. Presidente, porque, afinal de contas, assim se deu com o Distrito Federal, a nossa Capital, e com outros Estados. Isso foi uma opção. Foi tido como uma vantagem, mas, no Tocantins, quando do ato da criação do Estado, além de lutarmos pela eleição direta, mesmo que para um Governo de apenas dois anos, de lutarmos pela implantação da nossa Capital, uma cidade nova e planejada, também optamos por não viver às custas da União, principalmente no tocante a pessoal, a funcionalismo público.

O que a população brasileira assiste hoje é que a grande maioria dos Estados brasileiros estão praticamente inviabilizados em função das suas despesas com pessoal. Trago sempre para esta tribuna essa firme convicção de que estamos dando um exemplo em nosso Estado, onde a folha anda sempre em torno de 40% de comprometimento das suas receitas, e lá fazemos um grande investimento. Com

esse dinheiro que sobra para o Governo investir, o Estado já pôde entregar mais de 300 tratores agrícolas para pequenas comunidades, para núcleos de produção rural, para prefeituras, para entidades ligadas a projetos de assentamento, convênios com o próprio Incra, e o Estado apóia os assentamentos já existentes.

Agora, Sr. Presidente, depois desse profundo estudo das nossas vocações, depois desse levantamento que demandou mais de dois anos, que nos propiciou todas as condições para o planejamento, todas as condições para construir no Estado de Tocantins, preservando as áreas naturais, as nossas reservas, utilizando de uma forma mais racional e adequada os nossos recursos, estamos trazendo a notícia de que o Governo do Estado do Tocantins está em entendimentos bastante avançados com esses bancos italianos, visando à construção de 170 novas pontes e de mais 1.300 quilômetros de estrada.

O interessante, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, é observar que nesse planejamento, nesse estudo que estamos fazendo com relação a todas as nossas potencialidades, chegamos à conclusão de que o Tocantins, devido a sua hidrografia, às suas condições naturais, precisa de 2.000 pontes, a serem construídas nos próximos anos, para integrar todas as regiões, para escoar a nossa produção e para viabilizar a infra-estrutura do nosso Estado. Pois bem, desses 2.000 a serem construídas, 170 já estão previstas nesse projeto denominado Rivoli, que espera contar com o aval da União – e com certeza nós iremos obtê-lo, dada a viabilidade das nossas contas públicas, dadas as condições do Estado do Tocantins – para marcharmos, partirmos em busca das demais condições de infra-estrutura que o nosso Estado necessita para crescer.

Realmente, Sr. Presidente, é muito importante para o Tocantins o investimento nessa infra-estrutura.

Observávamos, também desta tribuna, que das dez grandes hidrelétricas a serem construídas em nosso País, seis o serão no rio Tocantins. Isso demonstra o potencial daquele rio, que se apresenta como um dos fatores que garantirão o fornecimento de energia elétrica para diversos Estados, para o Distrito Federal, para a região Centro-Sul, uma vez que já integrados com o linhão Norte-Sul, que traz a energia de Tucuruí até o sistema Centro-Sul. Hoje, podemos ter a tranquilidade de saber que toda essa energia que será gerada no rio Tocantins já tem a sua forma de ser integrada às demais Regiões. Veja, Sr. Presidente, que temos Tucuruí ao norte, Serra Quebrada ao sul, Serra da Mesa, estamos em

plena construção da usina Luís Eduardo Magalhães e, ainda assim, estão previstas seis outras grandes hidrelétricas no rio Tocantins.

Sr. Presidente, sempre falamos com muito otimismo deste Estado, porque, afinal de contas, desde a sua criação, legitimada pela vontade dos Srs. Constituintes no ano de 1988, o Tocantins tem trazido para o cenário nacional grande contribuição, a contribuição de uma administração moderna, dinâmica, de planejamento, que tem conseguido oferecer para sua população, além das condições básicas, da construção de sua infra-estrutura, programas sociais, já descritos por mim desta tribuna, como o Projeto de Renda Mínima. Esse Programa alcança todos os 139 Municípios do Estado do Tocantins, num total de 31.700 crianças, que já estão participando do programa denominado "Pioneiros Mirins".

Portanto, Sr. Presidente, falo sempre com muito otimismo. Trago para esta tribuna o nosso orgulho e o desejo de vermos aquilo que estamos construindo no nosso Estado se repetir nos demais Estados da Federação. Que possamos, aqui, trocar experiências para que este País se torne verdadeiramente melhor.

É com otimismo, com esperança, que, após o exame feito pela Secretaria do Tesouro Nacional, pelo Banco Central, pelo Ministério da Fazenda, e após a exposição de motivos do Senhor Presidente da República, espero ver aprovado por esta Casa o financiamento pleiteado pelo Estado do Tocantins para a construção de mais 1.300 quilômetros de rodovias e para 170 novas pontes.

Portanto, Sr. Presidente, transmito, desta tribuna, meus cumprimentos a toda a equipe de planejamento do Governo do Estado do Tocantins pela data de ontem e por esse profundo estudo, que permitirá o planejamento da nossa economia para os próximos anos. Refiro-me ao mapeamento econômico e ecológico realizado e promovido pelo INPE e pela Embrapa, em convênio com o Estado do Tocantins. Quero ainda me congratular com a nossa equipe de planejamento, que já apresentou às autoridades do Governo Federal, nos diversos Ministérios envolvidos, esse projeto que há de trazer mais quilômetros de rodovias pavimentadas para o nosso Estado e a construção dessas pontes.

Sr. Presidente, era esse o registro que pretendia fazer nesta tarde.

Muito obrigado.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Sem partido – MT) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – V. Ex<sup>a</sup> fica inscrito em segundo lugar, Senador Blairo Maggi.

**O SR. OSMAR DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, também peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – V. Ex<sup>a</sup> é o terceiro inscrito. Ambos, na prorrogação da Hora do Expediente, terão 5 minutos, cada um, para fazer suas comunicações.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Tem a palavra a Senadora Emilia Fernandes. V. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** (Bloco/PDT – RS) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs Senadoras, Srs. Senadores, nesta tarde, quero registrar a realização do V Encontro do Fórum de Mulheres do Mercosul, ocorrido de 23 a 25/05/99 em Montevidéu, na República Oriental do Uruguai, onde participamos, juntamente com uma delegação composta por mais de 20 mulheres brasileiras, coordenada pela Presidente do Capítulo do Brasil no Fórum de Mulheres do Mercosul, a Deputada Maria Elvira Ferreira, do Estado de Minas Gerais.

Participaram do Encontro aproximadamente 250 mulheres, dentre empresárias, políticas, sindicalistas, educadoras dos quatro países do Bloco Regional.

O Fórum de Mulheres do Mercosul, que tem como Presidente Regional a Dr<sup>a</sup> Laura Velasquez, da Argentina, e como 1<sup>a</sup> Vice-Presidente uma brasileira, a Dr<sup>a</sup> Ângela Prata de Assis, tem, além da direção Regional, Capítulos nos quatro países, além de representações no campo político, cultural, empresarial, laboral, ou sindical, ou de trabalho.

Esse Fórum foi criado em 1995, em Buenos Aires, como resultado de uma grande jornada de mulheres, onde foi discutida a integração do Mercosul sob a visão das mulheres, tendo seus estatutos sido aprovados em 1997.

Sem dúvida, esse grupo de mulheres, fundamentado na ação consequente de que as mulheres desejam – sem deixar de lado as questões da problemática de gênero – instalar, a partir da visão das mulheres, a discussão, a participação e a ação de todos os setores da sociedade sobre a necessária presença da mulher no desenvolvimento do Mercosul.

O Fórum contou com a presença de várias autoridades, como a Ministra de Mulheres da República do Paraguai; a Senadora do Paraguai, Dr<sup>a</sup> Ilda Mayeregger; a Embaixadora da Costa Rica no Uruguai; o Ministro de Relações Exteriores do Uruguai;

o Embaixador dos Estados Unidos no Uruguai; o Diretor do Mercosul do Ministério de Relações Exteriores; também a nossa Embaixada se fez presente, representada pelo 1º Secretário da Embaixada do Brasil no Uruguai; havia também representantes da Unifem; a Presidente da Central-Geral dos Trabalhadores do Paraguai; a Coordenadora do Programa Interamericano de Prevenção à Violência (IIN), do Instituto Americano da Criança da OEA – Organização dos Estados Americanos; representantes da União Européia e do BID. Enfim, estava muito seleta e diversificada a platéia.

Houve uma mesa redonda da Reunião Especializada da Mulher do Mercosul, do Grupo Mercado Comum, e o Brasil, que deveria ter enviado uma mulher para representá-lo oficialmente, infelizmente não o fez.

É importante ressaltar, como ponto positivo, a atenção dispensada pelo Embaixador do Brasil no Uruguai, Dr. Luiz Augusto Costa, pela Conselheira Ana Maria Fernandes, bem como pelo 1º Secretário da Embaixada, Sr. José Fernando Valim, que deram uma atenção especial aos Parlamentares e à delegação como um todo.

Durante o encontro, foi realizada uma retrospectiva das ações do Fórum, análise de data e critérios para a composição da diretoria regional e nacional; oportunidade em que eu, que ocupo a Vice-Presidência do Setor Político do Capítulo Brasil, fui convidada e passei a integrar a Direção Regional do Fórum de Mulheres do Mercosul, na qualidade de representante política no Brasil.

O Fórum de Mulheres do Mercosul já realizou cinco encontros internacionais. O primeiro, no Uruguai; o segundo, no Brasil; o terceiro, no Paraguai; o quarto, na Argentina; e o quinto – este a que me refiro –, no Uruguai. O sexto Fórum será realizado aqui no Brasil, no ano 2000, em homenagem ao nosso País.

Dentre as reuniões específicas de trabalho do V Encontro, cabe ressaltar a questão laboral e sindical, cujo tema escolhido denomina-se "A mulher e o mercado de trabalho integrado sob a Luz da problemática da igualdade de oportunidades".

No setor empresarial, acentuou-se a sua discussão na questão das pequenas e microempresas do Mercosul e a ação das mulheres empresárias em cada região dos Estados-Membros.

No setor político – que foi a Mesa de que participei, inclusive fiz um pronunciamento, houve um debate entre os quatro países –, a reunião foi realizada no Palácio Legislativo, onde tratamos da análise da ação dos governo e dos órgãos governamentais res-

ponsáveis pela defesa dos direitos da mulher (inclusive no Parlamento) nos países-membros do Mercosul e sobre a questão da legislação, instrumentos e planos de ação. Esse grupo de trabalho foi importante também porque ele se desmembrou em dois momentos: as mulheres políticas e as representantes da área cultural, educacional, acadêmica, entenderam que não se pode tratar a questão Mercosul na visão realista da verdadeira integração se não aproveitarmos a cultura e a educação desses povos, que têm coisas semelhantes e muita riqueza; questão que também foi trabalhada visando a fortalecer a democracia com eqüidade de gênero a partir da visão cultural e educacional.

Ficou ainda definido que, nos próximos dias 13 e 14 de junho, será realizada uma reunião da Diretoria Regional do Fórum no Paraguai, também como continuidade da 2ª Reunião Especializada, que será realizada nos dias 11 e 12, que está sendo organizada especificamente pelo Paraguai.

O Fórum de Mulheres do Mercosul participará de um outro importante evento: a Conferência Nafta-Mercosul – Impacto Sobre as Mulheres, a se realizar em outubro deste ano no Canadá.

Quero registrar, Srs. Senadores, parte do pronunciamento que fiz durante minha participação no grupo político. Na ocasião, afirmei que a dimensão humana do processo de integração do Cone Sul é muito pouco percebida pela sociedade em geral. Reflexo típico de tal atitude é a concepção generalizada de que o Mercosul seria um projeto meramente comercial destinado a dar vazão aos interesses do capital e das empresas transnacionais.

Conduto, se considerarmos o Mercosul mais do que uma mera união aduaneira, um verdadeiro instrumento de desenvolvimento da produção e de incentivo à competitividade da economia brasileira, é preciso admitir que o alcance de tais metas exige a modernização de nosso sistema produtivo, o que compreende a atualização não só da base tecnológica como também das relações de trabalho.

Não há dúvida de que o Mercado Comum do Cone Sul é uma realidade política e um fato econômico da maior relevância no cenário mundial. Entretanto, para que seja também uma realidade social incontestável, não se poderá permitir que sua capacidade produtiva seja afetada por procedimentos discriminatórios e obsoletos em relação à mulher, cuja participação é indispensável num processo de desenvolvimento moderno, equilibrado e justo.

No que se refere aos direitos da mulher e à garantia de sua igualdade nas relações familiares e la-

boriais, verificam-se notáveis divergências nos sistemas jurídicos internos de cada Estado-membro.

A presença dessas disparidades mostra a necessidade de uma unificação em nível legislativo. No estágio em que se encontra o nosso projeto integracionista do Cone Sul, muito distantes estamos de uma condição supranacional. No entanto, relativamente à mulher e à família, vislumbra-se uma harmonização mais viável, dadas as afinidades históricas no que se refere à inserção da mulher, como fator produtivo, no processo de desenvolvimento econômico dos países envolvidos.

Vale ressaltar, por outro lado, que a América Latina não seguiu o modelo econômico dos países industrializados, onde a maior inserção das mulheres no mercado de trabalho ocorreu em período de maior crescimento econômico e escassez de mão-de-obra. Na América Latina, ao contrário, foi a crise econômica que levou um enorme contingente de mulheres para o mercado de trabalho e essa ação provocou um significativo crescimento da População Economicamente Ativa – PEA feminina, somada à mão-de-obra masculina.

Mesmo assim, sabemos que a mulher não passou a ser considerada importante geradora de renda, por razões culturais que todos conhecemos, que vêm identificando ainda o trabalho da mulher como uma modalidade complementar à do homem e, consequentemente, menos remunerada e até menos prestigiada.

Por outro lado, registramos ainda que o Brasil está enfrentando profundas dificuldades do ponto de vista econômico, político e social, resultado das altas taxas de juros do mundo e do atrelamento sem precedentes ao capital especulativo internacional, com sérias repercussões em todos os campos da sociedade brasileira.

Em consequência dessa brutal recessão que atinge a economia nacional em todos os setores, o Brasil é o quarto país do mundo em número de desempregados, já chegando perto de 20% da população economicamente ativa. É uma situação de tamanha gravidade que, neste ano, o desemprego é tema da Campanha da Fraternidade, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, não apenas apontando para o fato da diminuição do trabalho, mas nos perguntando o porquê disso.

A ideologia neoliberal patrocinadora dessa crise, que construiu e referendou o domínio, sem dúvida, selvagem do mercado sobre as nossas sociedades, foi proposta em 1990, em Washington, por representantes do governo norte-americano, do

Banco Mundial e do FMI, que realmente fizeram com que se estabelecesse essa política em vários países da América.

Lembrei também que a Conferência Internacional da Mulher, realizada na China em 1995, já alertou e reconheceu que as propostas neoliberais expressas – segundo o Documento de Beijing – nas políticas macro e microeconômicas, incluindo o reajuste estrutural, nem sempre foram desenhadas levando-se em conta seus impactos sobre as mulheres e as meninas, especialmente aquelas que vivem na pobreza.

E, aliados aos aspectos legais e econômicos, muitos outros fatores de ordem educacional, cultural e política estão relacionados com o desenvolvimento social da mulher na América do Sul e poderão, sem dúvida, ser um notável impulso ao Mercosul, na medida em que as próprias mulheres participem mais ativamente dessas questões.

Fizemos uma série de questionamentos em relação ao acesso, à distribuição educacional para a mulher, à sistemática utilizada pelas empresas quanto ao cuidado com as mulheres, no que se refere a creches, ao atendimento à educação. Registrmos, concluindo, que a situação de desigualdade e injustiça em que vivem nossos povos resulta do processo histórico de atrelamento aos interesses dos poderosos grupos econômico-financeiros internacionais, estreitamente ligados a grupos nacionais desvinculados da realidade social e despidos do espírito patriótico, em uma de suas variáveis mais graves, que é a discriminação política, social, econômica e cultural que recai sobre nós, mulheres latino-americanas.

A realidade atual, portanto, impõe que a presença das mulheres nos centros de decisão política seja ainda mais efetiva e eficiente, advertindo sobre a gravidade da crise, denunciando os desmandos e apresentando propostas. Mais do que nunca, a conquista de igualdade de gênero, além das questões pontuais, passa pela mudança radical da atual política econômica e dos seus trágicos desdobramentos sociais e políticos.

Afirmamos que nós, as mulheres do Brasil, da Argentina, do Uruguai, do Paraguai e outros países, temos a grande responsabilidade de, ao lado das sugestões e propostas econômicas, inserir nos debates a sensibilidade, o espírito coletivo, a fraternidade, o humanismo e o senso mais profundo de igualdade.

Por outro lado, chamamos a atenção para o documento final, resultante dos trabalhos em grupo

– pedimos, inclusive, o registro, nos Anais da Casa, de um documento intitulado "O fator institucional – a próxima tarefa do Mercosul" -, e o resultado pontual das questões que lá ficaram definidas.

Entre as propostas mais significativas se destacam:

- Compatibilizar a legislação preventiva da violência familiar, propondo um currículo escolar onde se incluam temas sobre a violência, assim como a regulamentação da não-violência nos meios de comunicação;

- Promover a criação de mecanismos de ação afirmativa para assegurar a participação efetiva da mulher nos espaços de decisão política;

- Agilizar a adequação das legislações aos novos paradigmas em relação ao mercado de trabalho para que contemplem projetos com novas alternativas e perspectivas de trabalho para essa grande mão-de-obra hoje desempregada;

- Oferecer assessoramento quando se implementem os mecanismos dos segmentos dos direitos consagrados no Acordo Social Laboral do Mercosul, para que se priorize a verificação do cumprimento pelos países do princípio da não-discriminação em razão do sexo;

- Promover, em nível regional, ações que favoreçam o acesso ao crédito das médias e pequenas empresas, através da destinação de fundos e de linha de crédito, fomentando a simplificação de trâmites legais;

- Criar um organismo de estrutura supranacional de consulta, assessoramento e resolução de conflitos, principalmente das médias e pequenas empresas do Mercosul, para que agilize e resolva objetivamente os problemas do setor.

Por outro lado, destacou-se, à luz da problemática da igualdade de oportunidades, a necessidade de promover a participação das mulheres no Subgrupo 7, que é o grupo industrial, e Subgrupo 10, que é o laboral, do Grupo Mercado Comum do Mercosul, grupo oficial existente nesse país.

Finalmente, ao término do encontro, aprovou-se um documento relativo ao fator institucional do Mercosul, e, no mesmo, destaca-se que, embora na atualidade os membros do Mercosul contêm com a possibilidade de recorrer a um tribunal arbitral para dirimir as suas diferenças, o estado avançado do Bloco Regional e a realidade que existe hoje no comércio internacional tornam indispensável a criação de instituições permanentes e flexíveis que assegurem a resolução ágil de conflitos, permitam a participação de todos os setores da sociedade e definitiva-

mente garantam a viabilidade do Mercosul em longo prazo.

Assim mesmo, apesar da convicção generalizada que considera que o Mercosul é um processo econômico, marcamos a nossa posição, qual seja a de acreditarmos que o mesmo não pode limitar-se exclusivamente a essa área. Muito pelo contrário, o Mercosul precisa ser uma realidade que avança para formas de integração que englobem aspectos sociais, laborais, culturais e políticos.

Nesse sentido, o Fórum de Mulheres do Mercosul considera que, para alcançar dita realidade, surge a necessidade de uma adequação permanente da estrutura institucional do Mercosul que contemple a demanda da sociedade.

Nesse sentido, Sr. Presidente, quero solicitar que todas as propostas e documentos que não estou lendo na íntegra, bem como nosso pronunciamento, sejam publicados nos Anais da Casa, na sua totalidade.

Quero dizer também que toda a documentação que recebemos será encaminhada à Direção do Mercosul. Vamos enviá-la também à Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul do Congresso Nacional, ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher do nosso País e ao Ministério das Relações Exteriores, para que haja uma ação integrada na sua implementação.

Já que estamos falando de Mercosul, registro também a expectativa em torno de dois temas que foram muito discutidos, embora não oficialmente, nos bastidores desse encontro de mulheres do Mercosul: um deles se refere à questão da dolarização da moeda argentina, que é um assunto complexo, sobre o qual ainda há muitas posições divergentes; o outro está relacionado a essa reunião que será realizada no Rio de Janeiro, a chamada Cimeira América Latina União Européia.

V. Ex<sup>as</sup>s sabem que, em 27 e 28 de junho, 49 governantes de países da Europa, da América Latina e do Caribe vão reunir-se no Rio de Janeiro num encontro em que – segundo a imprensa – haverá espaços para a discussão de temas políticos e econômicos, como, por exemplo, a consolidação e o aperfeiçoamento da democracia nos continentes; o fortalecimento dos sistemas judiciários; a questão dos direitos humanos e da segurança; a luta contra as drogas; a reforma no atual sistema das Nações Unidas; o crescimento sustentado das economias; o acesso a mercados e fluxos financeiros e de investimentos.

A expectativa é grande. Sabemos que, hoje, o Mercosul abrange uma população de 211,2 milhões

de pessoas. Dele fazem parte quatro países oficialmente, e mais dois estão em encaminhamento. Enrola um PIB de US\$1,108 trilhão, um PIB per capita da ordem de US\$5.330 e um déficit comercial de US\$15,724 bilhões. Com relação à União Européia, V. Ex<sup>as</sup>s conhecem os dados e sabem da sua importância.

O Fórum das Mulheres do Mercosul é um órgão de assessoramento, regulamentado em lei, do Grupo da Reunião Especializada de Mulheres do Mercosul. Desde o ano de 1998, por meio de uma resolução, foi aprovado que o Fórum de Mulheres do Mercosul deve assessorar, apoiar e sugerir propostas a serem discutidas no âmbito dos órgãos oficiais do Mercosul. É importante que se registre esse fato.

Os dados específicos que estão em nosso relatório – não entramos em maiores detalhes –, ressaltamos que são do mais alto significado. Acredito que a Presidente do capítulo do Fórum de Mulheres do Mercosul do Uruguai, a Dr<sup>a</sup> Nelly Morgant – que foi quem sediou e coordenou o encontro –, ficou altamente satisfeita, uma vez que foram atingidos os objetivos a que esse encontro se propôs.

Cumprimento o Fórum e quero dizer também que, em todos os Estados brasileiros, estão sendo chamadas aquelas mulheres – políticas, educadoras, empresárias, sindicalistas – que queiram tomar um maior conhecimento a respeito dessa entidade e que possam futuramente, inclusive, organizá-la em seus Estados.

O Estado de Minas Gerais, realmente, é o Estado em que está melhor organizado esse trabalho, que foi feito a partir da Deputada Maria Elvira, que foi a pioneira nessa participação do Brasil no Fórum de Mulheres do Mercosul. Estamos agora levando-o ao Rio Grande do Sul, nosso Estado, mas queremos dialogar com outros Estados, caso estes demonstram interesse de se incorporar nessa luta e nesse espaço de debate referente à questão do Mercosul.

São essas as considerações que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA EMILIA FERNANDES EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

A dimensão humana do processo de integração do Cone Sul é muito pouco percebida pela sociedade em geral. Reflexo típico de tal atitude é a concepção generalizada, de que o Mercosul seria um projeto meramente comercial, destinado a dar

vazão aos interesses do capital e das empresas transnacionais.

Contudo, se considerarmos o Mercosul, mais que uma mera "união aduaneira", um verdadeiro instrumento de desenvolvimento da produção e de incentivo à competitividade da economia brasileira, é preciso admitir que o alcance de tais metas exige a modernização de nosso sistema produtivo, o que compreende a atualização não só da base tecnológica como também das relações de trabalho.

Não há dúvidas de que o Mercado Comum do Cone Sul é uma realidade política e um fato econômico da maior relevância no cenário mundial. Entretanto, para que seja, também, uma realidade social incontestável não se poderá permitir que sua capacidade produtiva seja afetada por procedimentos discriminatórios e obsoletos em relação à mulher, cuja participação é indispensável num processo de desenvolvimento moderno, equilibrado e justo. No que se refere aos direitos da mulher e à garantia de sua igualdade nas relações familiares e laborais, verificam-se notáveis divergências nos sistemas jurídicos internos de cada Estado – Membro.

A presença dessas disparidades mostra a necessidade de uma unificação em nível legislativo. No estágio em que se encontra o nosso projeto integracionalista do Cone Sul, muito distante estamos de uma condição supranacional. No entanto, relativamente à mulher e à família, a harmonização se vislumbra mais viável, dadas as afinidades históricas no que se refere à inserção da mulher, como fator produtivo, no processo de desenvolvimento econômico dos países envolvidos.

Vale ressaltar que a América Latina não seguiu o modelo econômico dos países industrializados, onde a maior inserção da mulher no mercado de trabalho ocorreu em período de maior crescimento econômico e escassez de mão-de-obra.

Ao contrário, na América Latina, foi a crise econômica que levou um enorme contingente de mulheres para o mercado de trabalho e essa ação provocou um significativo crescimento da População Economicamente Ativa – PEA feminina, que, somada ao trabalho informal, é superior à PEA masculina, na região abrangida pelo Mercosul.

Mesmo assim a mulher não passou a ser considerada importante geradora de renda, por razões culturais que vêm identificando o trabalho da mulher como uma modalidade complementar à do homem e, consequentemente, menor remunerada. Pode-se acrescentar, ainda, que a tradição ibero-hispânica legou à região a idéia da divisão do trabalho dando

privilegios para o homem e subordinação para a mulher.

Por outro lado, registramos ainda que, o Brasil está mergulhando em uma crise econômica, resultando das mais altas taxas de juros do mundo e do atrelamento sem precedentes ao capital especulativo internacional, com sérias repercussões em todos os campos da sociedade brasileira.

Hoje, em consequência da brutal recessão que atinge a economia nacional em todos os setores, o Brasil é o quarto país do mundo em número de desempregados, já chegando perto dos 20% da população economicamente ativa. Dentre essa imensidão de brasileiros jogados na miséria, sem dúvida, estão milhões de brasileiras, de mulheres de todas as idades, do campo e da cidade, que perderam seus empregos ou sequer conseguiram entrar no mercado de trabalho. É uma situação de tamanha gravidade que, neste ano, o desemprego é tema da Campanha da Fraternidade, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Diz Dom Luciano Mendes: "A Campanha da Fraternidade não aponta apenas para o fato da diminuição de trabalho, mas nos pergunta o porquê disso".

A ideologia neoliberal patrocinadora dessa crise, que construiu e referendou o domínio selvagem do mercado sobre nossas sociedades, foi proposta, em 1990, por representantes do governo norte-americano, do Banco Mundial e do FMI, que forjou um novo modelo para as economias latino-americanas. Era uma plataforma na qual constava a defesa do Estado mínimo, com forte redução das despesas públicas; a privatização das empresas e de todas as instâncias estatais; o controle da inflação; a severa redução dos gastos sociais em prol da austeridade monetária; a flexibilização das relações do trabalho com a perda de direitos sociais, previdenciários e trabalhistas, conquistados pelos trabalhadores; e a abertura das nossas economias ao comércio exterior e aos capitais internacionais.

Já em 1995, a IV Conferência Internacional da Mulher, realizada em Beijing, havia alertado e reconhecido que as propostas neoliberais, expressas nas "políticas macro e microeconômicas, incluindo o reajuste estrutural, nem sempre foram desenhadas levando-se em conta seus impactos sobre as mulheres e as meninas, especialmente aquelas que vivem na pobreza."

Aliados aos aspectos legais e econômicos, muitos outros fatores de ordem educacional, cultural e política estão relacionados ao desenvolvimento social da mulher da América do Sul e poderão receber

notável impulso com o Mercosul. Levanto algumas questões:

– Qual a amplitude do acesso e da distribuição educacional da mulher para melhorar o nível de saúde, na estrutura familiar, no trabalho, quanto à alimentação, higiene, prevenção de doenças e outros?

– Haverá uma observação sistemática nas empresas vinculadas ao Mercosul no que diz respeito à criação de creches para os filhos de empregadas e assistência médica às mulheres, já que essas empresas serão responsáveis pelo desenvolvimento do processo social?

– Haverá redução do perfil etário na participação econômica feminina, no mercado de trabalho? Qual a faixa ideal nos países industrializados?

– Que políticas serão adotadas para melhorar a capacidade produtiva da mulher para atender à demanda do mercado de trabalho?

A situação de desigualdade e injustiça em que vivem nossos povos resulta do processo histórico de atrelamento aos interesses de poderosos grupos econômico-financeiros internacionais, estreitamente ligados a grupos nacionais, desvinculados da realidade social e despidos de espírito patriótico e uma de suas variáveis mais graves é a discriminação política e social, econômica e cultural, que recai sobre nós, mulheres latino-americanas.

A realidade atual, portanto, impõe que a presença das mulheres nos centros de decisão política seja ainda mais efetiva e eficiente, advertindo sobre a gravidade da crise, denunciando os desmandos e apresentando propostas.

Mais do que nunca, a conquista de igualdade de gênero, além das questões pontuais, passa pela mudança radical da atual política econômica, e dos seus trágicos desdobramentos sociais e políticos.

Nós, mulheres do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, temos a grande responsabilidade de, ao lado das sugestões e propostas econômicas, inserir, nos debates, a sensibilidade, o espírito coletivo, a fraternidade, o humanismo e o senso mais profundo de igualdade.

#### O FATOR INSTITUCIONAL A próxima tarefa do Mercosul

Desde sua criação, a evolução do Mercosul tem sido muito promissora. As relações comerciais entre seus membros têm demonstrado um claro

crescimento ao mesmo tempo em que se incrementa a confiança dos Estados frente à comunidade internacional. Definitivamente o Mercosul foi pensado como uma sólida garantia para o desenvolvimento de seus integrantes.

Porém, hoje o Mercosul apresenta claros sinais de fadiga pela combinação das crises financeiras com problemas naturais de consolidação e aprofundamento do processo negociador.

Brasil e Argentina, os maiores sócios do Mercosul, enfrentam atualmente uma crise própria dos processos de crescimento e dos efeitos negativos das crises financeiras internacionais.

Somam-se a estas dificuldades as assimetrias que sempre existiram entre as medidas da política econômica (monetária, fiscal e aduaneira) adotadas individualmente pelos quatro países; a dificuldade de levar adiante a consolidação e aprofundamento das negociações (sistema automotriz, açúcar, código de defesa do consumidor e outros); reclamações mútuas, resultado das dificuldades internas de cada um dos países em relação à balança comercial e a redução do intercâmbio comercial total dentro do Mercosul.

Estas dificuldades confirmam o risco que corre o estabelecido em matéria institucional que pode incidir frente a potenciais investidores internos e externos.

Por tais motivos é nossa intenção gerar um debate em torno da necessidade de dotar o Mercosul de instituições supranacionais ou inclusive de organismos interestatais que permitam resolver disputas comerciais e propor normas comuns para serem tratadas no Poder Legislativo de cada um dos países-membros.

A ausência desta discussão tem determinado que toda disputa comercial se converta praticamente em uma questão de Estado. As comissões setoriais de trabalho – GMC, do Grupo Mercado Comum, se reúnem periodicamente, porém suas decisões acabam no gargalo do Conselho do Mercado Comum. Esta realidade evidencia a necessidade de instituições neutras ou intermediárias para esclarecer e evitar que cada conflito tenha tanta carga política e envolva diretamente os chefes de estado.

Se bem que, na atualidade, os membros do Mercosul contam com a possibilidade de recorrer a um tribunal para dirimir suas diferenças, o estado avançado do bloco regional e a realidade que exige hoje o comércio internacional tornam indispensável a criação de instituições permanentes e flexíveis que assegurem a resolução ágil de conflitos; permitam a participação de todos os setores da sociedade e de-

finitivamente garantam a viabilidade do Mercosul em longo prazo.

Até agora, a falta de uma interpretação, sistematização e consequente aplicação de tratados e protocolos em vigor tem fortalecido os desequilíbrios próprios da realidade dos estados-membros; constituindo-se tudo em evidente obstáculo à consolidação e autonomia do processo de integração em curso.

Por conseguinte, a criação de organismos dotados de uma maior independência será uma ferramenta indispensável para promover e respaldar o rumo do Mercosul que deve responder a necessidades específicas e transformadas, por isso há de ter um conteúdo mutável.

#### **O Mercosul: uma realidade social, laboral, política e cultural, além de comercial**

Apesar da convicção generalizada que considera o Mercosul como um processo econômico, acreditamos que o mesmo não se limite exclusivamente a essa área. Muito pelo contrário, o Mercosul é uma realidade que avança para formas de integração que englobem aspectos sociais, laborais, culturais e políticos.

Para alcançar esta realidade, surge a necessidade de uma adequação permanente da estrutura institucional do Mercosul que contemple a demanda da sociedade civil.

#### **Conclusão:**

Pelo exposto, o **Fórum de Mulheres do Mercosul** considera que deveria ser agilizada uma decisão que incorpore ao marco jurídico mecanismo de solução de controvérsias ágil, que resguarde os direitos e as inquietudes de todos os setores da sociedade.

Nos dias 23, 24, e 25 de maio passado, se realizou na Cidade Montevideo/Uruguai, o V Encontro do Fórum de Mulheres do Mercosul. Participaram 250 mulheres empresárias, políticas, sindicalistas, acadêmicas dos países do Bloco Regional.

Como resultado o Mercosul, se aprovaram-lhes diversas propostas que serão apresentadas na REM – Reunião Especializada de Mulheres do Grupo Mercado Comum, da qual o Fórum é o único organismo assessor, que se realizará 11 e 12 de junho próximo na cidade de Assunção/Paraguai.

– Entre as propostas mais significativas se destacam, entre outras, as seguintes:

– Compatibilizar a legislação preventiva da Violência Familiar, propondo um **curriculum** escolar onde se inclua tema sobre a violência, assim como a

regulamentação da não violência nos meios de comunicação.

– Promover a criação de mecanismos de ação afirmativa para assegurar a participação efetiva da mulher nos espaços de decisão política.

– Agilizar a adequação das legislações aos novos paradigmas do mercado de trabalho para que se contemplam os projetos das novas formas alternativas de trabalho.

– Oferecer assessoramento quando se implementem os mecanismos de segmento dos direitos consagrados no Acordo Social Laboral do Mercosul, para que se priorize a verificação do cumprimento pelos Países do princípio de não discriminação em razão do sexo.

– Promover a nível regional ações que favoreçam o acesso ao crédito das médias e pequenas empresas por meio da destinação de fundos e de linha de crédito fomentando a simplificação de trâmites.

– Criar um organismo de estrutura supranacional de consulta, assessoramento e resolução de conflitos das Médias e Pequenas Empresas – Mercosul, que agilize e resolve objetivamente os problemas do setor.

Por outro lado, se destacou, a luz da problemática da igualdade de oportunidades a necessidade de promover a participação das mulheres no Sub-Grupo 7 (Indústria) e Sub-Grupo 10 (Laboral) do Grupo Mercado Comum do Mercosul.

Finalmente ao término do encontro se aprovou um documento relativo ao fator institucional do Mercosul. No mesmo se destaca que embora, na atualidade, os membros do Mercosul contam com a possibilidade de recorrer a um tribunal arbitral para dirimir suas diferenças, o estado avançado no Bloco Regional e a realidade que exige hoje o comércio Internacional, tornam indispensável a criação de instituições permanentes e flexíveis que assegurem a resolução ágil de conflitos; permitam a participação de todos os setores da sociedade e definitivamente garantam a viabilidade do Mercosul em longo prazo.

Assim mesmo, apesar da convicção generalizada que considera o Mercosul como um processo econômico acreditamos que o mesmo não se limite exclusivamente a essa área. Muito pelo contrário, o Mercosul é uma realidade que avança para formas de integração que englobem aspectos sociais, laborais, culturais e políticos.

Neste sentido, o Fórum de Mulheres do Mercosul, considera que para alcançar dita realidade surge a necessidade de uma adequação permanente da

estrutura institucional do Mercosul que contempla a demanda da sociedade.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – V. Ex<sup>a</sup> será atendida na forma regimental.

A Mesa sugere às Srs e aos Srs. Senadores que se encontram em outras dependências da Casa que se dirijam ao plenário, uma vez que haverá votação nominal.

Prorrogo, pelo prazo permitido pelo Regimento Interno, a Hora do Expediente.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – De acordo com indicações recebidas das lideranças e nos termos do disposto no caput do art. 5º da Resolução nº 2, de 1995-CN, designo para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização:

### SENADORES

#### Titulares

PMDB

Ramez Tebet  
Wellington Roberto  
Luiz Estevão  
José Alencar  
Gilberto Mestrinho  
Nabor Júnior  
Mauro Miranda

PFL

Mozarildo Cavalcanti  
Moreira Mendes  
Edison Lobão  
Eduardo Siqueira Campos  
Hugo Napoleão

PSDB

Romero Jucá  
Paulo Hartung  
Luiz Pontes  
Lúcio Alcântara

Bloco Oposição (PT – PDT – PSB – PPS).

Antonio Carlos Valadares  
Eduardo Suplicy  
Sebastião Rocha  
Tião Viana

PPB

Luís Otávio

#### Suplentes

Alberto Silva  
Gilvam Borges

Carlos Patrocínio  
Romeu Tuma

Osmar Dias

### DEPUTADOS

#### Titulares

PFL

Antônio Carlos Konder  
Carlos Melles  
César Bandeira

#### Suplentes

João Ribeiro  
Luís Barbosa  
Paulo Marinho

Jorge Khoury  
José Lourenço  
Lael Varella  
Laura Carneiro  
Neuton Lima  
Osvaldo Coelho  
Paes Landim  
Paulo Braga  
Santos Filho  
Wilson Braga

PMDB

Armando Abilio  
Damião Feliciano  
Freire Júnior  
José Chaves  
José Priante  
Osvaldo Reis  
Pedro Chaves  
Renato Vianna  
Silas Brasileiro  
Waldemir Moka  
Wilson Santos  
vago

PSDB

Alberto Goldman  
Basílio Villani  
João Leão  
Nárcio Rodrigues  
Pedro Henry  
Jovair Arantes  
Anivaldo Vale  
Paulo Feijó  
Danilo de Castro  
Rommel Feijó  
Roberto Rocha  
Aloysio Nunes Ferreira

PT

Ben-Hur Ferreira  
Carlito Merss  
Fernando Marroni  
João Coser  
João Fassarella  
Nilson Mourão  
Virgílio Guimarães

PPB

Almir Sá  
Cleônâncio Fonseca  
Iberê Ferreira  
Márcio Reinaldo Moreira  
Nelson Meurer  
Roberto Balestra  
Vadão Gomes

Sérgio Barcellos  
Zila Bezerra

Eunício Oliveira  
José Borba  
vago  
vago

Fátima Pelaes  
Pedro Canedo  
Paulo Mourão  
Emerson Kapaz

Antonio Palocci  
Pedro Celso

vago  
vago

	PTB	vago
Félix Mendonça		
José Carlos Elias		
vago		
	PDT	Giovanni Queiroz
Airton Dipp		
Coriolano Sales		
Eurípedes Miranda		
Bloco (PSB – PCdoB)		
Aldo Rebelo		Eduardo Campos
Luiza Erundina		
Pedro Eugênio		
Bloco (PL – PST – PMN – PSD – PSL)		
Eujálio Simões		Marcos Cintra
Lincoln Portela		

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Tendo em vista que o prazo previsto no § 2º do art. 5º da mencionada resolução já se encontra esgotado, a Mesa orienta os integrantes da Comissão para que se reunam de imediato para a sua instalação e eleição da sua Mesa Diretora.

**O SR. OSMAR DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Concedo a palavra a V.Exª.

**O SR. OSMAR DIAS** (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem apenas para fazer uma observação e uma pergunta. É que, em reunião, o Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, alertou que a Resolução nº 2, de 1995, exige que os Partidos façam o rodízio dos Parlamentares na Comissão de Orçamento tanto no que se refere aos Membros Titulares quanto aos Suplentes. Pergunto: houve respeito à Resolução nº 2 na indicação dos novos Membros da Comissão de Orçamento?

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – A Mesa deseja esclarecer a V.Exª que a Resolução nº 2 é precisamente aquela que foi aprovada, incluindo um dispositivo que revoga a exigência de rodízio.

De forma que há apenas um equívoco com relação ao número da resolução. Não é a Resolução nº 2 que determina o rodízio. A Resolução nº 2 é a que revogou a exigência do rodízio.

**O SR. OSMAR DIAS** (PSDB – PR) – Foi um equívoco, Sr. Presidente, mas creio que é um prejuízo para o Senado a revogação desse dispositivo. Acredito que seria salutar o rodízio.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Embora concordando com V.Exª, informo que a decisão foi tomada pela Casa oportunamente.

*O Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente..*

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Srs. Senadores, encontra-se em plenário o Presidente da Assembléia da República de Portugal, Deputado António de Almeida Santos, que visita oficialmente o Brasil a convite do Senado Federal, a quem convidou a tomar assento à Mesa. S. Exª está acompanhado de uma delegação de Deputados composta pela Deputada Maria Celeste Correia e pelos Deputados Miguel Relvas, Rui Pedrosa, Rodeia Machado e João Corregedor da Fonseca e também com altos funcionários daquela Casa.

Para saudar o nosso eminente visitante, concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Exmº Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães, Exmº Sr. Presidente da Assembléia da República de Portugal, Deputado António de Almeida Santos e digna senhora, Exmºs Senadoras, Exmºs Srs. Senadores, Exmºs Srªs e Srs. Parlamentares, membros da Assembléia da República de Portugal, que compõem a delegação em visita ao nosso País, Exmº Sr. Embaixador de Portugal no Brasil, demais autoridades presentes, é com grande honra que esta Casa do Congresso Nacional abre hoje as suas portas para receber, neste plenário, delegação parlamentar da Assembléia da República Portuguesa, chefiada pelo eminentíssimo Deputado António de Almeida Santos, Presidente do mais alto Parlamento de Portugal.

Gostaria de dizer, igualmente, que é também grande honra para mim ter sido designado pela direção desta Casa para saudar V. Exª, Deputado António de Almeida Santos, e sua ilustre comitiva de parlamentares e autoridades portuguesas, nesta visita oficial ao Senado de nossa República e a Brasília.

Quero aproveitar esta oportunidade para dizer-lhe, e a todos que o acompanham, da honra em tê-los hoje conosco e da oportunidade que se nós apresenta para trocarmos informações e experiências, para nos conhecermos melhor, para estabelecermos intercâmbios mais freqüentes entre nossas duas Casas Legislativas e, por que não dizer, para pensarmos juntos questões políticas do nosso tempo que nos dizem respeito, tais como, o fortalecimento da democracia e o seu aprimoramento como base fundamental de governo em nossos países e em nossos continentes.

Sr. Deputado António de Almeida Santos; a sua trajetória de luta pública desde os tempos da mocidade, ora como advogado nas terras então colonizadas da antiga capital Lourenço Marques, ora como membro do "Grupo dos Democratas de Moçambique", ou como representante do corajoso General Humberto Delgado naquela colônia portuguesa, nos tempos difíceis do final da década de 50, em pleno auge do regime salazarista, sua trajetória de luta pública – volto a dizer –, permite-me defini-lo como um incansável defensor da democracia e da liberdade, mesmo sabendo que, naquela conjuntura histórica, corria sério risco de sofrer violência física, de ser encarcerado ou de se ver repentinamente privado dos mais elementares direitos que regem a vida em sociedade.

Mais tarde, quando os cravos ornavam os fuzis dos soldados portugueses nas ruas de Lisboa e em todo Portugal, no memorável dia 25 de abril de 1974, em plena efervescência da chamada "Revolução dos Cravos", de novo Vossa Excelência, com milhões de vozes que se ouviam também nas colônias de além-mar, ajudaram a derrubar o regime e instalaram em seu lugar a democracia.

Naquela época, aqui no Brasil, Sr. Deputado António de Almeida Santos, também vivíamos outro momento político, mas, mesmo assim, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, milhões de brasileiros choraram baixinho de alegria pela conquista da liberdade em sua terra. Em nossos corações, sentimos como se fora conquista nossa. O mesmo sentimento, mas de peito aberto e com muita vibração, a nossa colônia de exilados manifestou nas ruas, nas avenidas, nos bares, enfim, nas praças públicas de todo Portugal!

A partir desse novo momento histórico, novas responsabilidades o esperavam em Lisboa. Foi assim que assumiu o cargo de Ministro da Coordenação Interterritorial nos quatro primeiros Governos Provisórios; de Ministro da Comunicação Social e de Ministro de Assuntos Parlamentares no sexto Governo Provisório; de Ministro da Justiça no primeiro Governo Constitucional; de Ministro Adjunto do Primeiro Ministro no segundo Governo Constitucional; de Deputado pelo Partido Socialista desde que deixou as funções de governo; de Presidente do Partido Socialista Português desde 1991; de membro do Conselho de Estado desde 1985 até o momento presente; e, finalmente, de Presidente da Assembléia da República desde 1995:

Nobres parlamentares portugueses, a nossa e a sua democracia ainda são muito jovens e, por isso

mesmo, como disse no início deste pronunciamento, precisamos solidificá-las mais profundamente em nossos países.

Observando os acontecimentos políticos mais importantes verificados em Portugal neste século, podemos distinguir pelo menos três períodos marcantes entre 1900 e 1974, até a conquista da democracia pelo Movimento das Forças Armadas. De certa maneira, Portugal assistiu ao fim do reinado de Dom Manuel II, destituído por rebeldia que proclamou a República; atravessou 16 anos de instabilidade republicana que terminou com o Golpe de Estado militar de 1926, tendo a participação decisiva do General Antonio Oscar de Fragoso Carmona; assistiu ao nascimento da chamada "Era Salazar", a partir de 1932 e, finalmente, viu o seu fim com a queda do Primeiro Ministro Marcelo Caetano, em 25 de abril de 1974. Portanto, a democracia portuguesa é jovem e acabou de completar os seus 25 anos de idade.

Sr. Presidente da Assembléia da República de Portugal, Srs e Srs. Deputados portugueses, devo dizer que nessa era da globalização, das crises constantes nas economias maduras e nos chamados sistemas emergentes, das relações sociais cada vez mais complexas e individualizadas nos diferentes países, e de conflitos armados perigosos no Oriente, na África e em plena Europa, paira no ar uma forte sensação de insegurança a respeito do futuro da democracia. São esses motivos bastantes a nos manterem alerta e a nos exigirem constante vigilância em defesa de nossas instituições democráticas.

Finalmente, termino minha saudação dizendo-lhes que sejam bem-vindos ao Senado Federal e ao nosso País. Em Portugal, o Senado não é mais do que uma página da história e dependências físicas, que lá no Palácio da Assembléia da República conservam tal como era o Senado quando ali existia. No Brasil, sem emulação com a outra Casa do nosso Congresso Nacional, é um instrumento ativo de exaltação da democracia e de pleno exercício de nossas atribuições garantidas pela Constituição.

Não erro ao afirmar que o Senado Federal vive, no momento em que recebe V. Ex<sup>a</sup>, um dos momentos mais luminosos da sua história. Sintam-se, pois, em sua segunda pátria, porque o Brasil os recebe como se seus filhos fossem.

É esse o tratamento que nós, brasileiros, dispensamos aos nossos irmãos portugueses. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Presiden-

te da Assembléia da República de Portugal, Deputado António de Almeida Santos.

**O SR. ANTÓNIO DE ALMEIDA SANTOS** (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente do Senado Federal do Brasil, ilustre Dr. Antonio Carlos Magalhães, Srs: Membros do Senado do Brasil, caros Colegas da Delegação Portuguesa, minhas senhoras e meus senhores, eu e os caros membros da delegação que me acompanhamos temos perfeita consciência da distinção que estamos a receber neste momento. Sabemos que não é vulgar um visitante do vosso Senado usar da palavra perante os Senadores do Brasil. E nós estamos profundamente cativados pela honra que recebemos. Diria mesmo que estou emocionado. É um dos momentos altos da minha vida, da minha já longa vida, poder chegar ao Brasil e usar da palavra perante os Senadores do País-irmão.

Mas, deixem que, antes de mais, testemunhe aqui o alto apreço, a profunda admiração e, já agora, a grande amizade que nutro pelo Presidente Antonio Carlos Magalhães. Nasceu entre nós, desde a primeira hora em que nos conhecemos – creio que posso falar por mim e por S. Ex<sup>a</sup> – uma instintiva simpatia. Nem sempre acontece isso, sobretudo em homens da nossa idade. Mas nasceu entre nós uma instintiva simpatia, que eu nutro pelo Presidente Antonio Carlos Magalhães, uma admiração sem limites.

O Presidente Antonio Carlos Magalhães é um homem de causas, é um homem de combates – e eu sempre admirei os homens de causas e de combates -, um homem de grande coragem, um homem de grande determinação, de proverbial inteligência, extraordinário caráter. Homens assim começam a ser raros, e nós temos que admirá-los, apreciá-los e honrá-los por essas suas excepcionais qualidades. Deixem-me, portanto, antes de saudar a todos, dirigir uma saudação muito especial ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, a quem – repito – me ligam laços, neste momento, de profunda e sincera admiração e já de muito sincera amizade também.

Só tenho dele um agravo: até hoje ele tem-me prometido, e nunca cumpriu, visitar oficialmente o Parlamento Português: tem-me enganado. E ele não é um homem de enganar ninguém, mas parece-me que vou daqui com a promessa de que, na primeira oportunidade, o Presidente Antonio Carlos Magalhães vai mesmo visitar o Parlamento Português. E vai usar da palavra naquele mesmo Parlamento, onde é muito raro que presidentes estrangeiros usem da palavra e onde o último brasileiro que usou dela foi o vosso saudoso, também muito admirado por mim, o

Presidente eleito Tancredo Neves. Foi um momento alto da nossa vida parlamentar, que marcou essa visita como o ponto mais alto dela; infelizmente, tivemos depois que lamentar a sua doença e a impossibilidade de ter sido, efetivamente, o Presidente do Brasil.

Mas, antes de mais, quero também agradecer pelas palavras extremamente amáveis do Senador Lúcio Alcântara, que foi extremamente generoso para comigo. Fez uma imagem talvez excessivamente generosa do meu passado; ele não disse nada que não seja verdadeiro, mas disse-o com uma ênfase que, de fato, valorizou o meu passado político, o meu currículo como político e também como profissional.

É verdade que também fui sempre um homem de combates e um homem de causas e um homem de lutas. É verdade que corri riscos pela liberdade, pela democracia, e é verdade que, na jovem democracia portuguesa, como ele classificou, eu fui deixando algumas pegadas – não de dinossauro, porque essas duram milhões de anos e as minhas vão apagar-se rapidamente -, algumas pegadas sobre tudo na construção jurídica do novo regime político português e do novo Estado de Direito português. Tenho muito orgulho dessas pegadas. Nem todas foram tão positivas como eu gostaria que tivessem sido, mas creiam-me: mesmo depois da Revolução dos Cravos, não foi fácil a caminhada que fizemos em direção à democracia pluripartidária e ao Estado de Direito que hoje somos.

Somos hoje um país europeu que dirige, da torre de comando, a construção da União Européia, um projeto extremamente exaltante, porque é a primeira experiência de globalização em nível de um só continente – outros têm experiências parecidas e paralelas, nomeadamente o vosso Mercosul. Cometemos alguns erros quando construímos a nossa União Européia, mas os nossos irmãos brasileiros não têm que repetir esses erros se mantiverem contato conosco e nós lhes pudermos dizer quais foram os erros que cometemos.

A Europa é um projeto exaltante, sem dúvida. Nós, hoje, somos um país que progride, temos uma situação de que podemos vangloriar-nos, mas que não é resultado de um só governo, mas dos governos posteriores à Revolução dos Cravos, vencida que foi a fase hesitante dos primeiros anos, a fase dos governos provisórios e até as dificuldades dos primeiros governos constitucionais. Somos hoje um país com uma economia estabilizada, um país com fortes preocupações sociais e fortes preocupações

na realização da justiça. Não conseguimos ainda o êxito total, porque nunca há a perfeição nesses domínios, mas temos caminhado num sentido positivo e sobretudo orgulhamo-nos que estejamos agora em condições de testemunhar perante o grande Brasil, nosso irmão, a nossa solidariedade nesse momento difícil que o Brasil atravessa.

A realidade dos investimentos portugueses – que têm crescido e no último ano tiveram uma expressão fortemente significativa – só exprime uma verdade: a confiança que os portugueses têm no Brasil, no seu futuro e nos seus dirigentes e na capacidade de seus dirigentes e de suas instituições democráticas para ultrapassarem essa crise e virem a ser, definitivamente, o grande país que o Brasil pode ser e é.

Dizer que o Brasil é um grande país é dizer a verdade, é dizer algo que é justo que seja dito, mas é pouco. O Brasil não é apenas um grande país, o Brasil é também um país único nas suas características, na sua identidade. Não conheço nenhum outro país no mundo com uma identidade tão definida e tão própria como este maravilhoso Brasil, que nós todos adoramos.

Em pé de igualdade brasileiros e portugueses, não sei qual de nós mais ama o Brasil ou qual de nós mais ama Portugal – nessa medida somos verdadeiramente uma família única. Portugal sente um orgulho enorme em ter podido contribuir historicamente para a criação dessa extraordinária identidade do povo brasileiro, que é, desde logo, o país mais alegre do mundo, país que é uma síntese admirável da melancolia portuguesa – vinda da história trágica marítima, vinda de termos passado sofrimentos incalculáveis nas sete partidas do mundo – e da alegria africana. Essa síntese resultou, de fato, nessa filosofia que eu não diria hedonista, mas de verdadeira alegria, que é a filosofia básica do povo brasileiro.

O Brasil não é apenas um país grande do ponto de vista territorial ou porventura a maior democracia política dos nossos tempos, mas é um Brasil com potencialidades únicas, é um Brasil que tem assegurado um futuro de sucesso em todos os domínios, porque tem um povo sublime; um povo admirável, um povo humano, um povo tolerante, um povo convivente, um povo que tem uma bondade que já hoje não existe neste mundo egoísta, neste mundo separado por tudo quanto são interesses e egoísmos.

Eu tenho pelo Brasil uma verdadeira adoração. Uma verdadeira adoração! Visito o Brasil sempre que posso, leio tudo o que posso sobre o Brasil. Co-

nheço a vossa história, a vossa literatura, adoro a vossa música, adoro a vossa gente. É verdadeiramente um caso de paixão! E creiam: faço essa confissão com a maior sinceridade e sem nenhuma espécie de artifício.

Eu adoro o vosso Brasil. Vivo esta velha paixão há muitos anos, desde que deixei de estar proibido de vir ao Brasil – fui proibido nos tempos ignominiosos do passado de sair de Portugal e durante cerca de quinze anos não pude sair para o exterior. Primeiro, não viajava porque não tinha dinheiro, depois não viajava porque não me deixavam sair e, por fim, não viajava porque não tinha tempo, porque me envolvi na política, posterior à Revolução dos Cravos, e não tinha tempo para fazer viagens. Sempre que pude, aqui vim. Levei sempre daqui uma admiração extraordinária. Passei aqui o último fim de ano, em Maceió, encantado com o vosso clima, encantado com a água verde cheia de esperança do vosso mar.

Creio que a nossa história comum é qualquer coisa de que devemos orgulhar-nos – teve as suas sombras, teve as suas luzes, como sempre têm todas as histórias, mas o balanço final é um balanço fabuloso, fabuloso! Temos um patrimônio cultural comum, temos escritores comuns e temos essa pátria comum, que é a maravilhosa língua portuguesa, base desta comunidade em gestação que é a CPLP.

Vamos, agora, encontrar-nos em Lisboa, brevemente, onde espero receber, com todas as honras, o Presidente Antonio Carlos Magalhães numa cimeira de presidentes de parlamentos ibero-americanos. Depois iremos a Moçambique, a uma cimeira de presidentes da CPLP. Essa troca de delegações do mais alto nível e de níveis, talvez, não tão altos – em nível da amizade luso-brasileira, entre o parlamento português e o parlamento brasileiro – podem ser portadoras de muita esperança e podem, cada vez mais, aproximar os nossos países, sobretudo na construção de um mundo globalizado que vem aí e contra o qual temos que estar atentos para não sermos colhidos de surpresa.

A globalização pode ser a realização exaltante de uma utopia sonhada há muitos anos, mas, também, pode ser uma armadilha se nós nos deixarmos colher de surpresa por ela. Acho que a melhor maneira é, de fato, criarmos globalizações regionais – União Européia, Mercosul, ASEAN e outras – para nos fortificarmos para enfrentar os desafios da globalização de um só mundo, de um mundo único sonhado pelos utopistas no princípio do século.

Queridos amigos e queridos senadores – deixem-me chamá-los assim –, eu vivo, já por antecipa-

ção, o momento de poder ver em Lisboa o Presidente Antonio Carlos Magalhães. Convidei também o Presidente Michel Temer da vossa Câmara de Deputados, mas esse convite também falhou – isso não reduziu muito a minha admiração pelo Brasil, devo dizer, porque sei que o Brasil tem muitas razões para não cumprir essas promessas. A vida moderna é uma vida muito intensa e muito ocupada, mas eu não saio daqui sem a promessa solene do Presidente Antonio Carlos Magalhães de que desta vez não me falha! Quero vê-lo na tribuna da Assembléia da República a usar da palavra, depois do grande Tancredo Neves, com a mesma honra, a mesma dignidade e a mesma solenidade. Quero que ele seja nesse dia um dos nossos: que ele fale de Portugal e eu fale do Brasil e que estreitemos, uma vez mais, os nossos dois países num abraço que selaremos um com o outro.

Queridos Senadores, não quero usar dos vossos tempo além do que é normal e razoável. Quero dizer-vos que saúdo, muito calorosamente, o Presidente do Senado Federal do Brasil, meu grande e admirado amigo Antonio Carlos Magalhães. Saúdo todos os Srs. Senadores desta Casa nobre, deste nobre Senado. Saúdo, naturalmente – e é sempre o primeiro -, o vosso Presidente da República, com quem tenho tido a oportunidade de me encontrar em Portugal nos últimos tempos, uma figura que admiro e que terei hoje o prazer de ser recebido por ele. Saúdo o vosso governo e saúdo-vos, sobretudo, pela coragem com que estão enfrentando o desafio conjuntural que neste momento se vos põe em resultado da crise da Ásia. Sei que vencereis esse desafio. Sei que ireis dar a volta por cima, como o Brasil gosta tanto de dizer, e que, dentro em breve, as dificuldades serão transformadas em facilidades. Às vezes, as dificuldades são precisas como desafios para que, na velocidade adquirida para as ultrapassarmos, sigamos em frente. E o Brasil bem precisa de seguir em frente a caminho do sucesso que está ao seu alcance. Saúdo, naturalmente, o povo brasileiro, o povo bom do Brasil. Saúdo, naturalmente, a amizade fraterna entre Portugal e o Brasil. Foi tão agradável ser aqui chamado de filho do Brasil. Que bom, que bom! Foi a coisa mais agradável que ouvi, hoje, aqui. E nada poderia ser mais agradável do que isso. É isso que sou, por coração, por sentimento. Sou também um brasileiro, como todos vós sois, por sentimento, verdadeiros e sinceros portugueses.

Queridos amigos, havia no meu tempo de estudante, se me lembro, um samba-canção muito bonito. Vou ver se recordo-me como era a letra. Não vou

cantar aqui, embora vá cantar para o Presidente Antonio Carlos Magalhães, quando S. Ex<sup>a</sup> for lá, brevemente, um fado coimbra, que ainda canto, às vezes. O samba era assim: descrevia o Brasil, os coqueirais, os pinhais, as estrelas raras pelo chão, que os garimpeiros procuravam, e depois dizia que se o Brasil é grande, o seu povo bom não é menor. E o que me faz admirar é que, sendo este País tão grande assim, cabe inteirinho no meu coração.

Devo dizer-vos que cabe mesmo, já que é dentro do meu coração que ele está.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Presidente António de Almeida Santos, da Assembléia da República Portuguesa, meus queridos colegas Senadores, Delegação de Deputados da Assembléia Portuguesa, que acompanham o Presidente António Almeida Santos, meus amigos todos, o Senado Federal recebe, com muita efusão, emoção e entusiasmo mesmo, V. Ex<sup>a</sup>, Presidente António de Almeida Santos, e seus companheiros de Parlamento. Alguns até, ouvi há pouco, podem não comungar das suas idéias, mas todos respeitam o combatente e o Presidente da Assembléia Portuguesa.

V. Ex<sup>a</sup> recebeu a saudação do Senado Federal pelo Senador Lúcio Alcântara. S. Ex<sup>a</sup> disse o que sentimos, mas, como Presidente da Casa, sinto-me no dever de dizer que estamos jubilosos com a sua presença. A sua vida de luta merece que todos tenham por V. Ex<sup>a</sup> o respeito indispensável que o homem público necessita ter para exercer as suas funções, o que V. Ex<sup>a</sup> tem, na sua terra e em toda parte, porque não há quem não conheça a sua vida de combatente.

V. Ex<sup>a</sup> exerceu os cargos mais importantes em Portugal. Mas tenho certeza de que acontece com V. Ex<sup>a</sup> o que acontece comigo agora: de todos os cargos que exercemos, nenhum é maior para V. Ex<sup>a</sup> que o de Presidente da Assembléia da República Portuguesa, como para mim nenhum é maior que o de Presidente do Senado.

Daí por que quando saúdo, em nome dos meus colegas, tenho a responsabilidade de dizer que também aqui, como em Portugal, temos divergências ideológicas, mas nos confraternizamos todos, em todos os momentos difíceis do País, e encontramos, na política democrática, a saída para as soluções.

Esta Casa do Congresso, experiente, é uma Casa que dá exemplo ao Brasil e nunca, como agora, precisamos dar esse exemplo de trabalho para que o povo sintá que os seus representantes estão

atentos à situação que o Brasil atravessa, que, como bem disse V. Ex<sup>a</sup>, estamos vencendo com trabalho e com sacrifício. Ninguém melhor do que V. Ex<sup>a</sup> sabe que sem sacrifício não se consegue êxito. O êxito conseguido sem sacrifício é muito efêmero e estamos sacrificando para que o nosso País seja cada vez mais forte e respeitado no cenário interno e externo.

Sr. Presidente, fico emocionado ao seu lado, porque, às vésperas de completarmos 500 anos em que os portugueses aqui chegaram, criaram esse Brasil e souberam se identificar com a brasiliadez até agora, inclusive nos movimentos de independência que tivemos, sempre os portugueses foram compreensivos com as atitudes patrióticas do Brasil. Daí por que as nossas pátrias cada vez se unem mais; por mais diferenças que tenhamos, sempre nos unimos.

Ainda há pouco, V. Ex<sup>a</sup> me dizia, no gabinete, que nós, ambos, tínhamos dúvida sobre Vieira, se ele era mais português ou brasileiro. Claro que considero ele mais brasileiro e V. Ex<sup>a</sup> mais português, mas de qualquer maneira o Vieira cantou, com a sua veemência, os problemas do Brasil, sobretudo quando ia a Portugal para nos dar uma posição melhor junto ao reino, mas também para dizer, no Brasil, o quanto valia a figura de Portugal na nossa colonização. Isso com um verbo ardente, forte, que caracteriza os combatentes como V. Ex<sup>a</sup>.

Depois, caminhamos sempre com problemas e encontrando soluções, fosse no terreno político ou fosse no terreno cultural. Todos aqui sabem e admiram, sem dúvida alguma, Fernando Pessoa. Hoje, todos são rendidos à pujança do Nobel – e o Brasil se sentiu também premiado – de Saramago. E V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, ainda há pouco também nos dizia o quanto foi importante na sua vida de lutador, de combatente, de conspirador, a figura de Jorge Amado nos livros que publicava e que encantava os portugueses que queriam liberdade.

Então, a nossa identidade vem de toda parte, e da minha parte – perdoem os colegas todos – ainda mais, porque eu sou – e V. Ex<sup>a</sup> sabe disso – da mais portuguesa das terras brasileiras, que é a Bahia. E V. Ex<sup>a</sup> sabe que preservamos o nosso centro histórico, como V. Ex<sup>a</sup>s preservam, e ainda lutam agora na recuperação total dos teatros.

Vejo, num lugar e no outro, a presença de Portugal e fico feliz de que os baianos se orgulhem disso. Nesta hora que lutamos pela manutenção das instituições democráticas – pois se a república portuguesa é jovem, na realidade, os ideais portugueses

vêm de longe –, também rendemos homenagens a Portugal. E esses ideais vêm de tão longe que compreenderam os movimentos libertários do Brasil. V. Ex<sup>a</sup> disse do apreço que tem por mim, mas sabe que não é menor, ao contrário, deve ser até maior o apreço que tenho por V. Ex<sup>a</sup>. Portanto a Bahia também aqui está com as suas características portuguesas para louvá-los: a V. Ex<sup>a</sup> e aos seus companheiros de visita ao Brasil, convidados que são pelo nosso Senado.

Eu diria mesmo que falo pelo Congresso, porque falo pelo povo brasileiro neste instante que deseja homenagear Portugal na figura do Presidente da Assembléia da República Portuguesa. É isso que estamos fazendo agora através da oração brillante do Senador Lúcio Alcântara e da pequena aula que V. Ex<sup>a</sup> nos deu sobre o seu país, sobre o nosso País, sobre a unidade das nossas Nações.

Sr. Presidente Almeida Santos, V. Ex<sup>a</sup> vai ter aqui em toda a parte o carinho dos brasileiros, V. Ex<sup>a</sup> e seus colegas de Assembléia, isso porque, como disse também o Lúcio Alcântara, não consideramos os portugueses que amam o Brasil apenas portugueses, são também brasileiros. Daí por que brasileiros e portugueses vão ainda trabalhar muito para um mundo só, um mundo a que V. Ex<sup>a</sup> se refere e que é indispensável para que em toda a parte, em seu país e no nosso, diminuam cada dia as desigualdades sociais para fazer o povo realmente feliz.

Coincidemente, V. Ex<sup>a</sup> está vendo também muito do povo brasileiro nesta tribuna. Todos eles também falam por meu intermédio para dizer a V. Ex<sup>a</sup> do nosso amor por Portugal e do nosso respeito pela luta dos portugueses para fazer do país uma democracia.

Seja muito feliz no Brasil e em toda a parte, porque V. Ex<sup>a</sup> merece, como lutador, e Portugal merece pela força que deu ao Brasil quando mais dessa força nós necessitávamos.

Muito obrigado pela sua presença. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Vou suspender a sessão, por 10 minutos, para que todos os Senadores possam cumprimentar os nossos colegas portugueses comandados pelo Presidente da Assembléia, Antônio Almeida Santos.

(Suspensa às 16 horas e 24 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 34 minutos.)

*O Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Está reaberta a sessão.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

São lidos os seguintes:

PSDB/I/Nº 893/99

Brasília, 1º de junho de 1999

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados EDUARDO BARBOSA, como membro titular e MARISA SERRANO, como membro suplente, para integrem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 1.801-13/99, em substituição aos anteriormente indicados.

Atenciosamente, – Deputado João Almeida, Vice-Líder do PSDB.

OF.PSDB/I/Nº 894/99

Brasília, 1º de junho de 1999

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados ADOLFO MARINHO, como membro titular e DINO FERNANDES, como membro suplente, para integrem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 1.823-1/99, em substituição aos anteriormente indicados.

Atenciosamente, – Deputado João Almeida, Vice-Líder do PSDB.

OF.PSDB/I/Nº 895/99

Brasília, 1º de junho de 1999

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados PEDRO HENRY, como membro titular e JOVAIR ARANTES, como membro suplente, para integrem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 1.824-1/99, em substituição aos anteriormente indicados.

Atenciosamente, – Deputado João Almeida, Vice-Líder do PSDB.

OF.PSDB/I/Nº 896/99

Brasília, 1º de junho de 1999

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados B. SÁ, como membro titular e MANOEL SALVIANO, como membro suplente, para integrem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória

nº 1.826/99, em substituição aos anteriormente indicados.

Atenciosamente, – Deputado João Almeida, Vice-Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, projeto de Resolução que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 61, DE 1999

**Modifica o inciso I do § 2º do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, que trata da retirada das proposições.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O inciso I do § 2º do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 256. ....

.....  
§ 2º .....

I – despachado pelo Presidente, quando se tratar da retirada de requerimento, indicação ou proposição apresentada por somente um signatário.

.....  
Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

#### Justificação

A presente proposição estabelece competência para o Presidente do Senado Federal despachar o pedido de retirada de proposição, quando esta tiver somente um signatário.

Com a modificação do inciso I do § 2º do art. 256 do Regimento Interno, equipara-se a proposição subscrita por um único parlamentar aos requerimentos e às indicações, que, por força do dispositivo anteriormente citado, são despachados diretamente pelo Presidente.

Como se trata de iniciativa isolada, não há motivo para que se submeta ao exame do Plenário a vontade do autor de retirar a proposição. Basta que o próprio Presidente examine o pedido. Assim, haverá economia processual, na medida em que não for mais necessário submeter o requerimento à deliberação do Plenário.

Cumpre ressaltar, também, que a retirada de proposição só será possível, se o respectivo requeri-

mento for apresentado antes de iniciada a votação, consoante o que já estabelece o § 1º do mencionado art. 256.

Além disso, o requerimento de retirada de proposição subscrita por mais de um signatário será submetida à deliberação do Plenário, conforme reza o inciso II do § 2º art. 256 do Regimento Interno.

Assim, com vistas a tornar mais ágil o processamento dos pedidos e a facilitar a direção dos trabalhos legislativos, oferecemos este projeto à consideração dos nobres senhores Parlamentares que atuam nesta Casa.

Sala das Sessões, 1º de junho de 1999. – Senador Carlos Patrocínio.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

#### REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

#### CAPÍTULO IX Da Retirada de Proposição

Art. 256. A retirada de proposições em curso no Senado é permitida:

a) a de autoria de um ou mais Senadores, mediante requerimento do único signatário ou do primeiro deles;

b) a de autoria de comissão, mediante requerimento de seu Presidente ou do Relator da matéria, com a declaração expressa de que assim procede devidamente autorizado.

§ 1º O requerimento de retirada de proposição só poderá ser recebido antes de iniciada a votação e, quando se tratar de emenda, antes de iniciada a votação da proposição principal.

§ 2º Lido, o requerimento será:

a) despachado pelo Presidente, quando se tratar da retirada de requerimento ou indicação;

b) submetido à deliberação do Plenário:

1) imediatamente, se a matéria constar da Ordem do Dia;

2) mediante inclusão em Ordem do Dia, se a matéria não constar da pauta dos trabalhos da sessão, com distribuição prévia dos avulsos do requerimento e da proposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – O projeto lido vai à publicação.

A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Resolução nº 61, de 1999, lido anteriormente, ficará sobre a mesa durante cinco dias úteis, a

fim de receber emendas, nos termos do art. 401, § 1º, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio:

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 291, DE 1999

Requer a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento do Pastor Jaime Wright.

Com fundamento no disposto no art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, respeiro a Vossa Excelência a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento, no dia 29 de maio, em Vitória – ES, do Pastor Presbiteriano, Jaime Wright, coordenador, juntamente com o Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Evaristo Arns, do projeto Brasil Nunca Mais, do qual resultou o livro sob o mesmo título, descrevendo a perseguição política a que foram submetidos os opositores ao regime militar instaurado em 1964, no País.

#### Justificação

Em 1970, Jaime Wright dava início à sua luta pelo retorno do regime democrático ao País. O regime militar, implantado em abril de 1964, começou por derrubar um governo legitimamente eleito e prosseguiu pela eliminação das liberdades democráticas, as prisões arbitrárias e a eliminação física de opositores do regime, atingindo seu período mais negro, exatamente, nos fins dos anos sessenta e início dos anos setenta.

Jaime Wright ingressou na luta, quando seu irmão Paulo, ex-deputado por Santa Catarina e casado pelo regime militar, "desapareceu" como muitos outros brasileiros que não se conformaram com a derrubada do sistema democrático.

Sua participação no combate ao estado de exceção e pelo restabelecimento da democracia no Brasil merece a nossa mais grata homenagem, no momento em que deixa este mundo, cujas injustiças contribuiu para reduzir, indo desfrutar a paz celestial.

Sala das Sessões, 1º de junho de 1999. – Senador Pedro Simon.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Esse requerimento depende de votação, em cujo encaminhamento podem fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Peço a palavra para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Senador, tem a palavra, inicialmente, o autor do requerimento, Senador Pedro Simon. Em seguida, será concedida a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

Senador Pedro Simon, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra para encaminhar a votação, por 5 minutos.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Para encaminhar a votação.) – Venho à tribuna, Sr. Presidente, para registrar um voto de pesar pelo falecimento, no dia 29 de maio, no Espírito Santo, do pastor presbiteriano Jaime Wright, que foi – junto com o Cardeal Dom Evaristo Arns – um dos coordenadores do projeto Brasil Nunca Mais, que resultou em um livro sobre as sevícias e maus tratos impostos a perseguidos políticos durante o regime militar.

Pela sua intensa atuação em favor dos direitos humanos, Jaime Wright merece ser incluído entre os principais líderes na luta pelo fim do arbítrio e pelo retorno do Brasil à democracia.

O envolvimento de Jaime Wright nessa tarefa começou no início dos anos 70, quando desapareceu seu irmão Paulo, ex-deputado por Santa Catarina, que havia sido cassado logo após o movimento de 1964. Líder estudantil antes de ser eleito, Paulo Wright deixou o Brasil e voltou em 1965, para, atuando na clandestinidade, ajudar a formar cooperativas de agricultores. Durante vários anos, Jaime Wright ainda se encontraria, secretamente, com seu irmão.

No livro **Um Milagre, Um Universo**, o jornalista Lawrence Weschler relata: "em setembro de 1973, Jaime recebeu um telefonema. Ele caiu, disse nitidamente uma voz anônima, e a linha ficou muda. Paulo havia 'desaparecido' – fora seqüestrado nas ruas de São Paulo, sem deixar vestígios. Jaime tentou, freneticamente, localizá-lo nas prisões militares, sem nenhum resultado. Mais tarde, ficou sabendo que o irmão havia sido torturado e, em menos de 48 horas, morto; com efeito, com o tempo, ele pôde achar provas do assassinato do irmão entre os papéis que o pessoal do "Brasil Nunca Mais" trouxe à luz; durante anos, porém, ele não teve certeza de nada e procurou, por toda parte, por qualquer tipo de informação; até hoje, ele não pôde recuperar o corpo nem ter qualquer indicação de onde está sepultado".

A partir desse telefonema, o pastor presbiteriano buscara, sem sucesso, obter encontrar informações sobre o paradeiro de seu irmão. Essa tarefa, que ele desempenhou sem esmorecer, acabou por aproximá-lo de Dom Paulo Evaristo Arns – Cardeal de São Paulo, então a maior arquidiocese do mundo –, de

quem se tornou amigo e, mais tarde, parceiro, na elaboração do relatório sobre a tortura no Brasil.

Durante cinco anos, sob a coordenação de Dom Paulo e do Pastor Wright, um grupo de 30 pessoas coletou – de forma anônima – o impressionante relato das torturas praticadas nos porões do regime militar, durante o qual "desapareceram" 124 pessoas.

Diversamente de uma publicação semelhante feita na Argentina, baseada no relato dos perseguidos, no Brasil, o levantamento foi feito a partir de documentos oficiais.

No livro **Um Milagre, Um Universo**, o jornalista Lawrence Weschler transcreve um depoimento de Jaime Wright em que ele explica essa peculiaridade: "Para entender o que nos propusemos a fazer em 1979, é preciso entender um pouco a natureza incomum da ditadura militar no Brasil".

E explica Jaime Wright: "Sabe, os militares brasileiros eram tecnocratas. Faziam questão de fazer as coisas de acordo com as regras, mesmo que os resultados fossem cruéis ou perversos. Por exemplo, eles tinham a obsessão de manter um registro completo de tudo o que faziam. Nunca pensaram que alguém fosse examinar esses registros – certamente não de modo sistemático. Nunca imaginaram que teriam de prestar contas a quem quer que fosse. Mas o protocolo, os procedimentos estabelecidos, exigia registros completos e bem ordenados, de modo que eles os fizeram. Ora, nas fases do processo de um prisioneiro, as autoridades muitas vezes recorriam à tortura. Isso acontecia em parte porque elas tinham pressa de extrair o máximo de informações no mais curto espaço de tempo, para que pudessem efetuar mais prisões antes que os amigos do prisioneiro ficassem sabendo da sua prisão e desaparecessem."

Para concluir seu depoimento, o pastor presbiteriano vai buscar na cultura brasileira possíveis explicações para o fenômeno da tortura: "Mas era também quase um reflexo tradicional, que remontava aos tempos da escravidão e da Inquisição. Uma confissão era obtida por meio de torturas, e a verdade dessa confissão era atestada definitivamente pela assinatura da vítima na versão escrita de suas declarações."

Sr. Presidente, Srs e Srs. Parlamentares, nascidos de pais norte-americanos, Jaime Wright e Paulo Wright prestaram grandes serviços ao nosso País. Merecem todo o nosso respeito e todo o nosso reconhecimento.

Paulo Wright será lembrado pela sua atuação política. Queria o melhor para o Brasil. Podemos até

discordar de suas idéias, mas é certo que ele lutava para melhorar a situação dos mais humildes deste País.

Jaime Wright, pelo trabalho político e religioso que desempenhou ao longo de sua vida, obteve um lugar de destaque entre os brasileiros que lideraram a nossa luta contra a tortura. Este é um fato terrível de nossa história, mas não podemos permitir que seja esquecido. O Brasil não quer, nunca mais, mergulhar nas trevas de uma ditadura. O povo brasileiro não aceita mais abrir mão do seu direito à cidadania plena e absoluta. Para que tivéssemos o País que temos hoje, totalmente livre, foi preciso que homens como Jaime Wright dessem o melhor de si, nos anos 60 e 70, quando vivíamos sob o domínio do medo, do ódio e da selvageria.

Que Deus abençoe o Pastor Jaime Wright!

É verdade que hoje talvez poucos se lembrem da sua luta e da sua história. No entanto, merece o registro, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana para encaminhar a votação. V. Ex<sup>a</sup> dispõe de 5 minutos.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, também quero me associar ao Senador Pedro Simon por sua atitude admirável e louvável e fazer uma justa, breve e humilde homenagem, em nome também de membros da comunidade cristã e católica, ao pastor Jaime Wright.

Dele já se falou e dele muito haveremos de ouvir e falar. Como membro da comunidade cristã e católica, quero destacar a importante contribuição, a serviço do Ecumenismo, do Pastor Jaime Wright, falecido no último dia 29 de maio, em Vitória, Espírito Santo. O importante ativista brasileiro de Direitos Humanos viveu a máxima do amor na entrega da sua vida a favor da vida do irmão. O vendaval que proporcionou o Concílio Vaticano II, na década de 1960, contribuiu decisivamente para sensibilizar cristãos e não-cristãos na vivência do ecumenismo.

A prática do amor pela vida, o compromisso com a causa da Justiça e o enfrentamento da ditadura uniram grandes líderes religiosos como o Pastor Jaime Wright, o Cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns e o Rabino Henry Sobel. O testemunho dos religiosos contribuirá para que seus exemplos sejam seguidos por suas comunidades: a Igreja viverá um tempo único de quem vive com uma só Alma e segue um só Senhor. O fundamento dessa união será o resgate da dignidade humana. E, na

sala da Arquidiocese de São Paulo, na Avenida Higienópolis, brasileiros, argentinos, uruguaios, paraguaios, chilenos e bolivianos encontrarão no Grupo do Clamor o pastor e amigo que sentiu na sua própria pele a dor da perseguição e do desaparecimento de seu irmão Paulo, 40 anos, após sessão de tortura no DOI/Codi de São Paulo.

Encerrada a luta contra as ditaduras latino-americanas, o Pastor Jaime concentrou sua luta a favor dos direitos humanos e contra a tortura praticada por agentes do Estado.

Pastor, amigo, companheiro e irmão, Jaime, agora ao lado do Pai da Vida, intercede pelo compromisso que nós – cristãos e não-cristãos – devemos ter a favor da Vida e da Justiça. Que o seu exemplo ecumênico seja lembrado por todas as gerações para que não nos esqueçamos o ensinamento de Jesus que você incorporou na sua prática. A fé sem obras nada vale.

Essa é uma homenagem de membros da comunidade católica apostólica romana ao Pastor Jaime.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Srs. Senadores, está concluído o encaminhamento de votação do presente requerimento.

Na forma regimental, dispõe o art. 161, em seu parágrafo único:

"Parágrafo único. Quando houver, entre os documentos a serem lidos, requerimentos a votar, e se mais de um Senador pedir a palavra para encaminhar a votação, esta ficará adiada para o fim da Ordem do Dia."

A votação deste requerimento fica, portanto, adiada para após a Ordem do Dia, uma vez que dois Senadores pediram a palavra para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item 1:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 25, DE 1999 – COMPLEMENTAR**  
Em regime de urgência – art. 336, inciso II,  
do Regimento Interno, nos termos do  
Requerimento nº 270, de 1999  
(Votação nominal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1999 – Complementar, de iniciativa do Presidente da República (nº 250/98 – Complementar, na Casa de origem), que dispõe sobre as normas ge-

rais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, tendo

Pareceres favoráveis, sob nºs:

– 276, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Iris Rezende; e

– 277, de 1999, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Pedro Piva.

Ao projeto não foram oferecidas emendas nos termos regimentais.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>, para encaminhar a votação, por 5 minutos.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** (Bloco/PT – SE. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, votaremos favoravelmente a esse projeto, como aliás já o fizemos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Gostaria, entretanto, de fazer dois registros. Entendo que seria recomendável a votação desse projeto, que já cita o Ministério da Defesa, após a emenda constitucional, em tramitação na Câmara dos Deputados, que diz respeito à questão das Forças Armadas. A lógica recomendaria isso. Todavia, esse projeto acabou chegando antes e, embora não haja nenhum choque mais explícito de natureza jurídico-constitucional, entendemos que dever-se-ia votar primeiro a emenda constitucional. Como a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania entendeu que o projeto deveria ser votado agora, o fizemos a favor do mérito e também o faremos no plenário.

Outro ponto sobre o qual gostaríamos de fazer um registro é que a Lei, no art 21, diz:

"Art. 21. A lei criará a Agência Nacional de Aviação Civil vinculada ao Ministério da Defesa".

Não quero participar da polêmica entre Ministros ou da disputa entre Ministério dos Transportes e o da Defesa no tocante a quem estaria vinculada a Agência Nacional de Aviação Civil, mas penso que se deveria ter trocado o nome.

Por ocasião da discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania foi dito apenas que a agência era a continuidade do DAC, que atualmente está vinculado ao Ministério da Aeronáutica e que, consequentemente, passaria a ser vinculado ao Ministério da Defesa.

Ocorre que esta Casa aprovou outras agências como a de energia elétrica, a de petróleo, a de telecomunicações e deverá aprovar a de recursos minerais ou talvez a de transportes, e essas agências não são vinculadas a nenhum Ministério. São órgãos que têm a função de preservar os interesses da sociedade ou do consumidor, sem vínculo direto com qualquer Ministério.

Estamos, assim, abrindo um precedente pelo menos no caso da Agência Nacional de Aviação Civil. Reconheço que ela tem algumas especificidades, uma vez que os radares são os mesmos da Aeronáutica. Se é assim, podia ter sido encontrado outro nome que não agência, para não se retirar toda discussão que vem se desenvolvendo em relação às outras agências, as agências reguladoras, que não têm vinculação a Ministério e que, da forma como está sendo proposto, passariam a ter vinculação.

Fiz esse registro na Comissão de Constituição e Justiça e gostaria de fazer um apelo à Mesa. O art. 21 faz referência a uma lei que vai criar a Agência Nacional de Aviação Civil, que vai estabelecer as atividades e procedimentos dessa agência. Esperamos, Sr. Presidente, que ela seja também distribuída para a Comissão de Infra-Estrutura, por ser a comissão técnica competente para analisar a matéria citada no art. 21. Com essas ressalvas, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, nosso voto é favorável.

*Durante o discurso do Sr. José Eduardo Dutra, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.*

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** (PFL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Senador Francelino Pereira.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** (PFL – MG. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, a votação, pelo Senado Federal, do projeto de lei complementar que institui o Ministério da Defesa – encerrada a tramitação da matéria no Congresso – fecha um momento histórico desta Nação. Estamos, na verdade, diante da mais expressiva demonstra-

ção de maturidade política e da mais eloquente prova da consolidação das instituições democráticas brasileiras.

O que antes parecia um tabu, hoje se revela a cristalina constatação de que sob o sadio ambiente democrático, as lideranças responsáveis pelo destino da Nação podem decidir as questões aparentemente mais complexas e espinhosas.

Lembro tentativas anteriores de integração das Forças Armadas, em pelo menos dois momentos da nossa história neste século que se finda. Em 1936, com a proposta de absorção do Ministério da Marinha pelo Ministério da Guerra, e, em 1965, com a primeira manifestação objetiva com vistas à criação do Ministério da Defesa. Foram dois momentos importantes e cruciais para a história política e militar do Brasil, cujo contexto não recomendava o avanço na direção da associação das Forças Armadas.

Mas, em 1995, quando de seu discurso de posse no primeiro mandato, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, iniciando sua tarefa de consolidação das instituições democráticas, já anunciava a futura criação do Ministério da Defesa.

Em outubro de 1997, numa histórica reunião da Câmara de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, foi dado partida para a instituição do novo órgão, com a criação de um grupo de trabalho interministerial para tratar do assunto. A presença, nesse colegiado, de lideranças militares e de expressivas figuras civis que desenvolveriam um excelente trabalho em conjunto, indicava que se buscava uma solução que consultasse, em primeiro lugar, os mais elevados interesses nacionais. Foram então estabelecidos os fundamentos legais e conceituais para a criação do Ministério da Defesa, órgão central da política de defesa nacional.

Seguiu-se a tradição constitucional brasileira. Recusou-se a importação pura e simples de modelos externos, os quais, embora funcionando corretamente, guardam características específicas de cada Nação, obviamente diferentes das nossas. E o resultado aí está. Teremos um Ministério da Defesa moderno em sua conceção. Um núcleo que pensará e agirá o tempo todo em função do emprego eficaz das Forças Armadas em torno do objetivo maior da política de Defesa Nacional. Um Ministério voltado para a otimização da capacidade de defesa do País, comprometido com a modernização e a racionalização das Forças Armadas, com sua atualização num mundo que evolui tecnologicamente em alta velocidade.

Mas teremos também um Ministério da Defesa intensamente envolvido com os mais amplos objeti-

vos nacionais. Participante ativo do processo de recuperação do crescimento econômico, de superação das desigualdades regionais e de renda e de absorção de amplas parcelas da população brasileira ao processo produtivo. Um Ministério, enfim, comprometido com o desenvolvimento e o progresso de nosso País.

Desejo encerrar salientando a feliz coincidência de encontrar-se à frente do Ministério da Defesa, no momento de sua institucionalização, o Ministro Elcio Alvares. Todos sabemos e testemunhamos tratar-se de uma figura honrada, um político da melhor estirpe, um raro espírito público que na política só amealhou uma riqueza: a honestidade e a seriedade. Entrou na política com poucos recursos materiais e saiu com menos ainda, mas em compensação nos deixou, e especialmente aos jovens que estão ingressando na atividade política, inesquecíveis lições de humildade e seriedade ao longo da sua atividade pública. O Ministério da Defesa não poderia estar em melhores mãos.

Muito obrigado.

**O SR. JADER BARBALHO (PMDB – PA)** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Com a palavra o Senador Jader Barbalho, para encaminhar a votação.

**O SR. JADER BARBALHO (PMDB – PA)** Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, desejo, em nome da Liderança do PMDB, registrar nosso apoio a esse projeto de lei complementar. Esse é um dado histórico. Nós que rompemos com o regime autoritário, que vivenciamos a plenitude do regime democrático no Brasil, temos que festejar a aprovação, nesse momento, da criação do Ministério da Defesa. Fica claro que a questão da defesa nacional é um problema da sociedade brasileira. Havia uma visão equivocada de que era um problema da área militar. Com a criação do Ministério da Defesa fica mais do que nunca claro que é uma preocupação de todos: da área militar e da sociedade civil.

O fato de o Ministro da Defesa ser um civil, ex-colega nosso nesta Casa, o Ministro Elcio Alvares, demonstra, Sr. Presidente, o avanço das conquistas democráticas no Brasil. E neste momento não poderia de forma alguma, como Líder do PMDB no Senado Federal, deixar de dar a minha aprovação e festejar o estágio político que alcançamos. Mais do que nunca, é responsabilidade do Senado acompanhar de perto as políticas de defesa e de interesse do

País. É o registro que faço, com a recomendação de aprovação à Bancada do PMDB.

**O SR. PEDRO PIVA (PSDB – SP)** – Sr. Presidente, peço a palavra como Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Pedro Piva, como Relator do projeto.

**O SR. PEDRO PIVA (PSDB – SP)**. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. senadores, com prazer e muita honra fui o Relator desse projeto que cria o Ministério da Defesa. Após tantos anos, como frisou o nobre Senador Jader Barbalho, chegamos à plenitude democrática em condições de votar um projeto de tal magnitude. É um projeto que se explica pela sua importância.

O Ministério da Defesa passa a coordenar as três Armas, que, durante vários momentos da história do nosso País, tiveram alguns problemas e que às vezes foram de difícil superação. Como disse o Senador Barbalho, é função dos Senadores zelar por esta instituição, onde temos a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e zelar pelo Ministério da Defesa.

Fico satisfeito que todos os Líderes que já se pronunciaram sobre esse projeto tenham se manifestado favoravelmente. Muito obrigado.

**O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES)** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Para encaminhar a votação, com a palavra o Senador Gerson Camata.

**O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES)**. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Senadoras e Senadores, queria fazer um registro. Esse projeto que estamos votando, essa lei complementar, na verdade, é um avanço histórico do Brasil. Depois de todo aquele processo do regime militar, da redemocratização, vamos ingressar agora num período em que os Ministérios militares ficam sob o comando de um civil indicado pelo Senhor Presidente da República. Estamos vendo agora essas lamentáveis cenas da ação da Otan na Iugoslávia. Todo relatório das atividades da Otan é feito por um civil, o ex-Deputado espanhol Javier Solana, que é o Secretário-Geral da Otan. Quer dizer, a maior potência militar do mundo, que é a Organização do Tratado do Atlântico Norte, na verdade, tem como Secretário-Geral um civil, um ex-parlamentar espanhol. Depois que faz o relatório, ele convida um militar, que faz o relatório específico da área

dele, isto é, um civil está comandando a maior conjugação de forças militares do mundo.

Hoje, com a modernidade da América Latina, o Brasil, que participa do Mercosul, aproximou-se da Argentina, que era sempre apontada como um perigo. O grande visionário Dom Pedro II, vendo a confluência do rio da Prata e percebendo que a Província Cisplatina deveria transformar-se na República do Uruguai, disse que havia necessidade de um país pendular entre o Brasil e a Argentina, para evitar futuros confrontos entre as duas potências da América do Sul.

O mundo foi mudando com uma rapidez extraordinária, e hoje com a criação do Mercosul, temos a Argentina como o maior parceiro econômico e comercial e talvez o maior aliado militar. As coisas realmente mudaram.

Portanto, a modernização das Forças Armadas vai começar por aí. Este é o caminho que os militares hoje devem procurar: uma força armada pequena, não muito custosa ao povo brasileiro, ágil na ação, como devem ser hoje. O Brasil não pode, está escrito em nossa Constituição, usar forças para ocupar territórios estrangeiros; só para defender o nosso. Vamos defendê-lo com técnica, com uma força armada moderna e barata para o contribuinte. Os recursos que sobrarem desses investimentos poderão ser usados na área social.

Dentro desse espírito, o que nos leva a acreditar muito no sucesso desse avanço que o Presidente Fernando Henrique Cardoso proporciona ao Brasil, é o primeiro Ministro indicado, nosso companheiro, de cuja lealdade, seriedade e hombridade somos testemunhas. É um homem que, com habilidade e longa convivência na vida política, poderá ser o primeiro Ministro que levará os três Ministérios militares em um única direção: a de servir à defesa do território brasileiro, à defesa da democracia e à estabilidade de nossas instituições, como vemos acontecer no mundo inteiro.

Sr. Presidente, cumprimento o Presidente da República pela coragem de tratar desse assunto, que era tido como um cristal entre algodões. Felizmente tudo está transcorrendo com a maior tranquilidade, com a maior normalidade. O Ministro já está atuando mesmo antes da oficialização do Ministério, que agora se torna realidade. O voto que vamos proferir é histórico; daqui a muitos anos nos lembraremos dele e dos que, neste momento, apoiaram essa iniciativa em favor do Brasil da era moderna.

**O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP)** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Senador Sebastião Rocha, o Senador Roberto Requião já havia pedido a palavra, de maneira que V. Ex<sup>a</sup> falará posteriormente.

Tem a palavra o Senador Roberto Requião.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (PMDB – PR)

Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, a idéia do Ministério da Defesa em outras circunstâncias, em circunstâncias normais, é interessante e defensável. No entanto, neste momento, quero concordar com o Senador Camata que a votação deste projeto pelo Senado é um avanço histórico, mas é um avanço histórico sobre a Constituição, que não prevê o Ministério da Defesa. Mais do que um avanço, Senador, é um atropelamento histórico do processo constitucional e do Legislativo.

Em outras circunstâncias em que eu não visse ameaça à soberania nacional, em que eu não vislumbresse a deliberada intenção de eliminar bastiões de resistência nacionalista não-xenófobos, mas de resistência nacionalista no País, votaria, sem a menor sombra de dúvida, aprovando o Ministério da Defesa e a possibilidade da escolha de um civil para conduzi-lo.

Porém, no caudal das reformas constitucionais desnacionalizantes, no caudal da globalização e do favorecimento do capital internacional, no caudal das agressões do Gatt, diante da ameaça concreta de integração do Brasil na Alalc, submetendo a nossa economia de forma definitiva a interesses que não são os nacionais, eu, pessoalmente, não voto nesse avanço histórico ou nesse atropelamento do processo constitucional.

Meu voto é contra.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Com a palavra o Senador Sebastião Rocha.

**O SR. SEBASTIÃO ROCHA** (Bloco/PDT – AP)

Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, respeito as considerações feitas pelo Senador Roberto Requião, que considero uma grande resistência a esse modelo neoliberal que se implanta no País, mas tenho um entendimento diferente a respeito da criação do Ministério da Defesa.

Acredito que este Ministério contribui, de fato, para o aperfeiçoamento democrático em nosso País. Entendo que o Brasil só tem a ganhar com a existência de uma autoridade que possa harmonizar as ações das Forças Armadas e, além da defesa nacional, agir aproveitando o potencial desenvolvimentista que essas Forças têm.

Desde já faço um apelo ao Ministro Elcio Alvares, nosso ex-colega de Senado, homem que sempre foi muito compreensivo quando havia divergências entre Governo e Oposição – quando Líder do Governo nesta Casa, tinha sempre uma postura de grande respeito para com a Oposição – no sentido de que o Mi-

nistério da Defesa se volte com maior atenção, com maior ênfase para as questões da Amazônia.

Não tenho a menor dúvida de que a Amazônia é, sim, um foco de ambição internacional, e projetos, do ponto de vista estratégico, de defesa nacional devem, cada vez mais, ser implementados e fortalecidos pelo Governo.

Na semana passada, estive numa audiência com o Ministro Elcio Alvares e com o Ministro do Exército, Cleuber Vieira, exatamente conversando sobre essas questões estratégicas de defesa da Amazônia. Como se sabe, a Amazônia detém um percentual elevadíssimo – mais de um quarto – da água doce do planeta e detém uma reserva de biomassa invejável como fonte alternativa de geração de energia elétrica. Projetos como o Calha Norte, por exemplo, que não era eminentemente militar, mas um projeto, também, de natureza institucional, de natureza diversificada, que deveria ser conduzido por vários ministérios. Infelizmente, os ministérios civis se omitiram, negligenciaram, e as ações, de certa forma, foram conduzidas apenas pelos ministérios militares. Mas o Calha Norte não é apenas um projeto de ação militar para a Amazônia. Então, projetos como o Calha Norte devem ser revitalizados. O Projeto Sivam deve ser implementado com maior brevidade. Fui um contestador das questões que se levantaram aqui no que diz respeito a ilegalidades, a falhas, a suspeitas de irregularidades na condução do Sivam, mas reconheço a importância dos Projetos Sivam e Sipam para a Amazônia e para o Brasil.

Portanto, espero que o Governo, emblemado hoje na figura do Ministro Elcio Alvares, consiga, de fato, harmonizar as ações das Forças Armadas tanto na criação de um projeto estratégico de defesa nacional, quanto na implementação de novos rumos de desenvolvimento para o nosso País, utilizando o potencial que as Forças Armadas têm nesse sentido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Aos Srs. Senadores que não votaram, peço fazê-lo.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** (Bloco/PT – SE) – A Liderança do Bloco recomenda o voto "sim".

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – A Liderança do PFL recomenda o voto "sim", Sr. Presidente.

**O SR. JADER BARBALHO** (PMDB – PA) – O PMDB recomenda o voto "sim", Sr. Presidente.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PSDB – RR) – O PSDB recomenda o voto "sim", Sr. Presidente.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** (PPB – PA) – O PPB recomenda o voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Peço aos Srs. Senadores que venham votar, pois a matéria exige quorum qualificado.

(Procede-se à votação nominal.)



SENADO FEDERAL

## VOTAÇÃO NOMINAL:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 25, DE 1999 - COMPLEMENTAR

## DISPÓE SOBRE AS NORMAS GERAIS PARA A ORGANIZAÇÃO, PREPARO E O EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS

Nº Sessão: 1

Data Sessão: 01/06/1999

Nº Vot.: 1

Data Início: 01/06/1999

Hora Inicio: 16:52:30

Data Fim: 01/06/1999

Hora Fim: 17:14:53

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
RLOCO	PA	ADEMIR ANDRADE	SIM	PFL	SP	ROMEO TUMA	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM	BLOCO	AP	SEBASTIÃO ROCHA	SIM
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	SIM	PSDB	CE	SÉRGIO MACHADO	SIM
BLOCO	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM	BLOCO	AC	TIÃO VIANA	NÃO
PTB	MG	ARLINDO PORTO	SIM	PMDB	PB	WELLINGTON ROBERTO	SIM
PFL	MA	BELLO PAROA	SIM				
	MT	BLAIRE MAGGI	SIM				
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	SIM				
PFL	TO	CARLOS PATROCINIO	SIM				
SDB	PE	CARLOS WILSON	SIM				
PFL	BA	DJALMA BESSA	SIM				
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM				
PFL	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	SIM				
BLOCO	SP	EDUARDO SUPlicy	SIM				
BLOCO	RS	EMILIA FERNANDES	ABST				
PMDB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM				
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	SIM				
PFL	SC	GERALDO ALTHOFF	SIM				
BLOCO	RJ	GERALDO CÂNDIDO	SIM				
PSDB	RN	GERALDO MELO	SIM				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM				
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM				
BLOCO	AL	HELOISA HELENA	NÃO				
PMDB	GO	IRIS REZENDE	SIM				
PMDB	PA	JADER BARBALHO	SIM				
BLOCO	AM	JEFFERSON PERES	SIM				
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	SIM				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	SIM				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPIÑO	SIM				
BLOCO	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	SIM				
PMDB	RS	JOSÉ FOQAÇA	SIM				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	SIM				
UDR	DF	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	SIM				
PFL	MS	JUVÉNCIO DA FONSECA	SIM				
BLOCO	DF	LAURO CAMPOS	SIM				
PPB	TO	LEONMAR QUINTANILHA	SIM				
PSDB	CE	LÚCIO ALCÂNTARA	SIM				
PPB	PA	LUÍZ OTÁVIO	SIM				
PSDB	CE	LUÍZ PONTES	SIM				
PSDB	ES	LUZIA TOLEDO	SIM				
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	SIM				
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	SIM				
BLOCO	AC	MARINA SILVA	SIM				
PMDB	RR	MARLUCE PINTO	SIM				
PFL	RO	MOREIRA MENDES	SIM				
PFL	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM				
PSDB	PR	OSMAR DIAS	SIM				
PSDB	ES	PAULO HARTUNG	SIM				
PSDB	SP	PEDRO PIVA	SIM				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM				
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	NÃO				
BLOCO	RJ	ROBERTO SATURNINO	SIM				
PSDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM				

Presid.: ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votos Sim: 56	Votos Não: 3	Total: 60
1º Sec.: *			
2º Sec.: *			
3º Sec.: *			
4º Sec.: *			
Operad: HÉLIO F. LIMA	Votos Abst: 1		
Intervm:			

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Votaram "sim" 56 Srs. Senadores; e "não" 3.

Houve 1 abstenção.

Total: 60 votos.

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 25, DE 1999 – COMPLEMENTAR**

**Dispõe sobre as normas gerais para  
o organização, o preparo e o emprego  
das Forças Armadas.**

O Congresso Nacional decreta:

**CAPÍTULO I  
Disposições Preliminares**

**SEÇÃO I  
Da Destinação e Atribuições**

Art. 1º As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais, e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Parágrafo único. Sem comprometimento de sua destinação constitucional, cabe também às Forças Armadas o cumprimento das atribuições subsidiárias explicitadas nesta Lei Complementar.

**SEÇÃO II  
Do Assessoramento ao Comandante Supremo**

Art. 2º O Presidente da República, na condição de Comandante Supremo das Forças Armadas, é assessorado:

I – no que concerne ao emprego de meios militares, pelo Conselho Militar de Defesa; e

II – no que concerne aos demais assuntos pertinentes à área militar, pelo Ministro de Estado da Defesa.

§ 1º O Conselho Militar de Defesa é composto pelos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e pelo Chefe do Estado-Maior de Defesa.

§ 2º Na situação prevista no inciso I deste artigo, o Ministro de Estado da Defesa integrará o Conselho Militar de Defesa na condição de seu Presidente.

**CAPÍTULO II  
Da Organização**

**SEÇÃO I  
Das Forças Armadas**

Art. 3º As Forças Armadas são subordinadas ao Ministro de Estado da Defesa, dispondo de estruturas próprias.

Art. 4º A Marinha, o Exército e a Aeronáutica dispõem, singularmente, de um Comandante, nomeado pelo Presidente da República, ouvido o Ministro de Estado da Defesa, o qual, no âmbito de suas atribuições, exercerá a direção e a gestão da respectiva Força.

Art. 5º Os cargos de Comandante da Marinha, do Exército e da Aeronáutica são privativos de oficiais-generais do último posto da respectiva Força.

§ 1º É assegurada aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica precedência hierárquica sobre os demais oficiais-generais das três Forças Armadas.

§ 2º Se o oficial-general indicado para o cargo de Comandante da sua respectiva Força estiver na ativa, será transferido para a reserva remunerada, quando empossado no cargo.

§ 3º São asseguradas aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica todas as prerrogativas, direitos e deveres do Serviço Ativo, inclusive com a contagem de tempo de serviço, enquanto estiverem em exercício.

Art. 6º O Poder Executivo definirá a competência dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica para a criação, a denominação, a localização e a definição das atribuições das organizações integrantes das estruturas das Forças Armadas.

Art. 7º Compete aos Comandantes das Forças apresentar ao Ministro de Estado da Defesa a Lista de Escolha, elaborada na forma da lei, para a promoção aos postos de oficiais-generais e indicar os oficiais-generais para a nomeação aos cargos que lhes são privativos.

Parágrafo único. O Ministro de Estado da Defesa, acompanhado do Comandante de cada Força, apresentará os nomes aos Presidente da República, a quem compete promover os oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos.

Art. 8º A Marinha, o Exército e a Aeronáutica dispõem de efetivos de pessoal militar e civil, fixados em lei, e dos meios orgânicos necessários ao cumprimento de sua destinação constitucional e atribuições subsidiárias.

Parágrafo único. Constituem reserva das Forças Armadas o pessoal sujeito a incorporação, mediante mobilização ou convocação, pelo Ministério da Defesa, por intermédio da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, bem como as organizações assim definidas em lei.

## SEÇÃO II

### **Da Direção Superior das Forças Armadas**

Art. 9º O Ministro de Estado da Defesa exerce a direção superior das Forças Armadas, assessorado pelo Conselho Militar de Defesa, órgão permanente de assessoramento, pelo Estado-Maior de Defesa, pelas Secretarias e demais órgãos, conforme definido em lei.

Art. 10. O Estado-Maior de Defesa, órgão de assessoramento do Ministro de Estado da Defesa, terá como chefe um oficial general do último posto, da ativa, em sistema de rodízio entre as três Forças, nomeado pelo Presidente da República, ouvido o Ministro de Estado da Defesa.

Art. 11. Compete ao Estado-Maior de Defesa elaborar o planejamento do emprego combinado das Forças Armadas e assessorar o Ministro de Estado da Defesa na condução dos exercícios combinados e quanto à atuação de forças brasileiras em operações de paz, além de outras atribuições que lhe forem estabelecidas pelo Ministro de Estado da Defesa.

## CAPÍTULO III Do Orçamento

Art. 12. O orçamento do Ministério da Defesa contemplará as prioridades da política de defesa nacional, explicitadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º O orçamento do Ministério da Defesa identificará as dotações próprias da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

§ 2º A consolidação das propostas orçamentárias das Forças será feita pelo Ministério da Defesa, obedecendo-se as prioridades estabelecidas na política de defesa nacional, explicitadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 3º A Marinha, o Exército e a Aeronáutica farão a gestão, de forma individualizada, dos recursos orçamentários que lhes forem destinados no orçamento do Ministério da Defesa.

## CAPÍTULO IV Do Preparo

Art. 13. Para o cumprimento da destinação constitucional das Forças Armadas, cabe aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica o preparo de seus órgãos operativos e de apoio,

obedecidas as políticas estabelecidas pelo Ministro da Defesa.

Art. 14. O preparo das Forças Armadas é orientado pelos seguintes parâmetros básicos:

I – permanente eficiência operacional singular e nas diferentes modalidades de emprego interdependentes;

II – procurá da autonomia nacional crescente, mediante contínua nacionalização, de seus meios, nela incluídas pesquisa e desenvolvimento e o fortalecimento da indústria nacional;

III – correta utilização do potencial nacional, mediante mobilização criteriosamente planejada.

## CAPÍTULO V Do Emprego

Art. 15. O emprego das Forças Armadas na defesa da Pátria e na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, e na participação em operações de paz, é de responsabilidade do Presidente da República, que determinará ao Ministro de Estado da Defesa a ativação de órgãos operacionais, observada a seguinte forma de subordinação:

I – diretamente ao Comandante Supremo, no caso de Comandos Combinados, compostos por meios adjudicados pelas Forças Armadas e, quando necessário, por outros órgãos;

II – diretamente ao Ministro de Estado da Defesa, para fim de adestramento, em operações combinadas, ou quando da participação brasileira em operações de paz;

III – diretamente ao respectivo Comandante da Força, respeitada a direção superior do Ministro de Estado da Defesa, no caso de emprego isolado de meios de uma única Força.

§ 1º Compete ao Presidente da República a decisão do emprego das Forças Armadas, por iniciativa própria ou em atendimento a pedido manifestado por quaisquer dos poderes constitucionais, por intermédio dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados.

§ 2º A atuação das Forças Armadas, na garantia da lei e da ordem, por iniciativa de qualquer dos poderes constitucionais, ocorrerá de acordo com as diretrizes baixadas em ato do Presidente da República, após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, relacionados no art. 144 da Constituição Federal.

## CAPÍTULO VI

### **Das Disposições Complementares**

Art. 16. Cabe às Forças Armadas, como atribuição subsidiária geral, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, na forma determinada pelo Presidente da República.

Art. 17. Cabe à Marinha, como atribuições subsidiárias particulares:

I – orientar e controlar a Marinha Mercante e suas atividades correlatas, no que interessa à defesa nacional;

II – prover a segurança da navegação aquaviária;

III – contribuir para a formulação e condução de políticas nacionais que digam respeito ao mar;

IV – implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos, no mar e nas águas interiores, em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, federal ou estadual, quando se fizer necessária, em razão de competências específicas.

Parágrafo único. Pela especificidade dessas atribuições, é da competência do Comandante da Marinha o trato dos assuntos dispostos neste artigo, ficando designado como "Autoridade Marítima", para esse fim.

Art. 18. Cabe à Aeronáutica, como atribuições subsidiárias particulares:

I – orientar, coordenar e controlar as atividades de Aviação Civil;

II – prover a segurança da navegação aérea;

III – contribuir para a formulação e condução da Política Aeroespacial Nacional;

IV – estabelecer, equipar e operar, diretamente ou mediante concessão, a infra-estrutura aeroespacial, aeronáutica e aeroportuária;

V – operar o Correio Aéreo Nacional.

Parágrafo único. Pela especificidade dessas atribuições, é competência do Comandante da Aeronáutica o trato dos assuntos dispostos neste artigo, ficando designado como "Autoridade Aeronáutica", para esse fim.

## CAPÍTULO VII

### **Das Disposições Transitórias e Finais**

Art. 19. Até que se proceda a revisão dos atos normativos pertinentes, as referências legais a Ministério ou a Ministro de Estado da Marinha, do Exército e da Aeronáutica passam a ser entendidas como a Comando ou a Comandante dessas forças, respectivamente, desde que não colidam com atribuições do Ministério ou Ministro de Estado da Defesa.

Art. 20. Os Ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica serão transformados em comandos, por ocasião da criação do Ministério da Defesa.

Art. 21. Lei criará a Agência Nacional de Aviação Civil, vinculada ao Ministério da Defesa, órgão regulador e fiscalizador da Aviação Civil e da infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária, estabelecendo, entre outras matérias institucionais, quais, dentre as atividades e procedimentos referidos nos incisos I e IV do art. 18, serão de sua responsabilidade.

Art. 22. Esta lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 23. Revoga-se a Lei Complementar nº 69, de 23 de julho de 1991.

Senado Federal, 1 de junho de 1999. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente:

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (Bloco/PDT – AM)

– Sr. Presidente, solicito a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (Bloco/PDT – AM).

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como já o fiz na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, alerto a Mesa para que recomende à Comissão de Redação cuidado na revisão do texto da lei ora aprovada, que contém, pelo menos, três clamorosos erros de português.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– A essas coisas se responde com a cabeça.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Item 2:

## REQUERIMENTO Nº 245, DE 1999

Votação, em turno único, do Requerimento nº 245, de 1999, do Senador Paulo Hartung, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 29 e 39, de 1999, por versarem sobre critérios de distribuição da parcela do ICMS pertencente aos municípios.

Em votação o requerimento.

As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado...

As matérias passam a tramitar em conjunto e retornam à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Item 3:

**REQUERIMENTO Nº 246, DE 1999**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 246, de 1999, do Senador Geraldo Cândido, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 165, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão, que dispõe sobre a preservação da concepção urbanística da Capital Federal e dá outras providências, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura.

Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup>s e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura e, posteriormente, à Comissão de Educação, em decisão terminativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Item 4:

**REQUERIMENTO Nº 247, DE 1999**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 247, de 1999, do Senador Antero Paes de Barros, solicitando, nos termos regimentais, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 299, de 1999, de sua autoria, que acrescenta alínea ao art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações).

Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup>s e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai definitivamente ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Passa-se, agora, à votação do Requerimento nº 291, de 1999, lido no Expediente, que propõe voto de pesar pelo falecimento do Pastor Jaime Wright.

Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup>s e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 292, DE 1999**

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do grande atleta João Carlos de Oliveira, o João do Polo, que faleceu no dia 29 de maio último.

**Justificação**

João do Polo começou no atletismo, em Pindamonhangaba (SP), cidade onde nasceu. Começou no salto em altura mas logo mudou para a corrida – 100 metros rasos – salto em distância e salto triplo. O sucesso veio rápido e ele foi recordista brasileiro e sul-americano dos 100 metros, do salto em distância e do salto triplo.

Durante os oito anos em que participou de competições, nas pistas de todo mundo, João do Polo brilhou. Foi tricampeão mundial, bicampeão pan-americano e oito vezes campeão brasileiro. Ganhou duas medalhas olímpicas de bronze e durante dez anos foi o recordista mundial do salto triplo, com a marca de 17,89m, obtida no Pan-Americano do México.

A vitoriosa carreira foi brutalmente interrompida no dia 22 de dezembro de 1981, quando, aos 27 anos, sofreu um acidente automobilístico. O carro que dirigia foi colhido, de frente, por uma Variant que estava na contramão.

Apesar das inúmeras cirurgias e de quase um ano de tratamento, a perna direita do campeão teve de ser amputada. Longe das pistas, João tentou a carreira política, tendo sido deputado estadual por dois mandatos.

Em 1995, quando não conseguiu reeleger-se, partiu para a carreira de empresário abrindo uma padaria e uma empresa de transporte. Empreendimentos que, infelizmente, não deram certo.

No ano passado João começou a preparar-se para participar da Paraolimpíada de Sidney, na Austrália, prevista para o ano que vem, mas foi obrigado a abandonar o projeto por falta de apoio.

João do Polo estava internado havia um mês no Hospital Beneficência Portuguesa. Com sua morte, no último sábado, ficamos um pouco mais pobres. Certamente ele está dentre os maiores esportistas do século.

Sala das Sessões, 1º de junho de 1999. – Senador **Eduardo Suplicy**.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Em votação o requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

### REQUERIMENTO Nº 293, DE 1999

Requeiro, nos termos dos artigos 49, inciso X, e 50 da Constituição Federal, combinados com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado, sejam solicitadas ao Ministro do Trabalho as seguintes informações:

1. Listar, detalhando por ano, profissão, nacionalidade, empresa onde irá trabalhar, função que pretende exercer, o número de vistos de trabalho concedidos a estrangeiros desde janeiro de 1995.

2. Quais os critérios utilizados para a concessão de visto de trabalho?

### Justificação

Uma das justificativas do Governo para a venda das estatais era que, além do aumento da eficiência, as empresas privatizadas proporcionariam uma maior oferta de novos postos de trabalho. Entretanto, o que estamos constatando é o oposto do discurso oficial. Apenas para citar um número, a Telefônica, empresa que comprou a Telesp, já demitiu mais de 35% dos antigos empregados. Engenheiros, secretárias, administradores, técnicos em geral, muitas vezes com mais de 15-20 anos de empresa, estão sendo substituídos por trabalhadores estrangeiros.

Não somos contra a contratação de estrangeiros. Somos a favor que haja cada vez maior liberdade para o ser humano escolher aonde quer viver, estudar, trabalhar. Mas é importante que os passos nessa direção sejam feitos com um sentido de reciprocidade entre os países e especialmente nas relações de trabalho. Enquanto, por exemplo, o Brasil abre seu mercado para centenas de trabalhadores europeus, a Europa fecha as portas de seu mercado para os profissionais brasileiros.

O índice de desemprego, medido pelo Dieese, na Grande São Paulo, vem crescendo de forma alarmante; todavia o Ministério do Trabalho continua a conceder vistos de trabalho, ao que tudo indica sem nenhum critério. As informações aqui solicitadas são

de fundamental importância para que possamos propor uma nova política de empregos para o País.

Sala das Sessões, 1º de junho de 1999. – Senador **Eduardo Suplicy**.

(À Mesa para decisão.)

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– O requerimento lido vai à Mesa para decisão, nos termos do Regimento Interno.

**O SR. CASILDO MALDANER** (PMDB – SC) –

Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. CASILDO MALDANER** (PMDB – SC)

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço à Mesa que, se possível, faça constar o meu voto "sim" na votação anterior, pois a mesma não foi registrada no painel eletrônico.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– A Mesa fará constar a declaração de que V. Ex<sup>a</sup> votaria favoravelmente; contudo, o seu voto infelizmente...

**O SR. CASILDO MALDANER** (PMDB – SC) –

Apenas para constar em ata, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Não constará falta para V. Ex<sup>a</sup> na ata da sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Iris Rezende para uma breve comunicação.

**O SR. IRIS REZENDE** (PMDB-GO) Para uma

breve comunicação.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, – inicialmente agradeço à ilustre colega, Senadora Heloisa Helena, que me cedeu a sua vez na lista de oradores; concedendo-me, assim, a oportunidade de, desta tribuna, falar de um importante segmento da sociedade brasileira.

Sr. Presidente, o Senado da República recebe hoje, em suas galerias e no Auditório Petrônio Portella, centenas e centenas de representantes de uma parcela da sociedade que, com o seu suor e sua luta diária, ajudam a construir a grandeza deste País, produzindo os alimentos que matam a fome e propiciam a vida. Aqui estão os nossos pequenos agricultores. São homens e mulheres simples, trabalhadores honestos. Dedicam as suas existências à labuta do campo, enfrentando as dificuldades com determinação e coragem, sempre dispostos a colaborar na árdua tarefa de construir o crescimento econômico, melhorando as condições de vida do povo brasileiro.

Este segmento, Sr. Presidente, tem motivos para se orgulhar de seu trabalho. A agropecuária,

entre todas as atividades produtivas deste País, foi a única que agüentou o tranco da crise, crescendo 17,8% no primeiro trimestre de 1998. Na soma geral, graças ao desempenho do campo, o Produto Interno Bruto brasileiro cresceu 1%, afastando as sombras da recessão que se anunciava para este ano. O agribusiness produziu 35% de toda a riqueza nacional, avaliada em R\$805 bilhões.

Os nossos pequenos produtores, especialmente, são responsáveis diretos por essas conquistas. Eles sabem, com eficiência, alcançar resultados positivos nos momentos mais delicados, impedindo que os desacertos na área econômica acabem inviabilizando o País. Entretanto, Sr. Presidente, Srs e Sras. Senadores, a despeito dos avanços obtidos pelo setor primário, os pequenos agricultores estão sendo outra vez penalizados. Eles são as vítimas maiores da crise cambial que abalou o Brasil, principalmente no que se refere à inaceitável política de juros que torna, no momento, inviável a quitação dos financiamentos contraídos.

É o caso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, criado com o intuito de ajudar a corrigir as desigualdades sociais e regionais e que, hoje, transformou-se no mais implacável dos credores dos pequenos agricultores, aos quais, originalmente, deveria prestar assistência.

Esta não é a primeira oportunidade em que abraço esta causa. Em setembro do ano passado, participei em Goiânia de um encontro com mais de cinco mil agricultores no parque agropecuário, num evento organizado pelo Campo – Centro de Apoio aos Mini e Pequenos Produtores Rurais e suas organizações. O presidente da entidade, Luiz Alberto de Paula e Souza, aqui se encontra como testemunha dessa nossa luta que vem de longe. A situação agora se agrava e o nosso empenho é, sem dúvida, apelar para a sensibilidade das autoridades federais, a fim de que sejam encontrados os melhores caminhos e as melhores soluções.

Os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, criados pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, têm por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por intermédio das instituições financeiras federais de caráter regional, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos locais de desenvolvimento.

Esses fundos foram concebidos com as melhores intenções, mas, em razão das bruscas mudan-

ças conjunturais e econômicas, acabam se transformando em verdadeiros algozes daqueles que deveriam beneficiar. Os pequenos agricultores que contraíram esse financiamento estão hoje atolados nas dívidas. Vivem uma situação dramática e angustiante. É em função desta realidade que ocupo a tribuna nesta tarde. Aqui estou, diante de nossos companheiros que ocupam as galerias, para solicitar ao Presidente Fernando Henrique Cardoso a tomada de providências imediatas para renegociar essas dívidas, corrigindo o descompasso entre os encargos financeiros e a rentabilidade do setor agropecuário.

A situação é realmente séria e preocupante. A crise originada pelos altos níveis de inadimplência vem provocando desemprego, êxodo rural, e vai acabar transformando os agricultores em futuros bôias-frias, provocando ainda mais inchaço nas periferias das cidades.

Em 1947, o Congresso Nacional, diante de uma crise experimentada àquela época pela agropecuária brasileira, principalmente do Centro-Oeste, concedeu uma moratória, e, posteriormente, em 1949, concedeu o perdão total das suas dívidas, assumindo o Governo Federal, inclusive, as dívidas particulares dos pecuaristas.

Sr. Presidente, os pequenos produtores rurais não querem o perdão das dívidas. Não são e nunca foram caloteiros. Se agora deixam de cumprir os seus compromissos, é porque realmente não têm condições de arcar com os juros elevados. Nem mesmo vendendo as suas propriedades conseguiram saldar esses débitos. Daí por que é necessária uma ampla negociação para que possam viabilizar os pagamentos e manter o que duramente adquiriram no decorrer da vida.

São muitos os exemplos que evidenciam o desespero que atualmente vivem os pequenos produtores. Basta dizer que um deles adquiriu uma vaca leiteira financiada e já pagou o seu valor real, mas continua devendo ao Governo um preço equivalente à compra de dois outros animais. Enquanto isso, o preço do leite caiu. Para piorar, todos os insumos para a pecuária de leite subiram vertiginosamente. Uma vacina para aftosa, que era adquirida, há poucos dias, a R\$0,36, hoje custa R\$0,70 – praticamente o dobro.

Assim, Sr. Presidente, as oscilações da economia fizeram com que o sonho do pequeno produtor virasse pesadelo. As dívidas contraídas no FCO cresceram e transformaram-se num monstro. O agricultor não consegue dormir em paz, tamanha a sua aflição. A sobrevivência de sua família continua ameaçada. É preciso agir rápido.

O que o produtor quer são condições dignas para que possa honrar os seus compromissos e manter a sua dignidade. Todos bem sabem que os recursos do Fundo são para fomentar o desenvolvimento e não para alimentar a especulação financeira que tanto penaliza o processo produtivo. Esse programa tem um relevante papel social que necessita ser devidamente preservado.

É preciso ainda lembrar que os recursos do Fundo não são recolhidos no mercado financeiro como os recursos do BNDES e do Banco do Brasil. São oriundos do repasse de 0,6% do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e provenientes de qualquer natureza e do Imposto sobre Produtos Industrializados, entregues pela União, na forma do artigo 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal. Esses recursos não têm encargos financeiros, mas somente taxa de administração. Devem, portanto, ter juros para garantir apenas a conservação dos valores originais. Isso porque os recursos arrecadados com o retorno financeiro dos empréstimos voltam, automaticamente, ao caixa do próprio Fundo para serem mais uma vez emprestados. Não se justificam, portanto, os juros exorbitantes que vêm sendo cobrados.

Diante do exposto, Srs. Senadores, e na perspectiva que se anuncia de agravamento da crise, cabe ao Governo Federal o estabelecimento de novas regras para a quitação das dívidas dos pequenos produtores para com o Fundo Constitucional do Centro-Oeste. As propostas apresentadas pelos agricultores já estão claras. Em relação ao FCO securitizado, eles querem juro fixo de 3% ao ano, com a extinção da equivalência produto, redutor de 50% no saldo devedor, prazo para pagamento de até dez anos a partir da atual negociação e capitalização anual de três por cento. Esse conjunto de propostas também vale para o FCO não securitizado até 31 de dezembro de 1998.

A partir de janeiro de 1999, para os que contraíram o FCO não securitizado e o Pronaf, as propostas são idênticas: juro fixo de três por cento ao ano, prazo máximo de até 15 anos para pagamento e capitalização anual sem indexador.

Tenho certeza de que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao tomar conhecimento dessa delicada realidade, não vai medir esforços para viabilizar uma negociação equilibrada e justa, preservando as propriedades dos pequenos agricultores e lhes permitindo os meios adequados para que possam continuar produzindo os alimentos de que o nosso povo tanto precisa.

Tenho dito e volto a afirmar: o Brasil somente encontrará os verdadeiros caminhos do crescimento a partir do momento em que a agropecuária se tornar prioridade nas ações governamentais. O setor primário dá respostas imediatas para vencer a crise. São investimentos com retorno certo. A custo baixo, gera milhares de empregos, movimenta a economia, faz o país prosperar.

A partir dessa realidade, conclamo à Bancada do Centro-Oeste a unir-se na reivindicação ao Governo Federal para redefinir as condições de pagamento das dívidas dos pequenos produtores com o FCO. Exorto e conclamo, também, a adesão das Bancadas do Norte e Nordeste, cujos fundos constitucionais, certamente, sofrem as mesmas dificuldades.

Juntos, lutaremos pelo restabelecimento de medidas adequadas para o fomento da atividade agrícola enquanto fonte permanente de geração de empregos. Queremos a fixação do homem no campo em condições realmente dignas. Contra a especulação financeira, os nossos agricultores continuarião a semear a grandeza deste País, tendo como armas a produção e o trabalho. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antônio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Sem partido. – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, quero, de certa forma, justificar minha ausência – não só a minha mas também a do Senador Gilvam Borges – na semana passada. Fomos participar de um evento, uma grande caminhada, um caminhonáço, que teve como objetivo chamar a atenção do Governo Federal, para que seja criada uma nova alternativa de escoamento de grãos, da produção agrícola do Estado de Mato Grosso em direção ao Pará.

Saímos da cidade de Lucas do Rio Verde, passamos por Sinop, Sorriso e chegamos até Itaituba. Percorremos 1.050 quilômetros de estrada, dos quais 800 quilômetros sem asfalto, em condições adversas: muita poeira, muitos buracos, mosquitos, sem o mínimo conforto.

Mas a idéia era exatamente essa, ou seja, chamar a atenção do Governo Federal para reduzir os custos de transporte da soja, do milho, do algodão, enfim, das culturas produzidas no Mato Grosso em direção ao mercado externo. Esse vai ser o tema de um pronunciamento que pretendo fazer semana que vem e no qual acrescentarei detalhes da nossa viagem e dos fatos que pudemos observar ao longo de três dias.

O que quero falar hoje aqui, Sr. Presidente, é que alguns milhares de pessoas estão abandonadas neste País, principalmente pessoas que vivem ao longo da BR-163, no Pará, Estado do qual o atual Presidente da Mesa faz parte.

Encontramos lá milhares de pessoas que foram levadas para a BR-163, há mais de 25 anos, pela promessa do Governo Federal de que teriam ali uma estrada asfaltada de aproximadamente 600 ou 800 quilômetros até o porto.

Assim, pessoas que viviam no Sul do Brasil fizeram um raciocínio lógico e simples, qual seja, o de que, vivendo ali, logo poderiam adquirir outros bens, teriam progresso, melhorariam de vida tanto econômica como social e culturalmente.

Não foi o que aconteceu. Elas foram simplesmente abandonadas pelo Governo Federal, talvez pelos Governos estaduais também. Lá enterraram parte de sua juventude, enterraram – muitos deles – parte de suas famílias vitimada por doenças que não conheciam no Sul do Brasil – Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Doenças como a malária, a febre amarela, e outras tantas doenças tropicais existentes na região acabaram vitimando parte dessas famílias.

Saímos de Mato Grosso em direção ao Pará, em busca de ganhos para os produtores rurais, e acabamos encontrando uma situação difícil e pessoas vivendo grandes adversidades.

O Brasil precisa urgentemente resgatar a promessa feita a elas mais de 20 anos atrás.

Fica aqui o meu apelo ao Presidente da República, para que, efetivamente, não pense no asfaltamento da BR-163 apenas como um corredor novo de exportação, mas também, e principalmente, numa região para onde foram levadas pessoas com a promessa de melhores dias. Isso não aconteceu. Enterraram lá parte de suas famílias. Por isso, o Governo Federal e os Governos Estaduais do Mato Grosso e do Pará precisam urgentemente reparar esse erro.

Como disse, na semana que vem farei um outro pronunciamento, mas, de antemão, gostaria de agradecer ao Senador Gilvam Borges, que foi o nosso grande mentor espiritual na viagem e fez grandes amizades com os agricultores e caminhoneiros do Mato Grosso que participaram dela. Agradeço também às pessoas que estiveram na recepção dos produtores e caminhoneiros: os Senadores Luiz Otávio e Jader Barbalho, do Pará, os Senadores Jonas Pinheiro e Carlos Bezerra, o Vice-Governador do Pará e o Vice-Governador de Mato Grosso.

Eram essas as minhas considerações.  
Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Blairo Maggi, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, por 5 minutos, para uma breve comunicação.

**O SR. OSMAR DIAS** (PSDB – PR. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, faço esta comunicação porque, hoje, estão aqui em Brasília, numa mobilização nacional, os produtores, trabalhadores e fornecedores da indústria do álcool no Brasil.

É um problema que interessa a todo o País, porque, afinal de contas, é um setor que emprega dois milhões de trabalhadores de Norte a Sul. Há Estados em que a produção de álcool se transformou na maior geração de empregos. O setor, portanto, merece nossa atenção.

Sempre disse que não defendo aqui apenas os interesses da produção do álcool. Defendo os interesses maiores daqueles que dependem do álcool para o sustento de sua família. E são, como disse, dois milhões. Apenas no Paraná, 80 mil famílias sobrevivem graças à produção do álcool.

O setor, muito incentivado pelo Governo quando criou o Proálcool, necessita agora de sua atenção. Por isso, mais de 10 mil manifestantes estão agora em frente ao Congresso Nacional. Há manifestações nas Assembléias Legislativas de todos os Estados e os Governadores estão sendo acionados, pois se trata, Sr. Presidente, de salvar um setor que gera muitos empregos e é estratégico para a economia do País. Todos se lembram da crise do petróleo, que levou o Brasil a uma hiperinflação e que, junto com muitos empregos, arrastou muitas esperanças e a capacidade de crescimento do País.

Verificamos, Sr. Presidente, a frustração de usineiros, trabalhadores e fornecedores com o fim dos subsídios e com o abandono do Proálcool. A situação é crítica. Vejamos alguns números.

E farei em cinco minutos a apresentação desses números, Sr. Presidente, porque a Casa está agitada. O próprio Presidente está um pouco agitado. A Casa está completamente agitada. Não sei o que está ocorrendo, mas sei que lá fora muitas pessoas estão agitadas por falta de apoio do Governo. E este Senado deveria prestar mais atenção a esse absurdo.

**O SR. PRESIDENTE** (Ademir Andrade) – Senador Osmar Dias, o problema é justamente a dificuldade de aceitação da comunicação inadiável. Há questionamentos no plenário com relação a isso. É essa a agitação do Plenário.

**O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR)** – Creio, Sr. Presidente, que esta é a segunda comunicação inadiável que faço em cinco anos que estou no Senado. E aqui vejo Senadores repetindo comunicações inadiáveis todos os dias.

**O SR. PRESIDENTE** (Ademir Andrade) – Não estou reclamando de V. Ex<sup>a</sup>; estou apenas citando o que está acontecendo.

**O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR)** – Sr. Presidente, essa é uma comunicação inadiável. Agora, ouço comunicações inadiáveis que poderiam ser feitas daqui a dez anos e ainda assim não perderiam a validade. No entanto, esta aqui é inadiável, porque são dois milhões de empregos que estão em risco.

No meu Estado, muitas destilarias já estão demitindo as pessoas, e o Governo, que assumiu alguns compromissos, ainda não os praticou. Eu dizia que traria alguns números. O Brasil produziu quase 14 bilhões de litros de álcool. E, antes da liberação de preços pelo Governo, o preço era de R\$413,00 o m<sup>3</sup> do álcool hidratado e R\$446,00 o m<sup>3</sup> do álcool anidro. Os preços médios praticados no ano passado foram de R\$280,00 para o anidro e R\$250,00 para o hidratado. E os distribuidores, Sr. Presidente, não repassaram aos consumidores essa diferença de preços; os consumidores continuaram pagando o preço como se nada tivesse acontecido. Portanto, não houve a interferência do Governo na cadeia de comercialização, onde os distribuidores ficaram com vultosos lucros, enquanto os produtores tiveram que demitir trabalhadores, e os consumidores continuaram pagando os mesmos preços.

Para que se tenha uma idéia, há quem esteja comercializando álcool hoje a R\$ 170,00 o m<sup>3</sup>, o que não paga o custo de produção.

É preciso, Sr. Presidente, dar atenção a esse setor. É preciso enxugar o excedente de 2 bilhões de litros de álcool que estão nos estoques das destilarias; é preciso normatizar a comercialização, para que haja a moralização na comercialização – onde evidentemente estejam os produtores, os distribuidores e os consumidores em harmonia, não concentrando o lucro sobre os distribuidores – e é preciso estimular a demanda do álcool, para que haja a mistura do álcool ao diesel. As pesquisas já confirmaram que, até determinado percentual, não há risco

nienhum para os motores a diesel e a álcool. Este poderia voltar a ser fabricado no País.

Sr. Presidente, sei que essa comunicação inadiável não teve nenhuma importância para os Senadores que estão presentes, mas teve muita importância mesmo para os milhares de trabalhadores deste País que dependem da indústria do álcool.

**O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP)** – Senador Osmar Dias, estou prestando toda a atenção. Penso que V. Ex<sup>a</sup> tem razão: sua comunicação é importíssima. E tenho sentido no meu Estado as grandes dificuldades por causa disso.

**O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR)** – Senador Romeu Tuma, sei que V. Ex<sup>a</sup> está prestando atenção, mas me refiro à falta de respeito absoluto que me dedicaram nesta comunicação de cinco minutos os poucos Senadores que estão em plenário, que continuam batendo papo, Sr. Presidente, discutindo como se eu estivesse aqui fazendo uma poesia, declamando um poema! Isso é uma falta de respeito que não aceito, porque sempre respeitei os Senadores que na tribuna estiveram! Não aceito a falta de respeito dos Senadores do Governo e da Oposição que estão em plenário conversando em voz alta, discutindo quem vai falar depois. É falta de respeito! V. Ex<sup>a</sup>, como Presidente, deveria ter tomado providência e não tomou!

Registro aqui o meu protesto, Sr. Presidente!

**O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP)** – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma breve comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Ademir Andrade) – Concederei a palavra ao Senador Pedro Piva, que está inscrito como Líder.

Quero dizer ao Senador Osmar Dias que não entendo como desrespeito o que aconteceu neste plenário. Algumas pessoas estavam preocupadas. Peço a V. Ex<sup>a</sup> que tenha um pouco de calma e de compreensão. O que aconteceu foi em decorrência da preocupação com o horário destinado à fala de cada um.

**O SR. PRESIDENTE** (Ademir Andrade) – Com a palavra o Senador Pedro Piva.

**O SR. PEDRO PIVA (PSDB – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.)** – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, assumo esta tribuna para uma comunicação tão importante quanto a do Senador Osmar Dias.

Peço que conste dos Anais desta Casa um fato que ocorreu hoje e é, ao mesmo tempo, auspicioso e triste para todos os brasileiros. Hoje, às 9h, o pro-

fessor Adib Jatene foi aposentado compulsoriamente da cátedra da Faculdade de Medicina. Aos setenta anos, compulsoriamente, teve que deixar a cátedra. Saiu também do Incor, Instituto do Coração.

O Instituto do Coração é conhecido desta Casa por quase todos os Senadores, é uma instituição que honra a medicina brasileira; é uma instituição de excelência e que honra o País. É um dos cinco melhores hospitais do mundo em cardiologia e teve, e tem no professor Adib Jatene uma das suas maiores estrelas. E a poucas pessoas neste País se deve tanto como a ele.

Já havia pedido ao Presidente Antonio Carlos que, embora seja uma comunicação de Liderança, fosse permitido um minuto a cada um dos Senadores, porque não existe Senador, não existe brasileiro cujo parente, amigo, pessoa de sua intimidade não tenha passado pelas mãos mágicas do professor Adib Jatene.

O professor Adib Jatene entra na compulsória, mas continua prestando ao País os relevantes serviços que sempre prestou. O Instituto do Coração é o que é por três pessoas fundamentalmente: o professor Zerbini, que teve a inspiração de fundar este Instituto; pelo o professor Adib Jatene, que foi o grande cirurgião, o grande mestre de todos os cirurgiões deste País; e o professor Fúlvio Pileggi que, no ano passado, se aposentou do Instituto do Coração.

Novos valores virão, novos concursos suprirão a falta desses grandes mestres, e tenho certeza que esta Casa se solidariza comigo nesta homenagem que presto em nome de todos os Senadores a este grande homem, a este grande brasileiro, que é o professor Adib Jatene.

**O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP)** – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. PEDRO PIVA (PSDB – SP)** – Concedo o aparte se o Presidente o permitir.

**O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade)** – V. Ex<sup>a</sup> tem 20 minutos e pode receber apartes dos Srs. Senadores.

**O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP)** – Fui atendido em uma hora difícil da minha vida em que precisei de uma cirurgia de emergência, de madrugada, pelo Dr. Adib Jatene e aqui estou graças ao seu trabalho e ao do Dr. Fúlvio Pileggi, a quem o Senador Pedro Piva homenageia. Trouxe uma manifestação que iria ler, mas peço a V. Ex<sup>a</sup> que seja considerada como lida, para que essa homenagem de viva voz ao professor Adib Jatene conste dos Anais desta Casa. Temos pelo professor Adib Jatene profunda admiração. Ele continuará trabalhando no Hospital do Co-

ração, onde espero contar com o seu braço amigo nas horas de necessidade e nas horas em que podemos manifestar amizade por uma pessoa que tem um coração tão amável. Obrigado.

**O SR. PEDRO PIVA (PSDB – SP)** – Sr. Presidente, gostaria de fazer mais uma consideração. Essa homenagem ao professor Jatene ocorreu hoje às 9h, e o Presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, estava lá, assim como o Governador Mário Covas e tantos outros. Num discurso, um dos Governadores fez menção a todas as pessoas que o professor Adib Jatene já operou e já salvou, tendo o Incor um índice de sobrevida das pessoas que lá se operam de 95 a 96%, comparável aos melhores hospitais do mundo e está num plano de expansão que vai colocá-lo em primeiro lugar na cardiologia mundial, acima de Cleveland, porque o Incor, salvo casos excepcionais, opera somente coração.

A esse respeito tenho uma comunicação importante e auspíciosa para esta Casa. O Senador Jonas Pinheiro, que estava lá fazendo seus exames hoje, teve alta com menção honrosa, nota 10. Isso é algo simpático e muito bom para nós todos. E o Senador Cunha Lima, também hoje, teve alta do Incor.

Então, vejam os Srs. Senadores a importância dessa instituição e dos homens que a fizeram grande como ela é.

**O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO)** – V. Ex<sup>a</sup> concede-me um aparte?

**O SR. PEDRO PIVA (PSDB – SP)** – Concedo o aparte ao nobre Senador Iris Rezende.

**O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO)** – Associo-me a V. Ex<sup>a</sup> na justa homenagem que presta nesta tarde ao Dr. Adib Jatene. Sempre entendi que as homenagens aos grandes homens devem ser prestadas quando, ainda em vida, eles possam sentir o reconhecimento. Após a morte, deve ser salientada a participação da pessoa, justamente para servir de exemplo. O Dr. Adib Jatene é um dos brasileiros que realmente merecem, na atualidade, o reconhecimento de todo o País. Tive a oportunidade de conviver com ele mais de perto, quando Ministro da Saúde, acompanhando sua luta pela aprovação da CPMF. Na condição de Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senti, em toda sua luta e movimentação, um sentimento patriótico extraordinário. Se fôssemos aqui enumerar o que esse homem significou para esta geração, levaríamos aqui sessões e mais sessões. Tivemos a honra de tê-lo durante alguns dias, logo após sua formatura, iniciando seu trabalho como médico na cidade de Ceres, Estado de Goiás. Em sua rápida passagem por

ali; já deixou sua marca, e nós, goianos, somos todos orgulhosos por isso. Ele é realmente um homem que tem um respeito muito grande por esta Casa, pelos Senadores, e V. Ex<sup>a</sup> foi extremamente feliz nesta homenagem. Que todos nós levantemos nossas vozes para mostrar ao Brasil que este País tem, entre seus grandes homens e mulheres, um homem da estirpe de Adib Jatene. Muito obrigado.

**O SR. PEDRO PIVA (PSDB – SP)** – Sr. Presidente, só mesmo um homem do Norte, um acreano, poderia fazer tanto para o País como o fez Adib Jatene, vindo de Xapuri. Como é possível a um homem formado naquele Estado ir a São Paulo, sem nenhum conhecido, sem nenhum empurrão, sem nenhuma ajuda e se transformar no que se transformou?

Pedi a palavra para comunicar a esta Casa que, hoje, uma ilustre figura da Medicina nacional recebeu expressiva e merecida homenagem pelos relevantes serviços prestados ao Instituto do Coração "Euryclides de Jesus Zerbini", famoso internacionalmente sob a sigla Incor. Refiro-me a S. Ex<sup>a</sup> o ex-Ministro da Saúde, Professor Doutor Adib Domingos Jatene, Diretor-Geral daquela modelar instituição pertencente ao Hospital das Clínicas, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. O Prof. Jatene completará 70 anos dia 4 do corrente mês, mas já é alvo de uma série de comemorações, potencializadas pelas lembranças de tudo o que fez ao longo de uma das mais profícias carreiras como cirurgião e administrador de que se tem notícia. Uma carreira de sucessos, que, mercê de Deus, permite-me, assim como a eminentes figuras da vida nacional, entre as quais nosso digníssimo Presidente do Senado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães, estar aqui a testemunhar sua capacidade e dedicação profissionais. A homenagem de hoje aconteceu no Centro de Convenções Rebouças, pertencente ao complexo hospitalar das Clínicas. Foi organizada pelos ilustres Doutores José Manoel de Cá-margo Teixeira, Diretor Executivo do Incor, e Paolo Bellotti, Diretor-Presidente da fundação "Euryclides de Jesus Zerbini", e serviu para que o Prof. Jatene recebesse mais uma importante parcela de reconhecimento. Impossibilitado de comparecer, oficiei ao homenageado para reconfirmar minha opinião a seu respeito. Permitam-me repeti-la agora, porque se alicerça em fatos que se confundem com a evolução da Medicina no Brasil e, portanto, são merecedores de registro nos **Anais** desta Casa.

No campo religioso, da Bíblia ao Alcorão, passando pelo Veda e tantos textos sagrados quantos se possa citar, entre os pontos mais relevantes e co-

muns a todos, verificamos que o sinal incontestável do milagre é a cura ou, pelo menos, a minimização do sofrimento humano. É isto que confere dimensão divina a personagens daquelas obras e, até hoje, por exemplo, constitui condição **sine qua non** para a Igreja Católica reconhecer um bem-aventurado. A Medicina, ao disseminar e disciplinar cientificamente o poder de cura, passou a ser vista como um instrumento de Deus destinado a colocar esse poder ao alcance do maior número possível de seres humanos, como pacientes ou agentes de verdadeiros milagres, que se repetem a todo momento com metodismo profissional. Assim, bem-aventurados são os médicos, porque curam a mancheias. E sempre serão insuficientes as homenagens que lhes possamos dedicar. Mesmo entre esses modernos portentos, há os que se destacam e transformam-se em símbolos universais, personificando tudo o que acabo de dizer. Um desses símbolos, sem dúvida situado no nível mais alto, é o meu querido amigo Professor Doutor Adib Jatene. Nascido em Xapuri, no Acre, em 4 de junho de 1929, o Prof. Jatene é casado, tem 4 filhos e 10 netos. Graduado em Medicina em 1953, na USP, toda a sua pós-graduação foi feita no Brasil, no Hospital das Clínicas e na Faculdade de Medicina dessa universidade, sob a orientação do Prof. Euryclides de Jesus Zerbini, com quem começou a trabalhar em 1951, ainda na qualidade de estudante. Em 1963, iniciou seu próprio serviço.

Antes, entre agosto de 1955 e dezembro de 1957, trabalhou em Uberaba, onde construiu seu primeiro modelo de coração-pulmão artificial e deu início à cirurgia torácica naquela região mineira. Ali também foi Professor de Anatomia Topográfica da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro. Entre 1958 a 1961, como cirurgião do Hospital das Clínicas e do Instituto "Dante Pazzanese" de Cardiologia, pertencente à Secretaria de Estado da Saúde, organizou um laboratório experimental e de pesquisa, onde desenvolveu e construiu o primeiro aparelho coração-pulmão artificial daquele hospital. O laboratório evoluiu para um grande Departamento de Bioengenharia. De 1961, quando deixou o Hospital das Clínicas, e até 1979, o Prof. Jatene fixou-se exclusivamente no Instituto "Dante Pazzanese" de Cardiologia, onde foi sucessivamente Chefe do Laboratório Experimental e de Pesquisa, Chefe de Seção de Cirurgia, Diretor Médico e Diretor-Geral. Simultaneamente, organizou a Oficina de Bioengenharia, onde foram estudados, planejados e desenvolvidos vários instrumentos e aparelhos, alguns inéditos. Essa oficina resultou, em 1982, no Centro Técnico de Pes-

quisa e Experimentos, com nível de Serviço Técnico. Desde 1977, o Prof. Jatene é Diretor-Geral do Hospital do Coração da Associação do Sanatório Sírio. Entre 1977 e 1979, transformou-se em sócio fundador e primeiro Presidente da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo. De março de 1979 a maio de 1982, teve destacada atuação como Secretário da Saúde do Estado de São Paulo e, até o ano seguinte, foi Presidente da Comissão Especial para a Implantação do Sistema de Atendimento Básico na Área Metropolitana de São Paulo, cujo plano elaborara e iniciara em sua gestão na Secretaria. Sem interromper as atividades médicas durante todo aquele período, negociou recursos internos e externos destinados a garantir a continuidade do projeto. Em 1980, tornou-se membro fundador e primeiro Presidente do Conselho Nacional de Secretários da Saúde – CONASS. Três anos depois, com a aposentadoria do Prof. Zerbini, prestou concurso para a vaga de Professor Titular de Cirurgia Torácica, da Faculdade de Medicina da USP, passando a ocupá-la, da mesma forma que o cargo de Diretor do Incor. Sintetizando seu extenso currículo, encontramos ainda os seguintes dados: 1981 a 1985 – Presidente do Departamento de Cirurgia Cardiovascular da Sociedade Brasileira de Cardiologia; 1984 – eleito "Honorary Member" da American Association for Thoracic Surgery; 1984 a 1985 – sócio fundador e primeiro Presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular; 1985 a 1987 – Presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia; 1985 a 1987 – Presidente da International Society for Cardiovascular Surgery; 1986 a 1990 – membro da Comissão de Especialistas do Ensino Médico do Ministério da Educação; 1986 a 1992 – membro do Conselho Nacional de Saúde; 1988 a 1992 – membro do Conselho Nacional Regional de Medicina do Estado de São Paulo; maio de 1989 – eleito Membro Titular da Academia Nacional de Medicina; e outubro de 1990 – eleito Diretor da Faculdade de Medicina da USP por 4 anos. Finalmente, merece destaque o fato de, em dois períodos – entre 1990 e 1992, e entre 1995 e 1996 –, o prof. Jatene haver exercido o cargo de Ministro da Saúde, com sua reconhecida probidade, competência e dedicação.

Desejo com essa comunicação levar o Senado da República a associar-se à homenagem prestada ao insigne Prof. Dr. Adib Domingos Jatene, assim como louvar as demais comemorações programadas para o septuagésimo aniversário desse cidadão brasileiro, chefe de família exemplar, médico e cientista, que é paradigma sob qualquer ponto de vista.

Pelo que sei e sinto, meus nobres Pares concordam com isto.

Era o que me cabia comunicar.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Senador Ademir Andrade, felicito sua região por ter-nos dado um homem de tamanha magnitude.

**O Sr. Edison Lobão (PFL – MA)** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PEDRO PIVA (PSDB – SP)** – Concedo o aparte, com prazer, ao Senador Edison Lobão.

**O Sr. Edison Lobão (PFL – MA)** – Senador Pedro Piva, V. Ex<sup>a</sup> homenageia dois médicos, dois profissionais de grande envergadura – os Professores Adib Jatene e Fúlvio Pileggi. Esses dois homens dirigiram o Incor, Hospital do Coração, com extrema competência. O Doutor Adib Jatene tem uma característica especial: além de ser um grande médico, é também um grande administrador público, o que raramente acontece. Ele foi Ministro da Saúde três vezes e se houve com extraordinária capacidade. A CPMF, por exemplo, é uma iniciativa, uma criação e uma ação política dele, visando à votação da emenda constitucional que criou a referida contribuição. Muitos de nós, inclusive eu, não acreditávamos que ele obtivesse êxito em fazer com que o Ministério da Saúde obtivesse recursos para o cumprimento de seu papel extraordinário, transcendental no que diz respeito à administração da saúde neste País. Eu próprio, que de algum modo tinha minhas restrições, votei a favor da CPMF.

**O SR. PEDRO PIVA (PSDB – SP)** – Votei contra, Senador Edison Lobão, porque era mais um imposto para o Brasil.

**O Sr. Edison Lobão (PFL – MA)** – Eu votei a favor, em homenagem ao Dr. Adib Jatene, a quem comuniquei que, na verdade, estava votando nele. Era um crédito de confiança que eu depositava nele.

**O SR. PEDRO PIVA (PSDB – SP)** – É verdade, como aconteceu com quase toda a Casa.

**O Sr. Edison Lobão (PFL – MA)** – E o que aconteceu? Ele não pôde executar aquilo que imaginara. Seu projeto estratégico acabou dando certo para outros executarem. Creio que a CPMF está produzindo extraordinários resultados, mas lamentavelmente não pôde ser aplicada pelo Dr. Adib Jatene. Associo-me a V. Ex<sup>a</sup> na homenagem que presta a esses dois médicos extraordinários que honram a Medicina brasileira, representando – eu diria – a nossa competência de exportação. Cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup> e a eles sobretudo!

**O SR. PEDRO PIVA (PSDB – SP)** – Muito obrigado.

**O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR)** – V. Ex<sup>a</sup> concede-me um aparte?

**O SR. PEDRO PIVA (PSDB – SP)** – Antes de conceder o aparte ao Senador Romero Jucá, gostaria de dizer ao Senador Edison Lobão que a obra que eles realizaram continua. Esse é o grande mérito desses dois grandes homens. O Incor está nesse processo de duplicação, que V. Ex<sup>a</sup> tão bem conhece, e eles deixam a vida pública, mas continuam prestando seus serviços. E essa instituição fantástica continua plantada no coração de São Paulo, para todos os brasileiros. Ninguém a destruirá!

Concedo o aparte ao Senador Romero Jucá.

**O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR)** – Associo-me às palavras de V. Ex<sup>a</sup>, quando homenageia a direção do Incor, especialmente o Dr. Adib Jatene e o Dr. Fúlvio Pileggi, que merecem nossos aplausos pela história e pela construção de uma saúde melhor no nosso País. Gostaria de aproveitar o aparte não para referendar a figura dos dois – o que já foi feito aqui pelos Senadores que me antecederam –, mas para levantar um ponto: o do anacronismo dessa legislação que coloca na compulsoriedade as pessoas com 70 anos. O Dr. Adib Jatene, com 70 anos, é um jovem de espírito, de coragem, de desafios; portanto, o setor público brasileiro não merecia vê-lo aposentar-se compulsoriamente.

**O SR. PEDRO PIVA (PSDB – SP)** – É uma perda muito grande.

**O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR)** – Portanto, entendo que é o momento de esta Casa começar a discutir esse tema. Com a mudança da perspectiva de vida, com as condições trazidas pela tecnologia, 70 anos não é mais sinônimo de falta de condição de trabalho, de invalidez, de falta de raciocínio ou qualquer coisa que o valha. Talvez a opção de se aposentar, sim, sempre; mas o fato de se excluírem compulsoriamente da vida pública figuras como Adib Jatene leva-nos à conclusão de que as legislações são anacrônicas e merecem ser revistas por esta Casa e pelo Congresso Nacional.

**O SR. PEDRO PIVA (PSDB – SP)** – Sr. Presidente Ademir Andrade, posso continuar a dar os apartes ou meu tempo está esgotado?

**O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade)** – V. Ex<sup>a</sup> tem ainda 5 minutos.

**O SR. PEDRO PIVA (PSDB – SP)** – Então, respectivamente concedo os apartes aos Senadores Leomar Quintanilha, Carlos Patrocínio, Gilvam Borges e Heloisa Helena, pedindo que sejam breves,

pois o tempo não me permite. Como disse o Senador Edison Lobão, precisaríamos de diversas sessões para homenagear homens da magnitude dos professores Adib Jatene e Fúlvio Pileggi.

**O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO)** – Serei muito breve, nobre Senador Piva. Não poderia deixar de registrar meu sentimento de admiração, apreço e respeito por esse extraordinário médico que tantas vidas salvou, tanta dor mitigou – até de vários colegas nossos e de inúmeras pessoas neste Brasil afora –, com sua sábia orientação e sua consciência de profissional competente. O Professor Adib Jatene revelou-se um dos destaques na atividade que abraçou. Sobretudo foi um extraordinário homem público, dando uma conotação oficial à sua profissão e emprestando inestimáveis serviços ao nosso País. Também votei favoravelmente à CPMF não por ela, mas pelo Professor Adib Jatene. Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup> por essa justa e merecida homenagem.

**O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO)** – Eminente Senador Pedro Piva, não poderia deixar de participar desta homenagem que V. Ex<sup>a</sup>, em tão boa hora, presta a esse brasileiro, um dos maiores cientistas contemporâneos do nosso País, um médico de renome nacional e internacional de quem tive o privilégio de ter sido aluno. Ele era professor de anatomia na Faculdade Federal de Medicina de Uberaba e, posteriormente, se transferiu para São Paulo, mas nunca deixou de disseminar os seus ensinamentos, os seus avanços científicos e tecnológicos. Ele foi inventor de próteses cardíacas e fez várias experiências. Alguns dos seus produtos, frutos da sua genialidade, estão servindo à medicina brasileira e, também, à medicina mundial. Certamente, o Dr. Adib Jatene e o Dr. Zerbini foram os precursores do transplante cardiovascular em nosso País. Congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup> por essa magnífica homenagem que presta a esse cidadão brasileiro, uma das poucas unanimidades no nosso País. Peço a Deus que ele continue na sua atividade privada, a salvar milhares e milhares de vidas por este Brasil afora.

**O SR. PEDRO PIVA (PSDB – SP)** – Muito obrigado.

**O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP)** – Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PEDRO PIVA (PSDB – SP)** – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP)** – Solidarizo-me com a iniciativa de V. Ex<sup>a</sup> de fazer uma justa homenagem, que é a ampla e espraiada manifestação do Plenário desta Casa, praticamente unânime. Por isso, todos os Senadores insistem em aparte-

lo. Tenacidade, entusiasmo e disposição geraram a competência profissional de Adib Jatene. Como homem público, deu vários exemplos. Vi o Dr. Jatene aqui, numa ampla mobilização política, com entusiasmo para conseguir recursos. Realmente, ele é um extraordinário profissional e homem público, um patriota. Congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PEDRO PIVA (PSDB – SP)** – Muito obrigado, Senador Gilvam Borges.

**A Sr<sup>a</sup> Heloisa Helena (Bloco/PT – AL)** – Concede-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PEDRO PIVA (PSDB – SP)** – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**A Sr<sup>a</sup> Heloisa Helena (Bloco/PT – AL)** – Congratulo-me com o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Todos os Srs. Senadores devem lembrar-se de um determinado Ministro da Administração que fazia ataques públicos com ferocidade aos servidores públicos. Recordo-me de uma frase extremamente importante que o Dr. Adib Jatene, mesmo sendo Ministro do Governo ao qual pertencia aquele Ministro da Administração, teve a grandeza de dizer que tudo o que aprendeu na sua vida profissional, todo o conhecimento técnico e competência – que, inclusive, levava para sua vida no setor privado – eram devidos ao serviço público, pois tinha aprendido como servidor público. Isso, sem dúvida, marcou-nos muito, como nos marca algo que já discutimos no passado sobre a injustiça em relação à aposentadoria compulsória aos 70 anos. Imaginem se essa idade também fosse uma cláusula de barreira para o Senado Federal, onde existem muitas pessoas com essa idade ou mais contribuindo, espalhados pelas mais diversas instituições deste País, tendo o máximo da sua capacidade de trabalho, muitas vezes invejável a muitos jovens deste País. Portanto, saúdo o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo)** – Senador Pedro Piva, V. Ex<sup>a</sup> dispõe de um minuto.

**O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP)** – Concede-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PEDRO PIVA (PSDB – SP)** – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP)** – Solidarizo-me à homenagem mais do que justa ao Dr. Adib Jatene, que tem honrado a medicina brasileira. Como Ministro da Saúde, foi respeitado e apoiado nos seus esforços por pessoas de todos os Partidos e demonstrou ser uma pessoa capaz de salvar inúmeras vidas, até de alguns Senadores.

**O SR. PEDRO PIVA (PSDB – SP)** – De vários pessoas.

**O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP)** – A disposição de S. Ex<sup>a</sup> em ajudar o ser humano, quando precisa da sua extraordinária qualificação profissional ou como pessoa que tem defendido o interesse público tão bem, fez com que, quando Ministro da Saúde, fizesse um diagnóstico muito relevante a respeito da extraordinária influência de grupos econômicos na destinação de recursos públicos. Congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PEDRO PIVA (PSDB – SP)** – Muito obrigado.

**O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO)** – Concede-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PEDRO PIVA (PSDB – SP)** – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO)** – Cumprimento-o pelo seu pronunciamento, elogiando e enaltecedo a vida do grande médico e Ministro Adib Jatene. Quando Governador de Goiás, tive o privilégio de conviver com S. Ex<sup>a</sup>, como Ministro, de quem tive a melhor impressão. Trata-se de um homem idealista, extremamente competente, que realmente pensa no Brasil, além, naturalmente, da sua grande formação de médico, de salvador de vidas. Meus cumprimentos.

**O SR. PEDRO PIVA (PSDB – SP)** – Sr. Presidente, os Professores Adib Jatene e Fúlvio Pileggi foram os baluartes, as estacas que se fincaram no solo paulista para erigir esse monumento, o Incor. São pessoas de uma grande capacidade científica, lhanos do trato, que tiveram, durante toda a sua vida, a humildade dos grandes.

Sr. Presidente, muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Pedro Piva, o Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo)** – Concede a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)** – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, registro o requerimento de informações ao Ministro do Trabalho, solicitando as seguintes informações:

"1. Listar, detalhando por ano, profissão, nacionalidade, empresa onde irá trabalhar, função, que pretende exercer, número de vistos de trabalho concedidos a estrangeiros, desde janeiro de 1995.

2. Quais os critérios utilizados para a concessão de visto de trabalho?

**Justificação**

Uma das justificativas do Governo para a venda de empresas estatais era que, além do aumento da eficiência, as empresas privatizadas proporcionariam uma maior oferta de novos postos de trabalho. Entretanto, o que estamos constatando é o oposto do discurso oficial. Apenas para citar um número, a Telefonica, empresa que comprou a Telesp, já demitiu mais de 35% dos antigos empregados. Engenheiros, secretárias, administradores, técnicos em geral, muitas vezes com mais de 15 ou 20 anos de empresa, estão sendo substituídos por trabalhadores estrangeiros.

Não somos contra a contratação de estrangeiros. Somos a favor de que haja cada vez maior liberdade para o ser humano escolher onde quer viver, estudar e trabalhar. Mas é importante que os passos nessa direção sejam dados com o sentido de reciprocidade entre os países, especialmente nas relações de trabalho. Enquanto, por exemplo, o Brasil abre seu mercado para centenas de trabalhadores europeus, a Europa fecha as portas de seu mercado para os profissionais brasileiros.

O índice de desemprego medido pelo Dieese, na grande São Paulo, vem crescendo de forma alarmante. Todavia, o Ministério do Trabalho continua a conceder vistos de trabalho, pelo que tudo indica, sem nenhum critério. As informações aqui solicitadas são de fundamental importância para que possamos propor uma nova política de emprego para o País."

É relevante que, na relação entre duas nações tão irmãs quanto Brasil e Portugal, haja essa reciprocidade!

Sr. Presidente, chamo atenção para a taxa de desemprego, que, nesse último mês de abril, segundo a Fundação Sehab e o Dieese, em São Paulo, atingiu 20,2% – índice muito maior do que a registrada, por exemplo, há quatro anos, de aproximadamente 13%.

Em audiência com o Governador de São Paulo, Mário Covas, com o Presidente Antônio Palossi, o Prefeito Celso Daniel, os Deputados Estaduais Elói Alfredo Pietá e Roberto Gouveia, respectivamente, Líder do PT na Assembléia Legislativa e Primeiro Secretário. Alertamos para a tentativa que hoje se desenha de modificar o critério de mensuração do desemprego pela Fundação Seade e Dieese. O diretor-técnico do Dieese, Sérgio Mendonça, e o Presidente da Fundação Seade, Pedro Paulo Martoni Branco, demonstraram essa preocupação, pois há

vozes dentro da Fundação Sead que já estão tentando modificar esse critério.

Quero ressaltar que a metodologia de medição do desemprego foi instituída em 1985 por essas instituições, quando era diretor-técnico Walter Barelli, hoje Secretário de Relações de Trabalho do Governador Mário Covas. Tenho a certeza de que ele seria favorável à sua continuidade, mas há quem se preocupe com a possibilidade de efetuar modificações para fazer com que o índice do Dieese e o da Fundação Seade se aproximem do índice do IBGE.

Ora, o lógico, Sr. Presidente, é que a metodologia seja bem exposta para a opinião pública. A Fundação Seade e o Dieese têm um método de medição do desemprego que leva em consideração, no cômputo dos desempregados, mesmo aquelas pessoas que, ocupadas com algum "bico", continuam procurando emprego, enquanto o IBGE as considera empregadas. Então, desde que se tenha conhecimento de quais são esses métodos, poder-se-á compreender por que é que, enquanto, por exemplo, na Grande São Paulo, o índice de desemprego do IBGE é da ordem de 8% a 9%, o do Dieese é de 20,2%.

Mas querer-se modificar a taxa de desemprego com a mudança de metodologia não é o caminho. Para que haja essa modificação, precisamos instituir os instrumentos de política econômica que possam assegurar a diminuição do desemprego.

Outro assunto me traz à tribuna, Sr. Presidente. Durante a votação do requerimento para homenagem a João do Pulo, estava recebendo solicitação de funcionários do Banco do Brasil que me vieram entregar ofício de seu Presidente Andrea Sandro Calabi sobre o acordo havido entre o Banco do Brasil e a Rede Manchete, o qual peço a V. Ex<sup>a</sup> seja transscrito nos Anais do Senado Federal.

Como não estive presente à votação, gostaria também de prestar a minha homenagem registrando que João do Pulo começou no atletismo em Pindamonhangaba, onde nasceu, no salto em altura, mas logo mudou para a corrida – 100m rasos –, salto à distância e salto triplo. O sucesso veio rápido e ele foi recordista brasileiro e sul-americano dos 100m, do salto em distância e do salto triplo.

Durante os oito anos em que participou de competições nas pistas de todo o mundo, João do Pulo brilhou. Foi tricampeão mundial, bicampeão pan-americano, oito vezes campeão brasileiro. Ganhou duas medalhas olímpicas de bronze e durante dez anos foi recordista mundial de salto triplo, com a

marca notável de 17,89m, obtida no Pan-americano do México.

Todos pudemos observar que quando João do Pulo dava o seu salto triplo parecia que ele estava fazendo um extraordinário passo de balé, uma maravilhosa dança em que mostrava a sua extraordinária capacidade de colocar energias.

Sua vitoriosa carreira foi brutalmente interrompida em 22 de dezembro de 1981, quando, aos 27 anos, sofreu um acidente automobilístico. O carro que dirigia foi colhido de frente por uma Variant que estava na contramão. Apesar das inúmeras cirurgias e quase um ano de tratamento, a perna direita do campeão teve que ser amputada. Longe das pistas, João foi eleito Deputado Estadual. Em 1995, quando não conseguiu se reeleger, partiu para a carreira de empresário abrindo uma padaria e uma empresa de transporte.

No ano passado, começou a se preparar para a participar da Paraolimpíada de Sidney, na Austrália, mas foi obrigado a abandonar o projeto por falta de apoio.

Ele estava internado há um mês no Hospital Beneficência Portuguesa. Com sua morte no último sábado, perdemos um dos maiores desportistas do século que tanto dignificou o Brasil.

Aos seus amigos e familiares, sobretudo os de Pindamonhangaba, externamos a nossa solidariedade, nossa homenagem.

Ao seu pai, Paulo de Oliveira, motorneiro aposentado da estrada de ferro Pindamonhangaba-Campos do Jordão, nossa homenagem pelo apoio que deu ao seu filho para que ele se tornasse em um extraordinário campeão olímpico brasileiro e recordista mundial. Aqui reiteramos o apelo que fez ao Governador Mário Covas, ao Vice-Governador, José Geraldo Alckmin, para que dêem atenção à estrada de ferro Pindamonhangaba, Campos do Jordão, onde ele trabalhou sua vida toda, apelo que, inclusive, fizemos pessoalmente durante audiência ontem realizada.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPlicy EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

Senhor Senador,

Refiro-me ao Ofício nº 220/99, de 12 de maio de 1999, em que V. Ex<sup>a</sup> solicita informações sobre a

negociação de dívidas realizada entre o Banco do Brasil e a TV Manchete Ltda., em 30 de abril de 1997.

A propósito, informo a V. Ex<sup>a</sup> os dados solicitados:

**1) da solução negociada:**

Desde 1990, os débitos do Grupo Manchete vinham sendo cobrados judicialmente por meio de ações de cobrança e de execução. Em razão dos diversos expedientes processuais existentes, a perspectiva de solução no campo judicial era de tempo longo e incerto. Aliado a isto, as garantias existentes à época não acobertavam o débito. A situação econômica e financeira das empresas, com débitos fiscais e trabalhistas superiores ao patrimônio total, aconselhava a via negocial como forma de se obter uma solução que melhorasse a posição do Banco frente aos créditos e possibilitasse a retomada dos pagamentos por parte dos devedores.

Com a celebração do acordo, houve a entrada imediata de recursos, pela amortização inicial realizada em espécie e foram estabelecidos os pagamentos que, desde 1990, não vinham acontecendo.

Não houve sentença contrária ao Banco em qualquer dos processos, não havendo que se falar em recursos.

**2) do valor do acordo (item 1 da correspondência de 30-4-99):**

O Banco calcula as dívidas, para cobrança administrativa e judicial, de acordo com as cláusulas contratuais livremente pactuadas entre as partes. Os mútuos celebrados originalmente com o Grupo haviam sido pactuados anteriormente a 1990, época do início da cobrança judicial. Quando da negociação, os tribunais já haviam firmado jurisprudência no sentido de somente permitir a cobrança de dívidas com atualizações por determinados índices de correção monetária e da inaceitabilidade de diversos encargos. Assim, decidiu o banco por atualizar os créditos por índices aceitos nos tribunais, adequando a realidade contratual às formas aceitas pela jurisprudência dominante, tendo obtido o valor que serviu de base para o acordo.

**3) do pagamento inicial (item 2):**

A negociação original previa o pagamento, em espécie, do valor de R\$526 mil mais a dação em pagamento de imóveis que faziam parte da garantia contratual, a título de amortização inicial. Porém, referidos, imóveis não puderam ser recebidos em dação em razão de as proprietárias não terem obtido a Certidão Negativa de Débitos – CND, tendo o Banco

optado pelo recebimento de seu valor em espécie, em cinco parcelas, integralmente pagas, sem liberação dos referidos imóveis, que continuaram fazendo parte da garantia do débito negociado.

**4) da dação em pagamento de imóvel (itens 2 e 3):**

Juntamente com os valores acima referidos, foi realizada a dação em pagamento de um imóvel, de propriedade da empresa Gráficos Bloch, que não era devedora do Banco. Conforme permite a legislação vigente, foi incluída cláusula resolutiva de direito de recompra pela dadora (Gráficos Bloch S.A.) que poderia ser exercido no prazo de dois anos. Este prazo extinguiu-se no último dia 30-4, estando a proprietária notificada pelo banco para fazer a entrega ao banco. Caso não o faça, serão adotadas as medidas judiciais cabíveis para a imissão de posse por parte do banco.

**5) da dação em pagamento de espaços publicitários e serviços gráficos (itens 4 e 5):**

Quando da negociação, além da fragilidade das garantias constituídas, não havia capacidade de pagamento do montante da dívida em função da difícil situação econômica e financeira das devedoras, o que era de amplo conhecimento, por quanto divulgado pela imprensa por diversas vezes. Uma das formas de regularização dos créditos, à época existentes, seria a possibilidade de recebimento parcial, por intermédio de prestação de serviços que o banco demanda com freqüência, os quais o Grupo teria condições de oferecer. Acautelou-se o banco, ainda, de incluir, no ajuste, cláusula permitindo a cessão de tais serviços a terceiros, dado que a projeção da demanda interna não atingiria o valor negociado com o Grupo.

Somente não foi realizada a totalidade dos referidos serviços em razão de que o seu prazo ainda está vigendo, com vencimento previsto para o ano 2004 e, com a queda dos índices de audiência da emissora de TV, motivada pelas suas dificuldades financeiras, não foi possível a colocação desse crédito de prestação de serviços junto ao mercado. O direito do banco continua intacto e, com a venda da emissora para outro Grupo, ocorrida recentemente, poderá ser retomada a utilização de tais créditos, seja pela veiculação de publicidade e serviços próprios, seja pela negociação junto a terceiros.

Havendo inadimplemento de qualquer obrigação assumida no conjunto do acordo, essa parcela da dívida torna-se exigível em moeda corrente, podendo ser cobrada judicialmente.

**6) das duplicatas em cobrança (item 6):**

Havia a previsão contratual de entrega de duplicatas em cobrança. O objetivo de tal medida era a garantia de liquidez das prestações pactuadas. Porém, em razão da deterioração da situação financeira do Grupo, já enfatizada anteriormente, tal cláusula tornou-se inexecutável.

**7) da inadimplência do acordo (item 7):**

As obrigações assumidas no ajuste foram cumpridas até o final de 1998, quando a situação financeira das empresas levou-as a retardar pagamentos diversos. O banco vem adotando as medidas necessárias para cobrança de seu crédito.

**8) das garantias constituídas no acordo (item 8):**

As garantias constituídas por ocasião do acordo ora referido encontram-se em ordem e, em caso de execução da dívida, poderão ser indicadas à constrição judicial.

**9) Cadin (item 9):**

O CADIN – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados com o Setor Público Federal, existe como instrumento a ser utilizado pelas instituições como balizador na concessão de créditos novos. Nenhum impedimento existe à realização de acordo visando a recuperação de créditos pré-existentes.

**10) da lavratura de escritura pública (item 10):**

Os cartórios de qualquer natureza têm a função de tornar público os atos praticados entre particulares. Não existe jurisdição para lavratura de escrituras, uma vez que todos os Cartórios de Notas legalmente estabelecidos têm autonomia para praticar este ato. As escrituras públicas podem ser lavradas em qualquer Cartório de Notas do País. As partes têm ampla liberdade de escolher, em função de sua conveniência, onde efetivar este procedimento.

No caso presente, o ato se tornou público tanto em Niterói, pela lavratura da escritura, como na cidade do Rio de Janeiro, com o registro do ato no Cartório de Registro de Imóveis. Não há que se falar em sigilo em tal caso.

Renovo os protestos de elevada estima e consideração – **Andrea Sandro Calabi**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – A solicitação de V. Ex<sup>a</sup> será atendida, na forma do Regimento Interno.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (Bloco/PPS – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Roberto Freire.

**O SR. ROBERTO FREIRE** (Bloco/PPS – PE) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, tomei conhecimento agora de da notícia, por todos os tipos preocupante, de que o Governo de Pernambuco, no dia de 31 de maio, ontem, no uso de suas atribuições, como um ente federativo, declarou nulos os atos praticados no processo de emissão e negociação de letras financeiras conhecidas por todos nós aqui do Senado, porque tivemos uma Comissão Parlamentar de Inquérito que analisou exatamente essas letras, a emissão, todo um processo de sua constituição.

Com base, inclusive, nessas resoluções do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, o Governo de Pernambuco achou por bem decretar a nullidade. Evidentemente que é um ato próprio de um ente federativo, na sua autonomia, com base na sua constituição, e que pode ser questionado, evidentemente, pela Justiça do nosso País.

Ocorre, entretanto, que o Banco Central do Brasil – e não sei se poderíamos chamar, a partir de atitudes como essa, de Banco Central do Brasil –, o Banco Central da banca financeira privada brasileira –, ao tomar conhecimento, comunicou que Pernambuco já se encontra inadimplente por conta desse seu decreto.

Não sei se o Banco Central é o órgão próprio para estar declarando inadimplência em função de um decreto que um Estado, que tem sua autonomia garantida constitucionalmente, poderia sofrer. A justiça, evidentemente, seria o espaço adequado para se discutir legalidade, constitucionalidade e juricidade desse ato do Governador de Pernambuco, mas o Banco Central antecipou-se.

Está defendendo interesse de quem? Do Bradesco? Dos que estão hoje com os títulos que este Plenário considerou fundado em fraude? Defendendo o interesse público? São questionamentos que precisam ser feitos; questionamentos que o Banco Central não fez quando entregou para aventureiros e especuladores como uma outra CPI do sistema financeiro dos Bancos Marka, FonteCindam e uma série de outras negociatas, fraudando e simulando, através de cartas que não existiam, com pré-datados. Isso é muito grave.

Não temos tempo, hoje, de fazer nada, mas, pelo menos, fica esse protesto. O Banco Central, que todos pensávamos que poderia estar mudando, inclusive por conta da CPI, adotando algumas medidas de mudança de normas, portarias, comunicados, e fechando alguns ralos, agora revela sua verdadeira face: a da promiscuidade. Por que essa ligereza, essa leviandade ao tratar com um Estado que, na sua autonomia, baseando-se na sua legalidade, portanto na sua Constituição, o mínimo que deveria ter do Banco Central era o respeito para saber se a Justiça brasileira iria considerar ou não algo que o colocava na inadimplência por não haver cumprido uma determinada obrigação? Isso evidentemente é algo que precisa receber do Senado todo o veemente protesto.

Talvez possamos ficar aqui, e poderíamos ficar, falando da promiscuidade que não deixou de existir. Isto porque a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, tendo marcado há uma semana, em plenário, uma reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos, inventa na véspera uma sabatina com quatro indicados para o Superior Tribunal de Justiça. Inexplicavelmente. E não houve, hoje pela manhã, a discussão da questão da rolagem da renegociação dos precatórios. São coisas inexplicáveis. Quando se trata do setor financeiro do País, da banca privada, tudo acontece para beneficiá-los. Inclusive negociatas e fraudes, como comprovado. E, mais uma vez, esse abuso do Banco Central, demonstrando sua verdadeira face, que infelizmente parece não ser um Banco Central da República, mas um Banco Central de acordo com os interesses da banca privada financeira nacional e internacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Tem a palavra o Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PSDB – RR) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de registrar a presença no Brasil, durante a semana que passou, da Presidente da República da Guiana, Sr<sup>a</sup> Janet Jagan, que esteve em reunião de trabalho com o Presidente Fernando Henrique Cardoso e no Palácio do Itamaraty. Nessas oportunidades, a Sr<sup>a</sup> Janet Jagan registrou, entre outras questões, a importância da decisão política de buscar um intercâmbio maior entre o Brasil e a República da Guiana.

A Presidente Janet Jagan, no seu discurso no Itamaraty, tratou de alguns pontos que considero da

maior importância. Declarou que, após mais de três décadas de relações diplomáticas formais, nossos países, Brasil e Guiana, têm muito do que orgulhar-se. Afirmou que construímos juntos um alicerce sólido para os nossos programas de cooperação, que nossa amizade em nível governamental é evidente e os contatos entre nossos povos trazem vida e vigor à nossa relação.

Disse ainda a Presidente que a Guiana e o Brasil têm mais em comum do que somente uma fronteira – e essa fronteira, Sr. Presidente, se faz com o meu Estado de Roraima. As enormes disparidades, em termos de dimensão e força econômicas, não têm ofuscado nosso empenho com relação aos princípios de democracia, igualdade e justiça social.

"A Guiana apóia", disse a Presidente, "inteiramente a preocupação do Brasil de que os interesses dos setores menos avançados da sociedade devam ser protegidos contra os efeitos negativos dos programas de reajuste econômico. Estamos unidos e empenhados no combate às fontes de tráfico de drogas. Temos priorizado os programas de redução da pobreza nas nossas estratégias nacionais de desenvolvimento."

Ressaltou, ainda, a Presidente Janet Jagan a necessidade de implementar um programa altamente enfocado que envolva tanto o governo quanto o setor privado. As áreas críticas sob a ótica da Guiana incluem: melhorias nos enlaces de comunicação; a intensificação do comércio e do investimento, bem como a cooperação técnica mutuamente benéfica. Os acordos que acabamos de firmar têm a intenção de fortalecer os laços diplomáticos entre os nossos países e, assim, facilitar o processo como um todo.

Disse ainda a Presidente, antes de ir embora do Brasil, que teria imenso prazer de visitar os Estados do Amazonas e de Roraima, e o fez, onde discutiu o fortalecimento dos laços com a Guiana em todos os níveis.

Sr. Presidente, gostaria de rapidamente registrar a auspíciosa visita da Exm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> Janet Jagan, o incremento no intercâmbio do Brasil com a Guiana e fazer aqui um apelo ao Presidente Fernando Henrique e ao Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, para que implementem a construção da ponte que liga o Brasil a Guiana através da BR-401. Essa ponte faz parte de um acordo internacional que precisa ser cumprido pelo Governo brasileiro e que, sem dúvida nenhuma, irá ampliar ainda mais a integração de Roraima com a Guiana, do Brasil com a Guiana, da Amazô-

nia Ocidental com a Guiana e, especificamente, do Município do Bonfim, que faz fronteira com aquele país.

Quero honrar à visita da Presidente, louvar suas ações e os protocolos e convênios assinados. Solicito a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que faça constar do meu pronunciamento o discurso, na íntegra, da Presidente Janet Jagan, proferido no Palácio do Itamaraty, por ocasião da sua visita ao Brasil no dia 20 de maio de 1999.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ROMERO JUCÁ SEU PRO-  
NUNCIAMENTO:**

**DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA**

**SRA. JANET JAGAN. O.E.**

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA GUIANA  
NO PALÁCIO DO ITAMARATY, POR OCASIÃO  
DA SUA VISITA À  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Quinta-feira dia 20 de maio de 1999.

Tenho a honra e o privilégio de ser recebida pela generosa hospitalidade do governo e do povo da República Federativa do Brasil na feliz ocasião da minha primeira visita de Estado Oficial ao seu país maravilhoso. Os membros da minha comitiva e eu estamos profundamente agradecidos pela recepção tão calorosa e amigável oferecida desde o momento da nossa chegada.

Esta visita se realiza em um momento muito oportuno. Após mais de três décadas de relações diplomáticas formais, nossos países têm muito do que podem orgulhar-se. Construímos juntos um alicerce sólido para os nossos programas de cooperação. Nossa amizade em nível governamental é evidente, e os contatos entre os nossos povos trazem vida e vigor à nossa relação.

Vossa Excelência, a Guiana é uma país jovem. No decorrer da nossa existência como nação independente. Temos tido que lidar com a realidade de que o caminho rumo ao desenvolvimento é longo, árduo e repleto de dificuldades. Hoje, tenho o prazer e o privilégio de prestar homenagem pública à contribuição que seu país tem prestado à nossa luta para consolidar nossa independência e aumentar o bem estar do nosso povo. Sob qualquer ponto de vista, o Brasil tem se provado como sendo um bom vizinho e um amigo verdadeiro e constante. Não podemos, contudo, nos permitir o luxo de sermos com-

placentes. Os desafios deste mundo globalizado podem diferir das configurações políticas e ideológicas que caracterizavam o mundo há trinta anos, quando o Brasil e a Guiana estabeleceram relações diplomáticas, embora os atuais desafios sejam tão difíceis quanto os do passado. Enquanto o mundo desponta ao alvorecer do novo milênio, o que representa um extraordinário marco histórico, nos preparamos com o desafio de traçar um rumo para o futuro. Por esta razão, estou particularmente contente, já que esta visita nos oferece um momento de reflexão e revisão.

Estou convencida de que iremos emergir deste processo com um programa de colaboração bilateral revitalizado, como também com uma cooperação que garanta uma resposta estratégica, rápida e criativa às exigências regionais, hemisféricas e globais de nosso mundo cada vez mais interdependente.

A Guiana e o Brasil têm mais em comum do que somente uma fronteira. As enormes disparidades em termos de dimensão e força econômicas não têm ofuscado nosso empenho com relação aos princípios de democracia, igualdade e justiça social.

A Guiana apóia inteiramente a preocupação do Brasil de que os interesses dos setores menos avançados da sociedade devam ser protegidos contra os efeitos negativos dos programas de reajuste econômico. Estamos unidos e empenhados no combate às fontes de tráfico de drogas. Temos priorizado os programas de redução da pobreza nas nossas estratégias nacionais de desenvolvimento.

Em nível global, ambos os países estão contribuindo individualmente à causa da segurança e paz internacionais. O Brasil é um dos países que atualmente representa a América Latina e o Caribe, como membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU. A Guiana é a atual presidente do Grupo dos 77.

Dentro do hemisfério, a Guiana é o representante do Grupo do Rio, e como membro do comitê direutivo para a América Latina e o Caribe, temos colaborado ativamente junto ao Brasil no processo preparatório para a histórica Cimeira da América Latina, Caribe e União Européia a ser realizada no próximo mês, no Rio de Janeiro.

A Guiana é membro fundador do Tratado de Cooperação da Amazônia. Sob a proteção deste acordo, estamos trabalhando assiduamente junto aos outros países-membros para assegurar a prote-

ção e o desenvolvimento sustentável dos imensos recursos da Amazônia.

Aguardamos esperançosamente o estabelecimento do secretariado permanente em Brasília; e devo assegurar-lhe, Vossa Excelência, que estamos inteiramente preparados para participar, no momento apropriado, da tarefa de efetivamente implementar o mandato deste secretariado.

A integração, em todos suas facetas, tem se tornado um pilar central das políticas regionais e nacionais, não somente dentro do hemisfério, como também em um nível mais amplo e multilateral.

Dentro da comunidade do Caribe, a Guiana participa no processo de reforma que culminará no estabelecimento de um mercado e de uma economia únicos. O Brasil está na linha de frente da consolidação e expansão do Mercosul. Eu compartilho a visão, Sr. Presidente, de que o fortalecimento dos instrumentos de integração, que acabo de mencionar, não deve ser um processo isolado. Precisamos adotar uma abordagem de cooperação inter-regional caracterizada por estágios de incremento.

A intensificação do comércio e das relações econômicas entre a Guiana e o Brasil resultará em inúmeros benefícios de diversos tipos. Algumas ações já estão em andamento em nível bilateral. O que ainda está por ser implementado é a cooperação por meio dos movimentos de integração sub-regional aos quais nós aderimos. Consequentemente, a minha esperança mais sincera é que o interesse manifestado pela Guiana em estabelecer uma forma de associação com o Mercosul logo venha a dar fruto.

Em um nível hemisférico mais amplo, o processo da FTAA continua apresentando desafios e oportunidades. À medida que prosseguimos com a roda-disk complexa de negociações e consultas, continua crescendo a minha preocupação com relação às economias menores e mais vulneráveis. A menos que estejamos preparados para testemunhar a marginalização dos países afetados, entre os quais se encontra a Guiana medidas urgentes são necessárias.

A Caricom endossou o pedido de estabelecer um fundo de integração regional que poderá ser utilizado para apoiar a transformação, diversificação e desenvolvimento geral da estrutura das economias menores e mais frágeis, possibilitando a sua participação significativa na integração econômica e na liberação do comércio. Como Aristóteles colocou com suas palavras tão majestosas: "A justiça requer

igualdade entre os iguais, porém requer a proporcionalidade entre os desiguais."

Vossa Excelência, eu tenho tentado salientar as inúmeras semelhanças entre as abordagem da Guiana e do Brasil com relação às principais questões nas nossas agendas nacionais, regionais, hemisféricas e globais. Não obstante, à medida que tentamos convergir os diversos sistemas em uma integração mutuamente vantajosa, haverá uma crescente necessidade de consulta e diálogo, como no caso da minha solicitação pelo seu apoio no estabelecimento de um fundo de integração regional. Estimo ser da maior importância aproveitarmos todas as oportunidades oferecidas, em níveis bilateral e regional, de levar este processo adiante, como parte da nossa futura abordagem estratégica com relação à cooperação.

Permita-me neste momento abordar a questão do fortalecimento de nossas relações bilaterais. Eu mencionei anteriormente o alicerce firme que construímos, bem como os laços de amizade e solidariedade que nos unem.

Senhor Presidente, a Guiana é um país que alcança ao mesmo tempo o Caribe, a Amazônia e o Atlântico. Em muitos sentidos, somos uma ponte entre a América do Sul e o Caribe. Também somos um país que contém fontes inexploradas de recursos naturais, oferecendo inúmeras vantagens aos empresários que conseguem enxergar o potencial inerente da nossa localização geo-estratégica única.

Nesse contexto, necessitamos implementar um programa altamente enfocado que envolva tanto o governo quanto o setor privado. As áreas críticas sob a ótica da Guiana incluem: melhorias nos enlaces de comunicação; a intensificação do comércio e do investimento, bem como a cooperação técnica mutuamente benéfica. Os acordos que acabamos de firmar têm a intenção de fortalecer os laços diplomáticos entre os nossos países e, assim, facilitar o processo como um todo.

Portanto, me sinto muito encorajada ao observar que as reuniões bilaterais agendadas para serem realizadas no Brasil, e posteriormente este ano na Guiana, enfocarão a colaboração nas áreas que acabo de mencionar.

Vossa Excelência antes de ir embora do Brasil, terá o prazer de visitar os estados do Amazonas e de Roraima, onde discutirei o fortalecimento dos laços com a Guiana em todos os níveis e, também, dentro desses parâmetros.

Ao concluir a minha visita à cidade visionária de Brasília, que se destaca como o primeiro complexo arquitetônico contemporâneo a ser tombado pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade, eu gostaria de transmitir uma visão que eu tenho.

Na minha visão, a compreensão e harmonização da natureza política, econômica, social e cultural dos povos deste hemisfério transcendem suas fronteiras e regiões. Haverá uma convergência dos agrupamentos e uma combinação de seus recursos e pontos fortes, assim capacitando-nos para enfrentarmos os diversos desafios globais com sucesso e aproveitarmos ao máximo as oportunidades que se apresentam. Nesta visão, todos trabalhamos arduamente para erradicar as fontes de doença, crime e miséria que afligem nossos países e nossos povos.

Trata-se de uma visão do hemisfério que mescla seus vastos recursos, tanto tecnológicos quanto intelectuais, para forjar, no próximo século, uma era dourada de oportunidade e realização. É uma visão que pode nos conduzir ao estabelecimento de uma nova ordem humana global.

Vossa Excelência, tornar esta visão em realidade está ao nosso alcance. Assumamos o compromisso de trabalhar juntos, com sinceridade e dedicação, para alcançar este objetivo.

Fazemos um brinde ao Governo e ao povo da República Federativa do Brasil, e à amizade e cooperação duradouros entre a Guiana e o Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma regimental.

Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Ademir Andrade e Maguito Vilela enviaram à Mesa proposições que, em face do disposto no art. 235, inciso III, letra a, do Regimento Interno, serão lidas na próxima sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Os Srs. Senadores Maguito Vilela, Carlos Bezerra, Leomar Quintanilha e Carlos Patrocínio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>a</sup>s serão atendidos.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Sr. Presidente, S<sup>r</sup>s e S<sup>r</sup>s. Senadores, a Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas lançou uma justa campanha em favor da continuidade da prestação de serviços de saúde prestados por essas instituições. É a "Opera-

ção Salva Vidas", um verdadeiro e urgente pedido de socorro, que visa primordialmente preservar o direito à assistência médica de milhares de famílias carentes que, na maioria das vezes, só têm como opção de atendimento justamente as Santas Casas e os Hospitais Filantrópicos.

Presentes em todo o País, muitas dessas instituições já existiam há muitos e muitos anos, antes mesmo de o Poder Público instalar seus hospitais. Há 400 anos – e o Brasil completa 500 anos de chegada dos europeus ano que vem – já se instalavam as primeiras Santas Casas de Misericórdia. Durante muito tempo foram o único recurso médico para a população carente.

Hoje, já com o surgimento do Sistema Único de Saúde – SUS, destinado ao atendimento universal dos brasileiros, segundo reza nossa Constituição, as Santas Casas fazem parte, por meio de convênios, dessa modalidade de financiamento público de saúde.

Não é segredo para ninguém que as tabelas do SUS estão defasadas há muito tempo. O que elas estipulam como pagamento para certos procedimentos está muito abaixo dos custos reais. Os hospitais conveniados têm se virado como podem. No caso das Santas Casas, o recurso para pagar funcionários tem sido lançar mão de empréstimos bancários. Com os abusivos juros praticados no país, as Santas Casas estão entrando num buraco que se torna cada vez mais fundo. Por um lado, a remuneração do SUS não paga os procedimentos, o que lhes gera um déficit; por outro, lançam mão de empréstimos para cobrir esse déficit, o que lhes penaliza com os juros a serem pagos. E assim tem sido, numa crescente bola de neve, que está trazendo consequências danosas, podendo se agravar, com a possibilidade, hoje real, de as Santas Casas abandonarem os convênios com o SUS.

Para V. Ex<sup>as</sup>s terem uma idéia, essas instituições representam mais de 50% dos serviços prestados ao SUS e qualquer baixa comprometerá seriamente a política pública de assistência à saúde. Em todo o Brasil, são 2.600 entidades, responsáveis por 600 mil internações e um milhão e duzentas mil consultas mensais. Isso mesmo, um milhão e 200 mil consultas mensais. E se fossem dez pessoas já haveria necessidade de prestar assistência médica; se fossem cem, se fossem mil, se fossem cem mil, haveria necessidade de prestação dos serviços, principalmente sabendo que trata-se, em sua totalidade, de pessoas carentes. Mas é um universo de mais de um milhão de pessoas – feridas, acidentadas, acometi-

das das mais diversas doenças – que precisam de atendimento.

Mesmo achando que as estatísticas dizem pouco, tomemos mais essa: 450.000 pessoas são empregadas pelo conjunto dessas entidades. Com a possível falência do sistema, a maioria delas, naturalmente, correm o risco de irem para a rua, agravando ainda mais o já gravíssimo quadro de desemprego que reina no país.

Na semana passada, no dia 26 de maio, em mais um ato da "Operação Salva Vidas", os representantes dessas entidades estiveram reunidos em Brasília, reivindicando do Ministério da Saúde e do Ministério da Previdência Social três pontos essenciais para a continuidade da prestação de seus serviços:

- 1) o reajuste das tabelas do SUS;
- 2) a criação imediata de uma linha de financiamento, com juro subsidiado, para o saneamento das finanças dos hospitais; e
- 3) a revisão do decreto que estabelece critérios para a isenção tributária das entidades filantrópicas. Neste caso, trata-se de eliminar restrições que, em última instância, impossibilitam uma boa quantidade de Santas Casas de terem isenção tributária (uma isenção que financia os serviços prestados à população carente).

Utilizo-me desta importante tribuna para fazer um apelo ao Ministro da Saúde, José Serra, a principal autoridade interessada na continuidade dos serviços das Santas Casas, para que reveja as tabelas do SUS e ao Ministro da Previdência, Waldeck Ornelas, que, embora estejam sendo receptivos ao negociar com os interessados, ainda não apresentaram nenhuma solução.

Apelo, principalmente, ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Este é um problema da mais alta gravidade. Estamos falando de seres humanos que podem ficar sem atendimento de saúde. Estamos falando de vida. E de morte, que será o destino de milhares de pessoas se as Santas Casas cessarem o atendimento.

Não tem uma vírgula de exagero o slogan da justa campanha da Confederação das Santas Casas: "Quem salva vidas está morrendo". E cabe, neste caso, ao Poder Público, ao Governo Federal, encaminhar urgentemente a solução. O governo, quando tem empenho e vontade política, tem encontrado recursos e soluções para vários problemas, até para questões em que não caberia, ao meu ver, injeção de recursos públicos, como as operações de

salvamento de bancos mal administrados. Não pode ignorar tão prioritária questão, que tem mobilizado o país face à sua gravidade, que exige solução rápida. Por isso, insisto no apelo para que o presidente Fernando Henrique Cardoso interceda pessoalmente neste caso. A doença não espera.

Era o que eu tinha a declarar.

Muito obrigado.

**O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB – MT) –** Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, todos nós sabemos que a Amazônia brasileira precisa, mais que nunca, ser olhada, cuidada e amparada com o máximo de atenção. O Mato Grosso, como parte da Amazônia Legal, tem extremo interesse em participar de todas as ações que digam respeito ao bom gerenciamento do território, dos recursos naturais e da assistência às pessoas. Por isso, vemos com bons olhos a criação e entrada em operação do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam).

Trata-se de um projeto de grande dimensão e que visa, em última instância, tornar viável o tão cantado e decantado desenvolvimento sustentável da Amazônia. A idéia básica é fazer com que as instâncias governamentais dos Municípios, dos Estados e da União disponham de informações que lhes permitam fazer estudos e tomar decisões. Que tipo de informação? Praticamente todas, como se verá adiante.

Um dos subsistemas de informação é o de **saudade**. Por ele, será possível identificar focos endêmicos, analisar tendências de propagação de epidemias.

Outro subsistema é o de **uso do solo**, que diz respeito ao planejamento territorial, planejamento agrícola, áreas desmatadas, províncias minerais e áreas de garimpo.

Um terceiro subsistema é o de **meio ambiente**, com mapeamento de bacias hidrográficas, classificação da flora, avaliação da vegetação, climatologia, poluição, queimadas e desflorestamento.

A **vigilância aérea** e de superfície constitui um quarto subsistema, pelo qual será possível controlar fronteiras, monitorar comunicações clandestinas, identificar rotas de narcotráfico, cultivo de entorpecentes, assim como rotas de contrabando, pistas clandestinas e garimpo irregular.

Há também um subsistema de **proteção de terras indígenas** e outro de **atuação da defesa civil**, ambos com o mesmo espírito dos precedentes,

destinados a coletar informações que sirvam à tomada de decisão por parte das autoridades.

O Sipam terá como principal instrumento o Sivam – Sistema de Vigilância da Amazônia, que tem como objetivo levantar dados para integração das ações governamentais. Seu emprego será feito no sistema de multiusuário, de gestão estratégica, combinando sistemas abertos de comunicação, aquisição de informações e banco de dados.

A partir de julho de 1997, o sistema tem cinco anos para ficar pronto, com três etapas distintas: em 2001, deverá estar pronto o subsistema de aquisição de dados, telecomunicações e visualização de informações, na área de abrangência do Centro Regional de Vigilância de Manaus; nesse ano deverá estar instalado, também, o Centro de Coordenação Geral em Brasília; no início de 2002, teremos implantado o Centro Regional de Vigilância de Porto Velho; e até o final de 2002, teremos implantados os subsistemas nas áreas de abrangência do Centro Regional de Vigilância de Belém, completando-se o projeto.

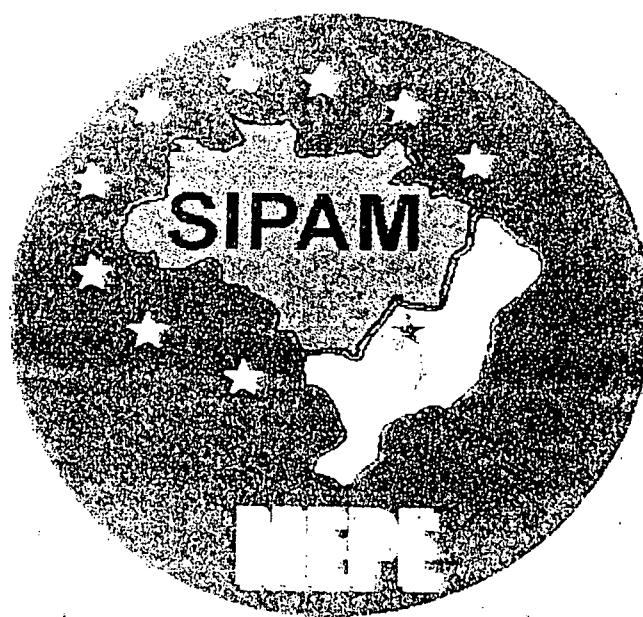
Em Mato Grosso, particularmente, teremos instaladas Estações Metereológicas de Superfície do Sivam em Aripuanã, Barra do Garças, Canarana e Juína. Deverão ser instaladas, também três Unidades de Vigilância Fixa (UV) ou de Vigilância Transportável (UVT), com radar de vigilância aérea, equipamentos de telecomunicações e um radar metereológico. Essas unidades serão instaladas em Sinop, Porto Esperidião e São Félix do Araguaia. Além disso, para conectarem-se com o sistema, 56 prefeituras receberão equipamentos, como microcomputadores, aparelhos de fax e de comunicação com satélite (VSAT). Também as unidades de órgãos federais no Estado, como Polícia Federal, Receita Federal e Federação Nacional de Saúde receberão os mesmos tipos de equipamentos.

Enfim, Senhoras e Senhores, os sistemas Sipam e Sivam representam a possibilidade de as autoridades governamentais, de fato, gerirem a resolução de problemas na Amazônia. E sua conclusão é um imperativo para um efetivo planejamento de políticas públicas para essa vasta região do Brasil. E nós de Mato Grosso ansiamos pela conclusão desses dois projetos.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CARLOS BEZERRA EM SEU DISCURSO:**





CONSELHO FEDERATIVO  
GABINETE DO MINISTRO EXTRAORDINÁRIO DE PROJETOS ESPECIAIS  
COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

SIPAM/SIVAM

**1. Introdução**

A Amazônia brasileira compreende cerca de dois terços do território brasileiro. Nela se encontra a maior floresta tropical do mundo, vinte mil espécies vegetais, duas mil espécies de peixes, quatro mil espécies de animais e cerca de trinta mil espécies de insetos.

O conhecimento e a educação ambiental são as únicas armas eficientes contra o desequilíbrio ambiental provocado pela ocupação do homem na Amazônia.

Os problemas do meio ambiente estão diretamente relacionados com a questão da pobreza, da satisfação das necessidades básicas de alimentação, saúde e habitação, e uma matriz energética de fontes renováveis e processos de renovação tecnológica nos espaços amazônicos.

A aproximação da sociedade "civilizada", sem uma política consistente que indicasse as formas adequadas de interação, redundou quase tão somente na disseminação de doenças e, em disputas de fronteiras das áreas historicamente ocupadas pelas comunidades indígenas.

Outras ameaças emergentes no espaço amazônico, que tendem a aprofundar-se com o passar do tempo, em vista da própria realidade mundial - aumento populacional vertiginoso; escassez de alimentos e água potável, redução das fontes de energia - agregando-se ainda às dificuldades internas de controle sobre a Amazônia, indicaram a necessidade de formular-se uma política de governo que, em seus objetivos, viesse a contemplar, dentre outros, os seguintes aspectos:

- a) Promover a integração e a coordenação das ações governamentais, de forma a assegurar a aplicação de estratégias concebidas para viabilizar a proteção e o desenvolvimento sustentável da Amazônia, e, sobretudo:
- b) Fortalecer as Instituições Públicas.

## 2. Finalidade deste Documento

Descrever resumidamente as providências que estão sendo tomadas pela Comissão de Implantação do Sistema de Proteção da Amazônia – CISIPAM, no desenvolvimento das atividades necessárias à formulação e à implantação do Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM e do Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM e descrever ações e providências para implantação desses sistemas.

Em anexo constam informações específicas sobre o Projeto no Estado do Mato Grosso.

## 3. O Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM e o Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM

3.1 O Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM preconiza um novo conceito de administração pública, através de um modelo de gestão integrada, com a participação articulada dos órgãos do Governo. Este novo enfoque reduzirá os custos operacionais e buscará desburocratizar todas as ações empreendidas por diferentes órgãos e entidades de diversos ministérios. Beneficia, também, órgãos e entidades das administrações estaduais e municipais da região, integrando ações de governo. Permite o compartilhamento de informações e recursos de novas tecnologias, preservando a privacidade dos órgãos e garantindo a confidencialidade das informações privativas de cada órgão e classificadas para circulação restrita.

Territorialmente o Sistema abrange toda a área da Amazônia Legal, equivalente a 5,2 milhões de quilômetros quadrados, ou seja, 61% do território

nacional. A região envolve nove estados da federação: Amazonas, Roraima, Rondônia, Acre, Amapá, Pará, e parte dos Estados do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso.

Operacionalmente atenderá todos os Ministérios e diversas organizações públicas da esfera federal, órgãos de pesquisa e desenvolvimento, além dos estados e municípios da Amazônia Legal.

As principais áreas de contribuição previstas são:

- *Saúde* – identificação de focos endêmicos, análise de tendências e propagação de epidemias, integração de transporte e facilidades de comunicações.
- *Uso do solo* – planejamento territorial, planejamento agrícola, reflorestamento, áreas desmatadas, províncias minerais e áreas de garimpo.
- *Meio ambiente* – mapeamento de bacias hidrográficas, classificação da flora, avaliação da vegetação, climatologia, características atmosféricas, poluição dos rios, tensão térmica da vegetação, queimadas e desflorestamento.
- *Vigilância aérea e de superfície* – monitoração de comunicações clandestinas, controle de fronteiras, rotas de narcotráfico, cultivo de plantas entorpecentes, rotas de contrabando, extração irregular de recursos naturais, localização de pistas clandestinas, garimpo irregular e facilidade de radiolocalização.
- *Proteção de terras indígenas* – apoio às atividades da Fundação Nacional do Índio, possibilitando o monitoramento, ações de vigilância e fiscalização nas referidas áreas.
- *Atuação da Defesa Civil e apoio às atividades de pesquisa e desenvolvimento* – nesse sentido, o sistema dará suporte e promoverá a integração das ações de governo, participando das diretrizes gerais decorrentes da Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal –

PNIAL, aprovada pelo Conselho Nacional da Amazônia Legal – CONAMAZ.

3.2 O Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM, constitui-se no principal instrumento do SIPAM para a solução dos problemas regionais.

O Sistema tem como objetivo, o levantamento de dados para a integração das ações governamentais, otimizando o emprego de meios e recursos. É um sistema multiusuário, de gestão estratégica, que combinará sistemas abertos de comunicação, aquisição de informações e bancos de dados. Após implantado, o Sistema exercerá importante papel nos ganhos de sustentabilidade da região, estimulando o desenvolvimento científico e tecnológico, e promovendo a integração. Ele será constituído por um conjunto de meios técnicos – equipamentos, software, hardware e pessoal especializado, para coleta, processamento e difusão de dados da Amazônia Legal, envolvendo inclusive a vigilância do espaço aéreo e de superfície.

O conceito operacional do SIVAM se caracterizará pela aquisição sistemática de informações, seu processamento, armazenamento, geração e distribuição de produtos personalizados, que apoiarão os órgãos da região. Centros Regionais de Vigilância (CRV) serão instalados em Manaus, Belém e Porto Velho, que juntamente com o Centro de Coordenação Geral (CCG) a ser instalado em Brasília, permitirão o desenvolvimento de investigações específicas; colocando à disposição dos órgãos com atribuições na região, informações correntes, históricas e outras, que serão obtidas especificamente por sensores fixos ou aeroembarcados.

O prazo para a implantação total do Sistema é de cinco anos – a partir de 25 de julho de 1997, com dois anos de operação assistida do Sistema sob a coordenação dos fabricantes dos equipamentos, contando com garantia de fornecimento de sobressalentes necessários para a manutenção do mesmo.

O desenvolvimento do Projeto está planejado em três módulos de implantação, ou seja:

- Até o início do ano 2001 – implantação dos subsistemas de aquisição de dados, telecomunicações e tratamento e visualização de

informações, na área de abrangência do Centro Regional de Vigilância de Manaus e instalação do Centro de Coordenação Geral em Brasília.

Até o início do ano 2002 – implantação dos subsistemas nas áreas de abrangência do Centro Regional de Vigilância de Porto Velho; e

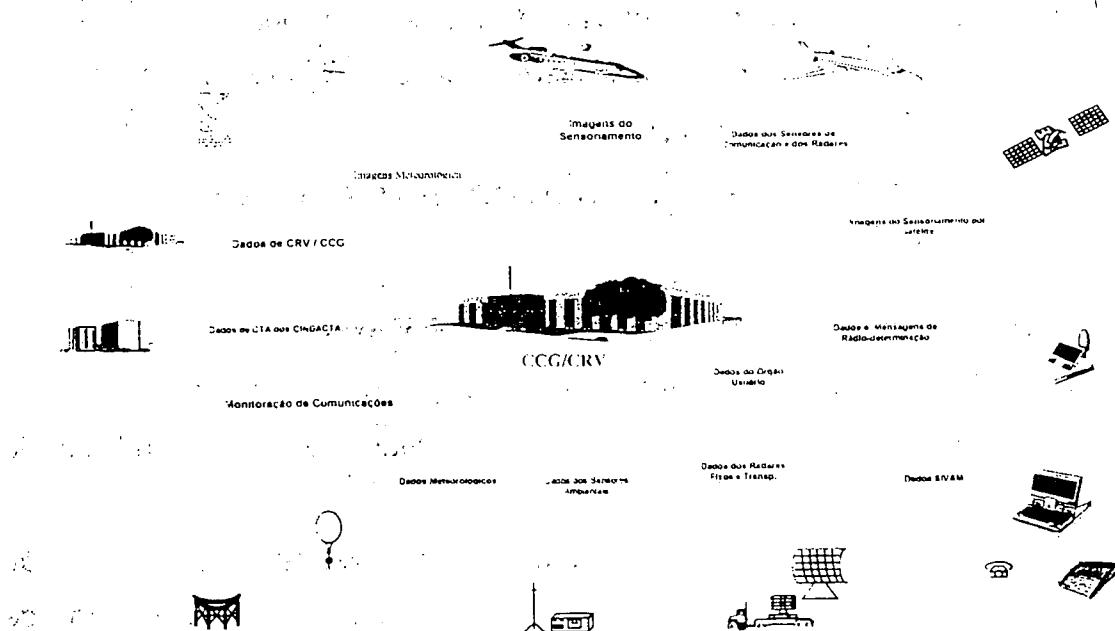
Até o final do ano 2002 – implantação dos subsistemas nas áreas de abrangência do Centro Regional de Vigilância de Belém, completando-se o Projeto.

O Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM, é composto por três subsistemas principais:

a) Subsistema de Aquisição de Dados – constituído por uma rede de sensores, incluindo sensoriamento remoto por satélite, equipamentos para coleta de dados meteorológicos, hidrológicos e ambientais. Equipamentos modernos farão a monitoração das comunicações e radiodeterminação (localização via GPS e comunicação de dados).

Radares dos tipos fixo, transportáveis e aeroembarcados farão a detecção de aeronaves no espaço aéreo da Amazônia Legal, e aeronaves devidamente preparadas farão rastreamento e sensoreamento remoto, pois estarão equipadas com sensores óticos, infravermelho e radar de abertura sintética.

#### SUBSISTEMA DE AQUISIÇÃO DE DADOS



b) Subsistema de Telecomunicações – será constituído por uma rede digital de serviços integrados, através de equipamentos, antenas, transmissores e repetidores, que serão utilizados para a transmissão dos dados dos sensores aos Centros Regionais de Vigilância – CRV e ao Centro de Coordenação Geral – CCG, disponibilizando serviços de voz, texto e imagens, integrando-se à rede do Sistema Telebrás (SNT).

c) Subsistema de Tratamento e Visualização de Dados – será o componente principal dos Centros de Vigilância Regionais – CRV e do Centro de Coordenação Geral – CCG, significando variada gama de recursos computacionais necessários à integração e interpretação das informações adquiridas, constituindo-se na "inteligência artificial" do sistema. Para refletir adequadamente a concepção operacional desse subsistema, a apresentação da arquitetura dos CRV e CCG está segmentada, o que vai permitir a identificação de três níveis hierárquicos de tratamento de dados: Aquisição, Suporte e Aplicação.

#### **4. Conclusão:**

O SIPAM/SIVAM representa um projeto estratégico, concebido em prol de uma área vital para o futuro do País, objetivando tornar viável seu desenvolvimento equilibrado, buscando-se explorar os potenciais de maneira racional, em proveito do presente, sem descurar das ações que possibilitem a conservação dos recursos.

#### **ANEXO A**

#### **INFORMAÇÕES RELATIVAS AO ESTADO DO MATO GROSSO**

##### **1. Contatos realizados no Estado**

ÓRGÃO	EVENTO	DATA	OBSERVAÇÃO
Governador	Documento	17 Out 95	Of 430/95-GAB-SAE-PR
Governador	Documento	01 Nov 95	Of GG 352-95, do Governador
Secretário Estadual de Planejamento e Coordenação Geral	Documento	30 Jul 96	Fax 117/CISIPAM
SEPLAN, UNIC, UFMT, FEMA/MT, CEPROMAT, EMPAER/MT, AMM	Palestra	05 Set 96	Memória 57-96

2. Localidades onde está prevista a instalação de Estações Meteorológicas de Superfície do SIVAM.

Essas Estações deverão ser instaladas no aeroporto, próximo à pista de pouso/decolagem.

Caso não exista aeroporto na localidade, a estação deverá ser instalada no órgão constante da tabela abaixo.

ID	LOCALIDADE	ÓRGÃO	MEIO DE ACESSO
01	Aripuanã	Prefeitura	Aéreo Comercial
02	Barra do Garças	DEPV	Aéreo Comercial
03	Canarana	INMET	Aéreo Comercial
04	Juína	Prefeitura	Aéreo Comercial

3. Está prevista a instalação de três Unidades de Vigilância Fixa (UV) e/ou Transportável (UVT) no Estado. As referidas unidades são compostas basicamente, de um radar de vigilância aérea, equipamentos de telecomunicações e um radar meteorológico, sendo guarnecididas por um efetivo aproximado de dezesseis militares da Aeronáutica, conforme o quadro abaixo:

LOCALIDADE	TIPO DE UNIDADE
Sinop	UVT(radar transportável)
Porto Espírito São	UVT(radar transportável)
São Félix do Araguaia	UV(radar secundário)

## 4. Prefeituras previstas para receberem equipamentos de comunicação:

LOCALIDADE	MICRO	TEL	TEL/FAX	VSAT
Água Boa	1	-	1	1
Alta Floresta	1	-	1	1
Alto Araguaia	1	-	1	1
Alto Paraguai	1	-	1	1
Araputanga	1	-	1	1
Arenapólis	1	-	1	1
Aripuana	1	-	1	1
Barra do Bugres	1	-	1	1
Barra do Garças	1	-	1	1
Cáceres	1	-	1	1
Campinápolis	1	-	1	1
Campo Novo do Parecis	1	-	1	1
Canarama	1	-	1	1
Chapada dos Guimarães	1	-	1	1
Colider	1	-	1	1
Comodoro	1	-	1	1
Confresa	1	-	1	1
Cuiabá	1	-	1	1
Diamantino	1	-	1	1
Guarantã do Norte	1	-	1	1
Guiratinga	1	-	1	1
Jaciara	1	-	1	1
Jauru	1	-	1	1
Juara	1	-	1	1

LOCALIDADE	MICRO	TEL	TEL/FAX	VSAT
Juina	1	-	1	1
Juscimeira	1	-	1	1
Lucas do Rio Verde	1	-	1	1
Marcelândia	1	-	1	1
Matupa	1	-	1	1
Mirassol D'oeste	1	-	1	1
Nobres	1	-	1	1
Nossa Senhora do Livramento	1	-	1	1
Nova Canaã do Norte	1	-	1	1
Nova Olímpia	1	-	1	1
Nova Xavantina	1	-	1	1
Paranatinga	1	-	1	1
Pedra Preta	1	-	1	1
Peixoto de Azevedo	1	-	1	1
Poconé	1	-	1	1
Pontes e Lacerda	1	-	1	1
Poxoreo	1	-	1	1
Primavera do Leste	1	-	1	1
Rondonópolis	1	-	1	1
Rosário Oeste	1	-	1	1
Santo Antônio do Leverger	1	-	1	1
São Félix do Araguaia	1	-	1	1
São José do Rio Claro	1	-	1	1
São José dos Quatro Marcos	1	-	1	1
Sinop	1	-	1	1
Sorriso	1	-	1	1
Tangará da Serra	1	-	1	1
Terra Nova do Norte	1	-	1	1
Várzea Grande	1	-	1	1
Vera	1	-	1	1
Vila Bela da Santíssima Trindade	1	-	1	1
Vila Rica	1	-	1	1
Total	56	-	56	56

Obs: Existe a previsão de instalação de um Centro Estadual de Usuários em Cuiabá.

5. Está prevista a distribuição de equipamentos de comunicação, conforme constante do anexo B, para diversas instituições federais existentes no Estado.

6. As localidades de Sinop, Porto Esperidião e a de São Felix do Araguaia estão incluídas no "Programa para Implantação e Melhorias de Sistemas de Abastecimento de Águas e Esgotos Sanitários em Cidades da Amazônia", onde serão implantados sítios do SIVAM.

## ANEXO B

### 1. Departamento de Polícia Federal - DPF:

LOCALIDADE	MICRO	TEL	TEL/FAX	VSAT
Alta Floresta	1	-	1	1
Aripuana	1	-	1	1
Barra do Garcas	1	-	1	1
Caceres	1	-	1	1
Comodoro	1	-	1	1
Cuiabá	1	-	1	1
Peixoto de Azevedo	1	-	1	1
Pontes e Lacerda	1	-	1	1
Rondonópolis	-	-	1	1
São Felix do Araguaia	1	-	1	1
Sinop	-	-	1	1
Vila Bela da Santíssima Trindade	1	-	1	1
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>12</b>	<b>12</b>

### 2. Secretaria da Receita Federal - SRF:

LOCALIDADE	MICRO	TEL	TEL/FAX	VSAT
Cuiabá	1	-	1	1
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

## 3. Presidência da República - CMPR:

LOCALIDADE	MICRO	TEL	TEL/FAX	VSAT
Cuiabá	1	-	1	1
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

## 4. Fundação Nacional de Saúde - FNS:

LOCALIDADE	MICRO	TEL	TEL/FAX	VSAT
Cuiabá	2	-	2	2
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>2</b>

## 5. Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM:

LOCALIDADE	MICRO	TEL	TEL/FAX	VSAT
Cuiabá	1	-	1	1
Peixoto de Azevedo	1	-	1	1
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>2</b>

## 6. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA:

LOCALIDADE	MICRO	TEL	TEL/FAX	VSAT
Aripuanã	1	-	1	1
Barra do Bugres	1	-	1	1
Barra do Garças	1	-	1	1
Cáceres	1	-	1	1
Cáceres	-	-	1	1
Cáceres	-	-	1	1
Canarana	1	-	1	1
Chapada dos Guimarães	1	-	1	1
Cláudia	1	-	1	1
Cuiabá	1	-	1	1
Guarantã do Norte	-	-	1	1

6. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA:

LOCALIDADE	MICRO	TEL	TEL/FAX	VSAT
Juara	1	-	1	1
Juína	-	-	1	1
Porto Estrela	-	-	1	1
Rondonópolis	1	-	1	1
São José do Rio Claro	1	-	1	1
Sinop	1	-	1	1
Terra Nova do Norte	-	-	1	1
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>18</b>	<b>18</b>

7. Ministério da Marinha - MM:

LOCALIDADE	MICRO	TEL	TEL/FAX	VSAT
Cuiabá	1	-	1	1
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

8. Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF:

LOCALIDADE	MICRO	TEL	TEL/FAX	VSAT
Comodoro	-	-	1	1
Cuiabá	1	-	1	1
Rondonópolis	-	-	1	1
Sorriso	-	-	1	1
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>4</b>

## 9. Fundação Nacional do Índio - FUNAI:

LOCALIDADE	MICRO	TEL	TEL/FAX	VSAT
Alantesu	-	-	1	1
Anunsu	-	-	1	1
Areões	-	-	1	1
Aroeira	-	-	1	1
Barra do Garças	1	-	1	1
Caçula	-	-	1	1
Camarare	-	-	1	1
Campina	-	-	1	1
Capitão Pedro	-	-	1	1
Colider	1	-	1	1
Cuiaba	1	-	1	1
General Gomes Carneiro	-	-	1	1
Juina	-	-	1	1
Kithaunlu	-	-	1	1
Kuluene	-	-	1	1
Manairisu	-	-	1	1
Merure	-	-	1	1
Mirassol D'oeste	-	-	1	1
Nambikuara	-	-	1	1
Namunkura	-	-	1	1
Negarote	-	-	1	1
Nova Xavantina	1	-	1	1
Pakuera	-	-	1	1
Parabubure	-	-	1	1
Piebega	-	-	1	1
Rio Das Mortes	-	-	1	1
Rio Formoso	-	-	1	1
Rondonópolis	1	-	1	1
Sangradouro	-	-	1	1
Santana	-	-	1	1
São Marcos	-	-	1	1
Sarare	-	-	1	1
Tadarimana	-	-	1	1

Tangará da Serra	1	-	1	1
Volta Grande	1	-	1	1
Wasusu	-	-	1	1
Xavante	-	-	1	1
Zoro	-	-	1	1
Total	7	0	38	38

## 10. Ministério do Exército - MEX:

LOCALIDADE	MICRO	TEL	TEL/FAX	VSAT
Alta Floresta	-	-	1	1
Cáceres	1	-	1	1
Casalvasco	1	-	-	1
Colider	-	-	1	1
Corixá	1	-	-	1
Cuiabá	1	-	1	1
Cuiabá	1	-	1	1
Cuiabá	1	-	1	1
Fazenda Confap	-	-	1	1
Fortuna	1	-	-	1
Juara	-	-	1	1
Juina	-	-	1	1
Santa Rita	1	-	-	1
São Simão	1	-	1	1
Sinop	-	-	1	1
Total	9	0	11	15

## 11. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA:

LOCALIDADE	MICRO	TEL	TEL/FAX	VSAT
Cuiabá	1	-	1	1
Total	1	0	1	1

## 12. Ministério da Aeronáutica - MAER:

LOCALIDADE	MICRO	TEL	TEL/FAX	VSAT
Alta Floresta	1	-	1	1
Cuiabá	1	-	1	1
Total	2	0	2	2

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) –**  
Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, desejo tecer algumas considerações acerca de um problema que é reconhecido por todos como um dos principais óbices ao desenvolvimento econômico e social do País. Trata-se das desigualdades inter-regionais, ou seja, a enorme distância que separa unidades industrializadas da Federação de outras que têm a sua economia num estágio ainda muito atrasado. São os dois "Brasis", aos quais muitos especialistas se referem ao analisar a complexa economia do País.

O tema é tão grave e palpitante que o Senado Federal até constituiu uma comissão especial para analisar os desequilíbrios inter-regionais, comissão essa que fez um excelente trabalho e ofereceu importantes subsídios para orientar a ação do Governo no sentido de equacionar tais variantes que impedem o crescimento harmônico e sustentado do País.

Recebi há alguns dias, e acredito que os meus nobres pares também receberam, publicação da Confederação Nacional da Indústria intitulada **Economia Brasileira – Comparações Regionais**. O referido compêndio, que publica dados de 1996 e 1997, está na sua terceira edição. As outras duas edições publicaram dados de 1992 e 1995. Resolvi destacar algumas informações contidas no documento porque elas realçam de forma clara e inequívoca as gritantes desigualdades entre os diversos estados brasileiros.

Em particular, interessa-me chamar atenção para o Estado do Tocantins, que tenho a honra de representar nesta Casa, e que ocupa desconfortável posição na análise de dados comparativos sobre índices econômicos e sociais.

Dados de 1996 conferem ao Tocantins a 3ª maior taxa média geométrica de aumento da população: 2,70% contra uma taxa nacional de 1,38%. A taxa da região Norte é de 2,44%. A população de 1.048.642 habitantes distribui-se por uma área de 278.420km<sup>2</sup>, o que dá uma densidade demográfica de 3,76 habitantes por km<sup>2</sup>.

Se por um lado o Tocantins apresenta um vertiginoso crescimento da sua população, motivada por extraordinário fluxo migratório, sobretudo em direção à sua capital, Palmas, de outro exibe indicadores sociais medíocres. Os dados são de 1997. O percentual da população economicamente ativa em relação à população residente é de 46,9%, enquanto a média nacional é de 48,2%, o que confere ao Tocantins a 16ª posição. Desse contingente de população economicamente ativa, 22,5% não tem qualquer instrução ou menos de um ano de estudo. 26,6% tem de

um a três anos de estudo. 54,5% dessa população recebe entre 1/2 e dois salários mínimos, enquanto que a média nacional nessa faixa é de 37,1%.

No Tocantins, apenas 77% da população residente, aí incluídas as áreas urbana e rural, dispõem de energia elétrica. A média nacional é de 96,1%. O estado ocupa o 26º lugar nesse item. Quanto ao abastecimento de água, a situação é ainda pior. Somente 51,7% da população tocantinense conta com água encanada, enquanto no Brasil a média é de 80,9%. Nesse item ocupamos a 23ª posição. Relatório de 1996 do Ipea sobre Índice de Desenvolvimento Humano – no qual são considerados esperança de vida ao nascer, nível educacional e padrão de renda – dava ao Tocantins o 23º lugar em nível nacional, o que demonstra o atraso social em que o estado se encontra.

Grandes esforços vêm sendo desenvolvidos pelo Governo local para alavancar o crescimento econômico do estado. Os resultados começam a aparecer, mas ainda são muito tímidos se comparados com as deficiências verificadas em áreas estratégicas. É importante ressaltar que o Governo Federal para implantar a sua infra-estrutura básica, a exemplo do que o ocorreu com outros estados da Federação criados de maneira semelhante. A trágica consequência desse abandono pode ser mensurada na análise dos números ora reproduzidos, que conferem ao Tocantins a incômoda 26ª colocação em termos de participação no PIB brasileiro. O PIB per capita de 1996 era de baixíssimos R\$812,00 contra uma média nacional de R\$4.421,00, o que nos dá a vexatória última posição no ranking brasileiro.

Sem qualquer preocupação de estar sendo repetitivo, reivindico uma vez mais o apoio do Governo Federal no esforço que o Tocantins está fazendo para criar as condições de desenvolvimento de sua economia. O cotejamento dos números apresentados pela pesquisa, envolvendo todos os estados da Federação, são muito reveladores. Eles sinalizam para a urgente necessidade de se implementar uma política nacional de desenvolvimento que leve em consideração as peculiaridades de cada estado. Não é possível tratar de forma igual os desiguais. As regiões menos favorecidas, como o Norte e o Nordeste, merecem uma atenção especial do Governo. Temos muitos problemas, mas temos também muitas potencialidades. Projetos de grande interesse para a nossa região, como a viabilização da hidrovia Araguaia-Tocantins e a continuidade das obras da ferrovia Norte-Sul, integrantes de um projeto maior que é a implementação do Corredor Multimodal de

Transporte Centro-Norte; precisam ser retomados. É inconcebível que um estado como o nosso, que tem grandes extensões de terras férteis, estações climáticas bem definidas e localização geográfica estratégica não receba do Governo Federal o mínimo de investimentos necessários ao seu desenvolvimento.

O estado tem dado exemplos na condução de parcerias com o setor privado para a viabilização de grandes investimentos. A usina hidroelétrica Luís Eduardo Magalhães, no Município de Lageado, no rio Tocantins, é um desses exemplos. Em plena execução, a obra será inteiramente construída e explorada pela iniciativa privada, com investimentos superiores a 1 bilhão de reais e capacidade de gerar até 1.020 megawatts. A atração de recursos externos também tem sido objeto de ação do obstinado Governador Siqueira Campos, homem de visão que consegue prognosticar o sucesso econômico do Tocantins em razão do seu enorme potencial.

O que o Tocantins quer, o que o Tocantins reivindica, o que o Tocantins merece, é tão-somente que lhe seja dada a oportunidade de desenvolver a sua economia, única forma de reverter os indicadores sociais medíocres com os quais convive e de melhorar a qualidade de vida do seu sofrido povo.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL - TO) -**

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, a Constituição Federal garante a proteção dos recursos naturais, tornando obrigatória a fiscalização e o controle das entidades públicas e particulares que se dedicuem à sua manipulação, a qualquer título.

No entanto, carecemos ainda de uma legislação específica que regulamente a pesquisa de informações e a coleta de amostras dessas riquezas genéticas, propiciando a atividade ilícita, sobretudo de estrangeiros, quer junto às comunidades indígenas, quer no interior solitário das extensas florestas.

Isso acontece apesar de a Lei Magna e a legislação complementar reconhecerem com clareza a "organização social, costumes, línguas, crenças e tradições" dos índios.

As terras que ocupam, e as riquezas naturais nelas compreendidas, constituem patrimônio da União, sem embargo de que essas populações usufruam dos benefícios oferecidos pelo meio ambiente, inclusive e principalmente daquelas substâncias há muito usadas na prevenção, tratamento e cura das doenças.

Não se desconhece, por outro lado, que o mercado mundial de medicamentos movimenta algo em torno de 320 bilhões de dólares, anualmente, e que cerca de 40% dos remédios têm origem direta ou indireta nas fontes naturais, sendo 10% de origem animal e 30% de origem vegetal, estimando-se que 25 mil espécies de plantas estejam sendo utilizadas pelos produtores.

Justifica-se essa opção pelo fato de os estudos científicos confirmarem as propriedades curativas dos fitoterápicos. Alguns órgãos oficiais, como a Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, mantêm programas de tratamento de diversas doenças com plantas medicinais. Males comuns como a diaréia, a enxaqueca, os resfriados e as verminoses, que acometem grande número de pessoas, são curados em pouco tempo e com baixo dispêndio de verbas públicas.

Multiplicam-se, porém, as denúncias de que pesquisadores, a serviço das grandes multinacionais farmacêuticas, de hábito servem-se de antigos e tradicionais usos e conhecimentos indígenas, a eles inocentemente transferidos pelos curandeiros da comunidade, habituados a tratar as doenças administrando produtos extraídos da vegetação natural.

Os princípios ativos identificados e manipulados em grandes laboratórios do exterior transformam-se, então, em medicamentos patenteados, aqui e alhures largamente consumidos, fazendo a fortuna injustificável das empresas farmacêuticas estrangeiras.

Essa nova face da pirataria tem sido inúmeras vezes denunciada, inclusive das tribunas do Parlamento, sem que medidas mais drásticas de Governo a tenham combatido, nela reconhecendo grave prejuízo aos interesses do País.

A biopirataria disso melhor se aproveita para a produção de novos quimioterápicos, com custos infinitos, maior eficiência e reduzidos efeitos colaterais.

Também os órgãos de Imprensa amiúde ocupam-se do tema, reclamando providências governamentais que, definitivamente, coibam as expedições predadoras de nossas florestas, que furtam parte significativa das nossas riquezas fitoterápicas, com incompreensíveis facilidade e ausência de reação prática.

Reportagens recentes de O Globo e do Jornal do Brasil ferem, com propriedade, o assunto, esclarecendo que aqui se concentram mais de um quinto das plantas encontradas em todo o mundo, mas que não possuímos "lei para protegê-las".

Ademais, constatada a dificuldade de se impedir a saída ilegal desse produto, o Governo vem aplicando estratégia de combate que consiste em aqui produzir os mesmos remédios fabricados no estrangeiro, a partir da matéria-prima em ambos os casos extraída das nossas florestas.

Com esse objetivo, promoveu a construção do polo de biotecnologia de Manaus, nela investindo 60 milhões de reais, inicialmente, além de criar o banco de dados sobre biodiversidade, como parte integrante do Sistema de Vigilância da Amazônia - Sivam.

Considerada a inviabilidade de policiar proveitosamente a saída do referenciado material, uma vez que o microorganismo pode ser transportado em pequenos tubos de ensaio, e a fim de assegurar que

a possibilidade de industrialização seja administrada pelo Brasil, aposte no Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia – Probem.

Dessa forma, a iniciativa prioritária do Programa consistiria na construção de complexo laboratorial no Distrito Industrial de Manaus; a ser encarregado das pesquisas básicas e aplicadas de transferência de tecnologia e prestação de serviços.

Julga-se que o Probem terá dificuldade para atrair para a região os pesquisadores do Sul e do Sudeste do País, impedindo a desejável concentração de cientistas na Amazônia.

Tal fato pode facilitar a "evasão de conhecimento e de material genético", em face do domínio estrangeiro nos convênios de cooperação internacional, consequente do apontado reduzido número de pesquisadores nacionais, conforme registrou a Comissão Externa da Câmara dos Deputados, encarregada de investigar a prática da biopirataria no País.

Contudo, ainda no sentido de atrair para a Amazônia a comunidade científica, o Programa, mediante convênio firmado com o Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq, oferece cerca de 80 bolsas de estudo, nas áreas de zooquímica, fitoquímica e engenharia genética, além de prever a criação de uma rede de laboratórios, destinada à bioprospecção da fauna e da flora, e de investir na formação de pessoal.

Inexistindo um sistema organizado sobre biodiversidade no País, procura-se, também, impedir que os grandes centros de pesquisa estrangeiros colecionem maiores informações sobre a Amazônia do que os pesquisadores brasileiros.

Com essa finalidade, a Fundação Aplicações de Tecnologias Críticas – Atech, encarregada da integração do projeto Sivam, estrutura um banco de dados sobre a biodiversidade, dando-lhe competência para processar as informações que serão produzidas, dentro de dois anos, pelos satélites e sensores do sistema.

A proposta de reunir os conhecimentos tecnológicos, a informação e o pessoal técnico especializado, estabelecendo, de forma legal e transparente, parcerias interna e externamente, pode estimular o desenvolvimento e a comercialização de novas drogas e outros produtos originados da biodiversidade.

O condenável é admitir que o interesse de corporações estrangeiras conduza à apropriação indevida da matéria natural, e que, a partir daí, desenvolvam, como seu, o produto, sem que os brasileiros de alguma forma sejam beneficiados pelo processo.

Finalmente, é de se reconhecer como procedentes as ponderações do advogado Eugênio da Costa e Silva, em trabalho há pouco divulgado, esclarecedoras de que a Convenção sobre a Diversidade Biológica, assinada pelo Brasil, "propõe uma

série de princípios e objetivos que deverão ser implementados no âmbito nacional".

A legislação pátria há de se referir às condições de "acesso aos recursos genéticos, à biotecnologia e aos conhecimentos tradicionais das populações locais e indígenas", entre outras questões de explícito interesse das indústrias de fármacos, de biotecnologia e de cosméticos.

A Convenção é afirmativa ao reconhecer que "os recursos genéticos presentes no território de um determinada nação estão incluídos no conceito de soberania nacional", devendo as leis internas dispor sobre a aplicação desse acertado conceito. Porém, enquanto os Estados têm soberania para legislar sobre o tema, devem "facilitar o acesso a tais recursos por outros países".

Os benefícios daí decorrentes devem incluir a possibilidade de "participação em projetos de pesquisa" e na "divisão justa e equitativa dos resultados financeiros" subsequentes.

A Convenção recomenda, ainda, que a lei deve estabelecer claramente as condições de acesso aos recursos genéticos, possível, apenas, quando existente "o formal consentimento do país provedor dos recursos". Também, reconhece direitos às comunidades indígenas, pelos seus conhecimentos, inovações e práticas, "relevantes para o manejo sustentável da biodiversidade do planeta", sem revelar que a esses atributos possa corresponder determinado valor comercial.

Por derradeiro, o estudo consigna que "a biodiversidade, os recursos biológicos e as tecnologias do futuro são pontos estratégicos, determinantes do debate sobre a proteção do meio ambiente". Exige-se, todavia, que os governos, com a participação efetiva "da sociedade civil organizada e das comunidades tradicionais", criem as condições e fixem as limitações para o acesso e a exploração "dos recursos existentes em nossas florestas, rios e mares".

Estamos concluindo, Sr. Presidente, o nosso pronunciamento, registrando que, à vista do exposto, é inadiável promover a atualização dos compromissos internacionais e do ordenamento jurídico interno relacionados às riquezas fitoterápicas brasileiras.

A integralidade da legislação específica, estudada, revista e consolidada, deve estabelecer as devidas prioridades para o seu rigoroso controle, assim como dispor acerca de novas, urgentes e incontornáveis limitações à sua exploração imprópria ou mesmo criminosa, desse modo verdadeiramente atendendo ao interesse maior do País.

Sr. Presidente, peço que conste dos Anais este documento.

Era o que tínhamos a dizer.

*DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR CARLOS PATROCÍNIO EM  
SEU DISCURSO:*



# CIÊNCIA, DIREITOS INTELECTUAIS E BIODIVERSIDADE

EUGÉNIO DA COSTA E SILVA

*Advogado, bolsista do CNPq, doutorando pela Universidade de Edimburgo (Escócia) na área de direitos sobre o patente e integração comercial latino-americana.*

O debate em torno das prioridades relacionadas com a proteção ao meio ambiente foi formalizado a partir de encontro das Nações Unidas ocorrido no Rio de Janeiro, em junho de 1992, e que ficou conhecido como a ECO 92. Ali, princípios foram estabelecidos e compromissos internacionais foram firmados em relação ao tema.

Entretanto, o vínculo formal entre comércio internacional, sua liberalização e meio ambiente foi determinado pela Rodada do Uruguai de negociações do GATT. Durante a Reunião Ministerial de Marrakesh, realizada em abril de 1994 para concluir os trabalhos da Rodada do Uruguai, decidiu-se que uma Comissão sobre Comércio e Meio Ambiente deveria ser criada na primeira reunião do Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC). Essa comissão terá a função, entre outras, de examinar os vínculos entre comércio internacional e meio ambiente, considerando as disposições relevantes do acordo sobre aspectos relacionados com o comércio de propriedade intelectual (Acordo TRIPS). Vale ressaltar, nesta oportunidade, que o atual Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampréa, à época Embaixador do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra, teve um papel fundamental, liderando a inclusão do tema no arcabouço jurídico estabelecido pela Rodada do Uruguai.

No concernente à biodiversidade, os instrumentos legais resultantes da ECO 92 abriram novas perspectivas para as nações pobres econômica e tecnologicamente, mas ricas em biodiversidade. O texto da Convenção sobre a Diversidade Biológica propõe uma série de princípios e objetivos que deverão ser implementados no âmbito nacional. A Convenção permite que as partes contratantes determinem como esses dispositivos serão implementados pela lei nacional. Isto ocorre pois a Convenção é mais uma carta de princípios, objetivos e políticas a serem alcançados na prática, do que um texto legal com obrigações e direitos claramente estabelecidos.

E é aí que resta nosso trunfo. Em particular, os aspectos relacionados com o acesso aos recursos genéticos, a biotecnologia e os conhecimentos tradicionais das populações locais e indígenas. Esses são, indubitavelmente, os temas que despertam mais explícitos interesses das indústrias de fármacos,

biotecnologia e cosméticos, entre outras. Abordaremos o assunto por etapa, propondo, de certa forma, linhas de ação para uma política de proteção ao meio ambiente, bem como, e sobretudo, para a determinação de uma eficaz política de ciência e tecnologia para o nosso país. Será possível notar, durante a presente discussão, que os temas a que nos referimos acima dizem respeito, sem exceção, à propriedade intelectual como mecanismo legal de viabilização política e institucional do conceito de "desenvolvimento auto-sustentável".

O artigo 15 da Convenção da Biodiversidade estabelece regras para o acesso aos recursos genéticos e o consequente uso dos mesmos. Enquanto a Convenção reconhece que os recursos genéticos presentes no território de uma determinada nação estão incluídos no conceito de soberania nacional e que a lei nacional determinará a aplicação do tema, a Convenção também determina que as partes contratantes deverão reconhecer condições que facilitem tal acesso para a "utilização ambiental saudável por outras partes contratantes". Os parágrafos 1º e 2º do artigo 15 estabelecem que as nações são soberanas para legislar sobre a matéria, mas determinam que as mesmas deverão facilitar o acesso a tais recursos por outros países. O artigo 15 vai além e dispõe que os benefícios e lucros provenientes do acesso aos recursos biológicos deverão ser compartilhados. Esses benefícios, por exemplo, incluem uma possível participação em projetos de pesquisa e uma divisão justa e equitativa dos resultados financeiros que eventualmente venham a ocorrer.

Em relação à implementação dos dispositivos da Convenção que versam sobre o acesso aos recursos genéticos, algumas considerações devem ser feitas. Inicialmente, faz-se necessário notar que, diante do entendimento da Convenção, recursos genéticos devem ser compreendidos como recursos biológicos necessários ou utilizados por seu material genético e não por outras funções que os mesmos possuam. A extração de madeiras ou a caça, por exemplo, não estão incluídos no mandamento do artigo 15.

Um outro ponto de relevância é que a Convenção da Biodiversidade é o primeiro instrumento legal internacional que


  
CIÉNCIA, DIREITOS INTELECTUAIS E BIODIVERSIDADE

reconhece a soberania nacional sobre os recursos genéticos pertencentes ao território de um determinado país. É possível afirmar, contudo, que tal conceito não compreende o conceito de propriedade. Os países em questão não possuem a titularidade dos recursos genéticos, mas possuem autonomia para legislar sobre o controle e o uso desses recursos, dentro dos limites impostos pela Convenção.

Ademais, a Convenção, em seu artigo 15, parágrafo 4º, determina que o acesso aos recursos genéticos deverá ser realizado através de comum acordo entre a parte contratante provedora dos recursos genéticos e qualquer outro que tenha interesse em utilizar os mesmos. É provável que tal negociação resulte em um acordo formal, donde os termos da exploração e do uso dos recursos biológicos, objeto do acordo, deverão ser determinados. Afinal, no parágrafo 5º, o artigo 15 estabelece que o acesso a recursos genéticos deve ocorrer sempre com o formal consentimento do país provedor dos mesmos.

A Convenção determina ainda um vínculo entre os dispositivos, relacionando acesso aos recursos genéticos, gestão da biotecnologia e a consequente distribuição dos benefícios decorrentes das pesquisas que eventualmente ocorram. O parágrafo 7º do artigo 15 determina que cada parte contratante deve adotar medidas legislativas, administrativas ou políticas em conformidade com o artigo 19, para compartilhar de forma justa e equitativa os resultados da pesquisa e os benefícios oriundos de sua comercialização. Essa partilha deve ser realizada em comum acordo entre as partes. Perceba-se que este dispositivo legal destina-se a todos os países signatários da Convenção, sejam eles provedores dos recursos genéticos ou proprietários das tecnologias modernas.

Além disso, a partir da análise do artigo 19, cujo objetivo é regular a gestão da biotecnologia, o tema amplia-se. O artigo 19, um dos mais controversos durante as negociações da Convenção e que ensejou vigorosa oposição do governo norte-americano, tor-

nar-se-á efetivo soniente através da prática e do uso de suas prescrições legais e jurisdicionais. O artigo 19 aborda três aspectos relacionados com o uso da biotecnologia, como relevantes para a conservação e o manejo sustentável da biodiversidade.

O primeiro aspecto, contido no parágrafo 1º do artigo 19, refere-se a participação do país provedor de recursos genéticos nas atividades de pesquisa biotecnológica. Esse dispositivo propõe determinar o compartilhamento de um benefício que poderá ser amplamente utilizado pelos países menos desenvolvidos, através da transferência de tecnologia e do treinamento de pessoal. A obrigação criada por este parágrafo, apesar de limitada às pesquisas biotecnológicas, é mais efetiva do que aquela proposta pelo parágrafo 6º do artigo 15, aonde as nações deverão simplesmente "conceber e realizar pesquisas científicas baseadas em recursos genéticos". Aqui, diferentemente, às nações é exigido que se crie um ordenamento legislativo, administrativo ou político através do qual uma efetiva participação possa ocorrer. O termo "efetiva participação", nesse contexto, enfatiza a necessidade de alcançar uma participação substancial onde pesquisadores determinarão objetivos e alcançarão resultados conjuntamente e, por consequência, os benefícios serão compartilhados por todos os participantes do projeto de pesquisa em questão.

O segundo aspecto relacionado com a gestão da biotecnologia, previsto pelo parágrafo 2º do artigo 19, refere-se ao acesso aos resultados e benefícios decorrentes do uso de recursos genéticos em pesquisas biotecnológicas pelos países provedores dos recursos. Talvez, a importância maior desse dispositivo seja a de reconhecer que os recursos genéticos possuem um valor comercial e que os provedores desses recursos deverão ser beneficiados de alguma maneira. A titularidade desses benefícios baseia-se no princípio da equidade. Todavia, vale notar que, quando o texto desse dispositivo refere-se a resultados e benefícios derivados da biotecnologia, o

## LAW OFFICES

of

## TOWNSEND &amp; BANTA

Marcas, Patentes, Direitos Autorais, Direito Comercial Internacional, Contencioso

**Advogados:**

*Laurinda Lopes Hicks*  
*Donald E. Townsend*

*Teresa Banta*  
*Thomas Walsh*

1225 Eye Street, N.W., Suite 500, Washington, D.C. 20005, U.S.A.

Telefones: (202) 682-4727; (703) 536-8281 - Fax: (202) 842-2620, (703) 536-5082



## CIÊNCIA, DIREITOS INTELECTUAIS E BIODIVERSIDADE

mesmo não propõe definir o termo "resultados e benefícios". O mesmo ocorre quando o parágrafo 2º do artigo 19 refere-se ao "acesso prioritário, em base justa e equitativa". Certamente, o que deverá ocorrer no futuro é que a lei nacional definirá linhas gerais para o entendimento dos termos utilizados, e não definidos, pela Convenção da Biodiversidade.

Um terceiro, e último, aspecto proposto pelo artigo 19 está presente nos parágrafos 3º e 4º. Esses dispositivos sugerem que as partes contratantes determinem um protocolo que estabeleça procedimentos relacionados com a transferência, manipulação e uso de mecanismos vivos modificados. Essa matéria, no Brasil, é objeto da Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, conhecida como a Lei de Biossegurança.

O último aspecto da Convenção sobre a Diversidade Biológica, objeto da presente análise, refere-se aos direitos imateriais das comunidades locais e indígenas. Tradicionalmente, o conceito de propriedade intelectual inclui os direitos do autor, marcas e inventos. O desenvolvimento de novas tecnologias, juntamente com as necessidades da sociedade contemporânea, ampliou substancialmente o conceito de propriedade intelectual que, nos dias de hoje, inclui a proteção de *software*, circuitos integrados, processos biotecnológicos etc. Ademais, após os compromissos estabelecidos pela ECO 92, outros aspectos da propriedade intelectual foram incluídos no debate. A Convenção da Biodiversidade reconhece em seu artigo 8º, letra (j), que o respeito, a preservação e a manutenção do "...conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e indígenas com estilo de vida tradicionais (são) relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica..." e que a lei nacional deverá promover a aplicação do princípio geral estabelecido pelo artigo 8º, letra (j), "...com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas; e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas".

Claramente, a Convenção da Biodiversidade reconhece que o

conhecimento, inovações e práticas dessas comunidades são relevantes para o manejo sustentável da biodiversidade do planeta. Além disso, a Convenção constata que o conhecimento e as práticas tradicionais das comunidades locais e indígenas possuem um valor comercial. Por último, a Convenção determina um vínculo entre desenvolvimento sustentável, valor comercial e o conceito tradicional de propriedade intelectual. Os últimos dois pontos devem ser considerados com mais atenção.

Inicialmente, é importante notar que a Convenção identifica valor econômico, já que a mesma aceita que benefícios surgirão do uso desses conhecimentos e práticas, e que esses benefícios deverão ser compartilhados. Ainda, quando a Convenção determina que as comunidades locais e indígenas são as detentoras desses conhecimentos, inovações e práticas, ela vincula esse conceito com o vocabulário tipicamente utilizado para definir o proprietário de um direito sobre a propriedade intelectual.

Poderíamos analisar o princípio geral sob diversas perspectivas. O mandamento estabelecido pelo texto da Convenção sobre a Diversidade Biológica poderia ser analisado levando em consideração diversos campos do Direito. Nessa análise poderiam ser incluídas, ainda, as normas internacionais, regionais e nacionais. Optamos por abordar somente os aspectos legislativos brasileiros.

Inicialmente, é necessário dizer que a Constituição Federal de 1988 estabelece particulares direitos para as comunidades indígenas. O artigo 231, *caput*, afirma que "são reconhecidos aos meios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam...". Mais adiante, o parágrafo 2º, do artigo 231, determina que "as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nas existentes". Uma interpretação mais acurada do dispositivo constitucional poderá compreender que o legislador



**CUSTÓDIO DE ALMEIDA E CIA.**

AGENTE DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Rio de Janeiro - RJ - Rua Álvaro Alvim, 21 - 19º/20º - C. Postal 3386 - CEP 20031-010  
Tel. (021) 240-2341 - Telex (021) 33557 - AGTX - BR - Fax (0055-21) 240-2491

Porto Alegre - RS - Av. Borges de Medeiros, 464 - 3º - C. Postal 2024 - CEP 90020-022  
Tel. (0512) 28-2292/24-0124 - Telex (051) 2267 - CPPE - BR - Fax (055-512) 24-0124

## CIÊNCIA, DIREITOS INTELECTUAIS E BIODIVERSIDADE

constituinte determinou uma série de direitos sobre o uso das terras tradicionalmente ocupadas pelas comunidades indígenas, incluindo os seus direitos imateriais e suas práticas tradicionais. Além disso, o atual debate que se trava no Congresso Nacional é demasiado relevante para a presente análise. O Projeto de Lei nº 2.057/91, que dispõe sobre o Estatuto das Sociedades Indígenas, sugere uma série de regras destinadas à proteção da propriedade intelectual dos povos indígenas. Em particular os dispositivos constantes nos capítulos 3, 4 e 5.

O capítulo 3 propõe regras para a proteção da propriedade industrial das sociedades indígenas. O artigo 12 assegura "...às comunidades, sociedades e organizações indígenas o direito de obter patente de invenção, modelo de utilidade, modelo industrial ou desenho industrial direta ou indiretamente resultantes dos conhecimentos ou modelos indígenas que detém". Adiante, o artigo 13 determina que quando o conhecimento de uma comunidade indígena tiver contribuído para o desenvolvimento de uma invenção, modelo de utilidade, modelo industrial ou desenho industrial, tal comunidade será considerada co-titular dos direitos sobre a patente, independentemente de formulação do pedido.

Mais adiante, no capítulo 4, o legislador propõe um relevante mecanismo de proteção aos direitos imateriais das populações indígenas. Diante da controvérsia existente sobre a inclusão dos direitos intelectuais indígenas no conceito tradicional de propriedade intelectual, o legislador pátrio sugere que toda produção intelectual, não patenteável, das comunidades tradicionais será objeto de proteção legal (artigo 17, caput). Adiante o parágrafo único do artigo 17 define produção intelectual, para fins de proteção legal, como "...todo e qualquer conhecimento útil ou apropriável, em especial os fármacos e as essências naturais conhecidos dos índios, objetivando a pesquisa, a efetiva aplicação e uso industrial ou comercial". Note-se que o atual estágio desse debate legislativo procura estabelecer um amplo e relevante conceito para fins

de proteção legal que, certamente, será objeto de reflexões mais profundas no âmbito doutrinário e jurisdicional brasileiro.

Finalmente, no capítulo 5, o artigo 19 determina que "as comunidades indígenas são titulares do direito de autor sobre as obras intelectuais e criações do espírito coletivamente produzidas, especialmente suas músicas, contos e lendas".

O Projeto de Lei em questão representa notável avanço na discussão legislativa do tema: iniciativas dessa importância mostram-se extremamente necessárias para a evolução dos conceitos legais tradicionalmente estabelecidos pela civilização ocidental.

Esta breve análise, que ora estamos a concluir, não exaure a discussão de tão complexo e fascinante tema. A biodiversidade, os recursos biológicos e as tecnologias do futuro são pontos estratégicos, determinantes do debate sobre a proteção ao meio ambiente. É necessário que o Poder Público, com o auxílio e a efetiva participação da sociedade civil organizada e das comunidades tradicionais, crie condições e determine limites para o acesso e a exploração dos recursos existentes em nossas florestas, rios e mares.

Urge, pois, uma precisa conceituação de nossas necessidades para que o projeto nacional de desenvolvimento científico, tecnológico e econômico seja concebido como um todo. Para isso, duas medidas mostram-se sobremaneira relevantes e devem ser consideradas nun primeiro momento:

- o estabelecimento de um ordenamento jurídico claro, preciso e uniforme, que determine as prioridades, o controle e o limite do acesso às nossas riquezas naturais; e
- a elaboração e a implementação de uma política de ciência e tecnologia que leve em consideração o uso sustentável dos recursos biológicos presentes no território brasileiro. E que essa política de ciência e tecnologia seja vinculada a uma política de proteção e desenvolvimento auto-sustentável do meio ambiente brasileiro, tendo em vista as questões relacionadas com o acesso aos recursos genéticos, a transferência de tecnologia e a proteção à propriedade intelectual.

## PRESTIGIE O AGENTE DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Profissão regulamentada pelo Decreto-Lei nº 8.933  
de 26 de Janeiro de 1946

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras. e Srs. Senadores, que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

## ORDEM DO DIA

- 1 -

### SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 1997 (Votação nominal)

Terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 1997, do Senador Antonio Carlos Valadares e outros, que dispõe sobre a destinação de recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para a implementação, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde, e dá outras providências, tendo

Parecer nº 655, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romeu Tuma, oferecendo a redação para o segundo turno.

(A matéria constou da ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 5 de maio último, quando teve sua discussão adiada para hoje).

- 2 -

### REQUERIMENTO Nº 257, DE 1999

Votação, em turno único, do Requerimento nº 257, de 1999, do Senador Antero Paes de Barros, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 87 e 239, de 1999, por versarem sobre a aplicação de recursos oriundos de privatizações.

- 3 -

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 144, DE 1998

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 144, de 1998 (nº 692/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Integração Educacional para Prosseguimento de Estudos de Pós-Graduação nas Universidades dos Países Membros do Mercosul, concluído em Fortaleza, em 16 de dezembro de 1996, tendo

Parecer favorável, sob nº 220, de 1999, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Artur da Távola.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 28 minutos.)

(OS 14034/99)

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR.  
SENADOR ROBERTO SATURNINO, NA  
SESSÃO DO DIA 18-5-99, PUBLICADO NO  
DSF DE 19-5-99, À PÁGINA 11999, QUE  
SE REPUBLICA PARA INCLUSÃO DO DO-  
CUMENTO "CARTA DO RIO DE JANEIRO",  
POR SOLICITAÇÃO DO ORADOR:**

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PSB – RJ). Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, quero, hoje, fazer um registro, ao mesmo tempo em que expresso a minha manifestação de regozijo e de louvor em relação a um jornal sediado no Rio de Janeiro, mas de circulação nacional, que é a **Folha Dirigida**. Esse jornal cresceu e ganhou enorme credibilidade por prestar um serviço essencial à população brasileira, informando detalhadamente e muito bem a respeito dos concursos de várias natureza abertos em todo o País.

Esse jornal, há muito tempo, vem tendo como comportamento absolutamente constante a defesa da melhoria dos serviços de educação no País. O jornal erigiu efetivamente a educação em prioridade número um das suas publicações. Assim é que não há número da **Folha Dirigida** que não traga algo em torno do debate sobre educação, de propostas de melhoria da educação, enfim, de discussão deste tema que deveria, assim como é da **Folha Dirigida**, ser prioridade em todos os foros da Nação brasileira.

Faço ainda um registro muito especial e manifesto aqui o meu louvor de forma específica em relação a uma iniciativa tomada pela **Folha Dirigida**, no mês passado, de promover um seminário, em colaboração juntamente com a Academia Brasileira de Letras, sobre a Língua Portuguesa, os seus desafios e soluções. A sua duração foi de dois dias, inteiros, e contou com a participação de pessoas da mais alta colocação em termos de conhecimentos da Língua Portuguesa.

gua Portuguesa. Ele foi coordenado e intermediado pelos Acadêmicos Arnaldo Niskier e Tarcísio Padilha, e contou com a participação direta de Professores do porte de Antônio Chediák, Antônio Olinto, Zuenir Ventura, Eduardo Portella, Silene Cunha, Domício Proença, Evanildo Bechara, e cerca de mais de 450 participantes, a maioria professores da Língua Portuguesa, que garantiram, em quase dez horas, discussões as mais instigantes e promissoras a respeito da nossa Língua.

Srs e Srs. Senadores, este procedimento não é usual, é incomum, e altamente louvável sob todos os pontos de vista, seja sob o prisma da questão educacional que – como disse – é uma prioridade da **Folha Dirigida** – e deveria ser uma prioridade de nossa parte – como também pela dedicação, pelo enfoque que se dá dentro do prisma mais amplo da educação, com respeito à Língua Portuguesa, a língua que falamos e escrevemos.

Creio que todo o conteúdo do seminário foi publicado em um caderno, que foi editado, e, juntamente com o número 707, encartado no número 707 no debate, com o que se conseguiu uma divulgação em todo o País do mesmo porte da sua enorme tiragem, da sua enorme vendagem.

Sr. Presidente, acredito que esta matéria merece uma consideração especial por parte do Senado e um voto de louvor de S. Ex<sup>as</sup>s. Por isso não poderia deixar passar, em branco esse evento tão importante, sem que eu fizesse, aqui, o seu registro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr<sup>a</sup> Presidente.

#### Carta do Rio de Janeiro:

Os abaixo-assinados, participantes do seminário "Língua Portuguesa em questão: desafios e soluções", promovido pela Academia Brasileira de Letras e pelo jornal **Folha Dirigida**, tendo em vista a urgente necessidade de medidas objetivas que revitalizem o ensino em geral e, nesse contexto, a Língua Portuguesa, vêm, respeitosamente, à presença de V. Exa., para:

I – em sintonia com o sentimento generalizado da comunidade que clama pela melhoria na qualidade do ensino;

II – diante da grave situação em que se encontra a educação brasileira, cujas distorções têm sido objeto de rotineiras reflexões de inúmeras lideranças do setor;

III – considerando a realidade da grande maioria do magistério brasileiro, pilar básico de qualquer projeto educacional;

IV – assistindo à formação precária que tem sido dada a uma grande parcela das nossas crianças e jovens;

V – acreditando que a educação é o instrumento mais eficaz para inverter o trágico panorama das desigualdades sociais do País;

VI – conscientes de que uma educação de boa qualidade pode dar uma grande contribuição para solucionar o drama do desemprego que aflige grande parcela da juventude que se vê sem perspectivas para o futuro;

VII – confiantes de que, num regime democrático, a mobilização de esforços é responsabilidade de todos com objetivo de criar um ambiente positivo de pressão para a busca de soluções efetivas dos problemas;

Diante do exposto, vêm, respeitosamente, solicitar a atuação de V. Exa., na esfera que lhe for possível e usando os instrumentos que estiverem ao seu alcance, para a busca de medidas objetivas, e emergenciais, voltadas para a canalização de maiores recursos para a área educacional, e para uma imediata valorização e dignificação do professor em todos os níveis. Certamente, isso terá reflexos imediatos na revitalização do ensino, na preservação e enriquecimento da Língua Portuguesa no resgate do trabalho estratégico dos professores como agentes de transformação social e na abertura de novas perspectivas para o futuro das nossas crianças e adolescentes, a riqueza maior do País.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 1999.

*Arnaldo Niskier* (Presidente da Academia Brasileira de Letras)  
*Tarcísio Padilha* (Presidente da Folha Dirigida)  
*Eduardo Portella* (Diretor dos Bairros da SBL)  
*Evanildo Bechara* (VERB)  
*Leônidas Góes* (Presidente da Academia Brasileira de Filatelia)  
*Antônio Chediák* (SBB 1995/1996)  
*Domício Proença* (UFSC)  
*Flávio (JFR 3178065) - Folha Dirigida*

**ATA DA 63ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 26  
DE MAIO DE 1999**

(Publicada no Diário do Senado Federal de 27 de maio de 1999)

**RETIFICAÇÃO**

Trecho de Ata, à página nº 13094, 2ª coluna, na relação dos subscritores da **Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 1999**, que acrescenta dispositivo ao art. 52 da Constituição Federal, para conferir ao Senado Federal a faculdade de retirar, a qualquer tempo, a aprovação antes concedida à escolha de autoridades, que se republica por haver saído com incorreções:

.....

**Senadores: Geraldo Melo (1º Signatário) - Pedro Simon - Luiz Otávio - Carlos Patrocínio - Lauro Campos - Tião Viana - Bernardo Cabral - Bello Parga - Álvaro Dias - Gilberto Mestrinho - Heloísa Helena - Luiz Estevão - Moreira Mendes - José Jorge - Antero Paes de Barros - Maguito Vilela - Edison Lobão - Eduardo Siqueira Campos - Romero Jucá - Sergio Machado - Geraldo Althoff - Gerson Camata - Sebastião Rocha - Juvêncio da Fonseca - Osmar Dias - José Roberto Arruda - Djalma Bessa - Maria do Carmo Alves - Pedro Piva - Romeu Tuma - Ademir Andrade - Eduardo Suplicy - Casildo Maldaner - José Eduardo Dutra - Roberto Requião - José Agripino - Freitas Neto - Hugo Napoleão - Carlos Bezerra - Roberto Freire - José Alencar - Jefferson Péres - Jader Barbalho (Apoio) - Lúcio Alcântara - Nabor Júnior - Luiz Pontes.**

.....

**AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**

**01/06/99  
Terça-feira**

- 
- 15:15 - Senhor António de Almeida Santos, Presidente da Assembléia da República de Portugal**
- 15:30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal**

## ATOS DO DIRETOR-GERAL

### ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.597, DE 1999

PUBLICADO  
Em 01/06/99  
Dir. do SEAPES

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 3º, inciso IX, do Ato da Comissão Diretora nº. 12, de 1995, e tendo em vista o disposto no art. 36, inciso I, da Lei nº. 8.112, de 1990, com a redação dada pela Lei nº. 9.527, de 1997, e no art. 3º, do Ato nº. 60, de 1999, do Presidente do Senado Federal,

RESOLVE remover, *ex-officio*, a servidora ANDRÉA MARIA TEIXEIRA DA SILVA VARGAS, matrícula 4551, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo - Especialidade de Processo Legislativo, da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro para a sede do Senado Federal em Brasília.

Senado Federal, 1º de junho de 1999.

  
AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

REUBLOQUEADO  
Em 01/06/99  
Por los S-APCs

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
Nº 1.598, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 3º., inciso IX, do Ato da Comissão Diretora nº. 12, de 1995, e tendo em vista o disposto no art. 36, inciso I, da Lei nº. 8.112, de 1990, com a redação dada pela Lei nº. 9.527, de 1997, e no art. 3º., do Ato nº. 60, de 1999, do Presidente do Senado Federal,

RESOLVE remover, *ex-officio*, o servidor CARLOS MACIEL, matrícula 3480, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro para a sede do Senado Federal em Brasília.

Senado Federal, 1º de junho de 1999.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

REUBLOQUEADO  
Em 01/06/99  
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
Nº 1.599, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 3º., inciso IX, do Ato da Comissão Diretora nº. 12, de 1995, e tendo em vista o disposto no art. 36, inciso I, da Lei nº. 8.112, de 1990, com a redação dada pela Lei nº. 9.527, de 1997, e no art. 3º., do Ato nº. 60, de 1999, do Presidente do Senado Federal,

RESOLVE remover, *ex-officio*, o servidor CÉSAR AUGUSTO N. L. DE BARROS, matrícula 1801, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo - Especialidade de Processo Legislativo, da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro para a sede do Senado Federal em Brasília, com efeitos a partir de 13.04.99.

Senado Federal, 1º de junho de 1999.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

REUBLOQUEADO  
Em 01/06/99  
Sist. dos S.A.P.C.S

## ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.600, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 3º, inciso IX, do Ato da Comissão Diretora nº. 12, de 1995, e tendo em vista o disposto no art. 36, inciso I, da Lei nº. 8.112, de 1990, com a redação dada pela Lei nº. 9.527, de 1997, e no art. 3º., do Ato nº. 60, de 1999, do Presidente do Senado Federal,

RESOLVE remover, *ex-officio*, o servidor DANILO MARTINS, matrícula 1740, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área de Polícia, Segurança e Transporte - Especialidade de Transporte, da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro para a sede do Senado Federal em Brasília.

Senado Federal, 1º de junho de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

REUBLOQUEADO  
Em 21/06/99  
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 1.601, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 3º, inciso IX, do Ato da Comissão Diretora nº. 12, de 1995, e tendo em vista o disposto no art. 36, inciso I, da Lei nº. 8.112, de 1990, com a redação dada pela Lei nº. 9.527, de 1997, e no art. 3º, do Ato nº. 60, de 1999, do Presidente do Senado Federal,

RESOLVE remover, *ex-officio*, o servidor DOUGLAS GOMES DE MELO, matrícula 3132, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área de Polícia, Segurança e Transporte - Especialidade de Transporte, da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro para a sede do Senado Federal em Brasília.

Senado Federal, 1º de junho de 1999.

  
AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

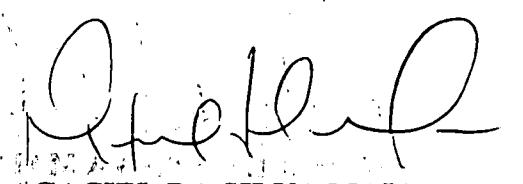
REUBLOQUEADO  
Em 01/06/99  
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
Nº 1.602, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 3º, inciso IX, do Ato da Comissão Diretora nº. 12, de 1995, e tendo em vista o disposto no art. 36, inciso I, da Lei nº. 8.112, de 1990, com a redação dada pela Lei nº. 9.527, de 1997, e no art. 3º, do Ato nº. 60, de 1999, do Presidente do Senado Federal,

RESOLVE remover, *ex-officio*, a servidora ELENIR PEREIRA DE MORAES, matrícula 3775, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo - Especialidade de Processo Legislativo, da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro para a sede do Senado Federal em Brasília.

Senado Federal, 1º de junho de 1999.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

REUBLAQUEADO  
Em 01/06/99  
Dir. das SCAES

## ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.603, DE 1999

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 3º., inciso IX, do Ato da Comissão Diretora nº. 12, de 1995, e tendo em vista o disposto no art. 36, inciso I, da Lei nº. 8.112, de 1990, com a redação dada pela Lei nº. 9.527, de 1997, e no art. 3º., do Ato nº. 60, de 1999, do Presidente do Senado Federal,

RESOLVE remover, *ex-officio*, a servidora ELOISA AMARAL V. MONTEIRO, matrícula 3773, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo - Especialidade de Processo Legislativo, da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro para a sede do Senado Federal em Brasília.

Senado Federal, 1º de junho de 1999.

  
AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

M U B L O U E S  
Em 01/06/99  
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 1.604, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 3º., inciso IX, do Ato da Comissão Diretora nº. 12, de 1995, e tendo em vista o disposto no art. 36, inciso I, da Lei nº. 8.112, de 1990, com a redação dada pela Lei nº. 9.527, de 1997, e no art. 3º., do Ato nº. 60, de 1999, do Presidente do Senado Federal,

RESOLVE remover, *ex-officio*, o servidor EVANDRO LOUREDO ARAÚJO, matrícula 3100, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo - Especialidade de Processo Legislativo, da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro para a sede do Senado Federal em Brasília.

Senado Federal, 1º de junho de 1999.

  
AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

M U B L O Q U E S  
Em 01/06/99  
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
Nº 1.605, DE 1999**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 3º, inciso IX, do Ato da Comissão Diretora nº. 12, de 1995, e tendo em vista o disposto no art. 36, inciso I, da Lei nº. 8.112, de 1990, com a redação dada pela Lei nº. 9.527, de 1997, e no art. 3º., do Ato nº. 60, de 1999, do Presidente do Senado Federal,

RESOLVE remover, *ex-officio*, a servidora FÁTIMA DA CONCEIÇÃO MARTINS, matrícula 4008, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro para a sede do Senado Federal em Brasília.

Senado Federal, 1º de junho de 1999.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

REUBLOQUEADO  
Em 01/06/99  
DIRETOR-GERAL  
DIRETOR-GERAL

## ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.606, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 3º, inciso IX, do Ato da Comissão Diretora nº. 12, de 1995, e tendo em vista o disposto no art. 36, inciso I, da Lei nº. 8.112, de 1990, com a redação dada pela Lei nº. 9.527, de 1997, e no art. 3º., do Ato nº. 60, de 1999, do Presidente do Senado Federal,

RESOLVE remover, *ex-officio*, o servidor FÉLIX DOS SANTOS FILHO, matrícula 0771, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área de Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico - Especialidade de Artesanato, da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro para a sede do Senado Federal em Brasília.

Senado Federal, 1º de junho de 1999.

  
AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

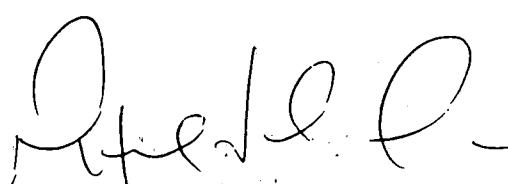
REUBLOQUEADO  
Em 01/06/99  
Assinatura do SAE/PES

## ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.607, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 3º, inciso IX, do Ato da Comissão Diretora nº. 12, de 1995, e tendo em vista o disposto no art. 36, inciso I, da Lei nº. 8.112, de 1990, com a redação dada pela Lei nº. 9.527, de 1997, e no art. 3º., do Ato nº. 60, de 1999, do Presidente do Senado Federal,

RESOLVE remover, *ex-officio*, o servidor FERNANDO ANTONIO ANTUNES REIS, matrícula 4306, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo - Especialidade de Processo Legislativo, da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro para a sede do Senado Federal em Brasília.

Senado Federal, 1º de junho de 1999.

  
AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

M U B E Q U E S S  
Em 21/06/99  
DIRETOR-GERAL  
DIRETOR-GERAL

## ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.608, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 3º, inciso IX, do Ato da Comissão Diretora nº. 12, de 1995, e tendo em vista o disposto no art. 36, inciso I, da Lei nº. 8.112, de 1990, com a redação dada pela Lei nº. 9.527, de 1997, e no art. 3º., do Ato nº. 60, de 1999, do Presidente do Senado Federal,

RESOLVE remover, *ex-officio*, o servidor FRANCISCO MÁRIO RIBEIRO BARROS, matrícula 4247, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo - Especialidade de Processo Legislativo, da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro para a sede do Senado Federal em Brasília.

Senado Federal, 1º de junho de 1999.

  
AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

PUBLICADO  
Em 01/06/99  
DIRETOR-GERAL

## ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.609, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997; e tendo em vista o constante no Processo nº 009229/99-0,

RESOLVE dispensar o servidor GILBERTO HENRIQUE CUNHA DIAS, matrícula 3045, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete do Senador José Alencar, com efeitos financeiros a partir de 27 de maio de 1999.

Senado Federal, 1º de junho de 1999.

  
AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

RECEBIDO  
Em 01/06/99  
Assinado por SCAFFES

## ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.610, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 3º, inciso IX, do Ato da Comissão Diretora nº. 12, de 1995, e tendo em vista o disposto no art. 36, inciso I, da Lei nº. 8.112, de 1990, com a redação dada pela Lei nº. 9.527, de 1997, e no art. 3º, do Ato nº. 60, de 1999, do Presidente do Senado Federal,

RESOLVE remover, *ex-officio*, a servidora IDALINA MARIA OLIVEIRA DE ANDRADE, matrícula 4574, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo - Especialidade de Processo Legislativo, da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro para a sede do Senado Federal em Brasília.

Senado Federal, 1º de junho de 1999.

  
AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

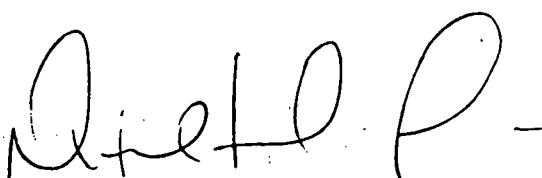
M U B L O Q U E S S  
Em 01/06/99  
Assinado por SEAPES

## ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.611, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 3º, inciso IX, do Ato da Comissão Diretora nº. 12, de 1995, e tendo em vista o disposto no art. 36, inciso I, da Lei nº. 8.112, de 1990, com a redação dada pela Lei nº. 9.527, de 1997, e no art. 3º, do Ato nº. 60, de 1999, do Presidente do Senado Federal,

RESOLVE remover, *ex-officio*, a servidora JANE MARIA BARBASTEFANO RANGEL, matrícula 1027, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo - Especialidade de Processo Legislativo, da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro para a sede do Senado Federal em Brasília.

Senado Federal, 1º de junho de 1999.

  
AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

MUNICÍPIO DE  
Em 01/06/99  
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 1.612, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 3º, inciso IX, do Ato da Comissão Diretora nº. 12, de 1995, e tendo em vista o disposto no art. 36, inciso I, da Lei nº. 8.112, de 1990, com a redação dada pela Lei nº. 9.527, de 1997, e no art. 3º, do Ato nº. 60, de 1999, do Presidente do Senado Federal,

RESOLVE remover, *ex-officio*, o servidor JOÃO CARLOS GOMES, matrícula 0520, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo - Especialidade de Processo Legislativo, da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro para a sede do Senado Federal em Brasília.

Senado Federal, 1º de junho de 1999.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

REUBLOQUEADO  
Em 01/06/99  
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
Nº 1.613, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 3º, inciso IX, do Ato da Comissão Diretora nº. 12, de 1995, e tendo em vista o disposto no art. 36, inciso I, da Lei nº. 8.112, de 1990, com a redação dada pela Lei nº. 9.527, de 1997, e no art. 3º, do Ato nº. 60, de 1999, do Presidente do Senado Federal,

RESOLVE remover, *ex-officio*, o servidor JOSÉ LUIZ LOPES, matrícula 0860, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área de Polícia, Segurança e Transporte - Especialidade de Transporte, da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro para a sede do Senado Federal em Brasília.

Senado Federal, 1º de junho de 1999.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

REPUBLICA  
Em 01/06/99  
Diretor das SCAPIES

## ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.614, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 3º., inciso IX, do Ato da Comissão Diretora nº. 12, de 1995, e tendo em vista o disposto no art. 36, inciso I, da Lei nº. 8.112, de 1990, com a redação dada pela Lei nº. 9.527, de 1997, e no art. 3º., do Ato nº. 60, de 1999, do Presidente do Senado Federal,

RESOLVE remover, *ex-officio*, o servidor LUÍS DO NASCIMENTO FILHO, matrícula 4577, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo - Especialidade de Processo Legislativo, da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro para a sede do Senado Federal em Brasília.

Senado Federal, 1º de junho de 1999.

  
AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

REUBLOQUEADO  
Em 01/06/99  
Domingos SCAPIES

## ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.615, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 3º., inciso IX, do Ato da Comissão Diretora nº. 12, de 1995, e tendo em vista o disposto no art. 36, inciso I, da Lei nº. 8.112, de 1990, com a redação dada pela Lei nº. 9.527, de 1997, e no art. 3º., do Ato nº. 60, de 1999, do Presidente do Senado Federal,

RESOLVE remover, *ex-officio*, a servidora MARIA LÚCIA BARREIRA MILET G. BERALDO, matrícula 4248, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo - Especialidade de Processo Legislativo, da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro para a sede do Senado Federal em Brasília.

Senado Federal, 1º de junho de 1999.

  
AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

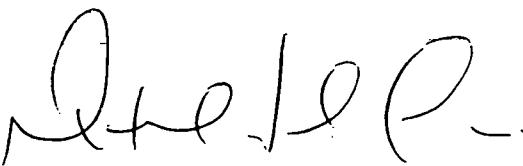
REUBLO  
Em 01/06/99  
Assinado por S. APES

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 1.616, DE 1999**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 3º, inciso IX, do Ato da Comissão Diretora nº. 12, de 1995, e tendo em vista o disposto no art. 36, inciso I, da Lei nº. 8.112, de 1990, com a redação dada pela Lei nº. 9.527, de 1997, e no art. 3º, do Ato nº. 60, de 1999, do Presidente do Senado Federal,

RESOLVE remover, *ex-officio*, a servidora MARTA MARIA FERREIRA RODRIGUES, matrícula 3568, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro para a sede do Senado Federal em Brasília.

Senado Federal, 1º de junho de 1999.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

REUBLCIQUE SE  
Em 01/06/99  
Dir. da S=APcS

## ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.617, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 3º, inciso IX, do Ato da Comissão Diretora nº. 12, de 1995, e tendo em vista o disposto no art. 36, inciso I, da Lei nº. 8.112, de 1990, com a redação dada pela Lei nº. 9.527, de 1997, e no art. 3º., do Ato nº. 60, de 1999, do Presidente do Senado Federal,

RESOLVE remover, *ex-officio*, a servidora NEUZA DA SILVA ROSA, matrícula 4295, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro para a sede do Senado Federal em Brasília.

Senado Federal, 1º de junho de 1999.

  
AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

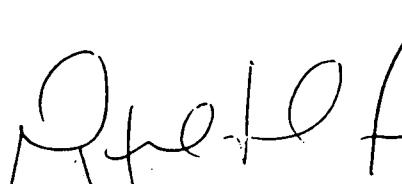
M U B L O U E . . .  
Em 01/06/99  
DIRETOR-GERAL  
DIRETOR DE SCAPIES

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
Nº 1.618, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 3º, inciso IX, do Ato da Comissão Diretora nº. 12, de 1995, e tendo em vista o disposto no art. 36, inciso I, da Lei nº. 8.112, de 1990, com a redação dada pela Lei nº. 9.527, de 1997, e no art. 3º, do Ato nº. 60, de 1999, do Presidente do Senado Federal,

RESOLVE remover, *ex-officio*, a servidora PILAR MONTES REIS, matrícula 4455, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo - Especialidade de Processo Legislativo, da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro para a sede do Senado Federal em Brasília.

Senado Federal, 1º de junho de 1999.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

REUBLOQUEADO  
Em 01/06/99  
DIRETOR-GERAL

## ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.619, DE 1999

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 3º, inciso IX, do Ato da Comissão Diretora nº. 12, de 1995, e tendo em vista o disposto no art. 36, inciso I, da Lei nº. 8.112, de 1990, com a redação dada pela Lei nº. 9.527, de 1997, e no art. 3º., do Ato nº. 60, de 1999, do Presidente do Senado Federal,

RESOLVE remover, *ex-officio*, a servidora RITA DE CÁSSIA SANTOS, matrícula 4281, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo - Especialidade de Processo Legislativo, da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro para a sede do Senado Federal em Brasília.

Senado Federal, 1º de junho de 1999.

  
AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

REUBLOQUEADO  
Em 01/06/99  
Circula SAEFS

## ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.620, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 3º, inciso IX, do Ato da Comissão Diretora nº. 12, de 1995, e tendo em vista o disposto no art. 36, inciso I, da Lei nº. 8.112, de 1990, com a redação dada pela Lei nº. 9.527, de 1997, e no art. 3º, do Ato nº. 60, de 1999, do Presidente do Senado Federal,

RESOLVE remover, *ex-officio*, a servidora TERESA MOTTA IGREJAS LOPES, matrícula 4085, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo - Especialidade de Processo Legislativo, da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro para a sede do Senado Federal em Brasília.

Senado Federal, 1º de junho de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
Nº 1.621, DE 1999**

P U B L I Q U E . . .  
Em 01/06/99  
DIRETOR-GERAL

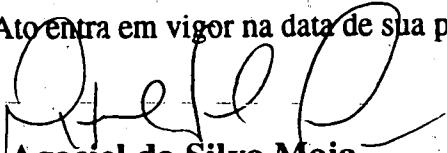
**Altera o Quadro de Detalhamento da Despesa fixada no Orçamento do Senado Federal, para o exercício de 1999.**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e com base no disposto no artigo 2º, do Ato nº 50, do PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, de 07 de outubro de 1996,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Promover, na forma dos Anexos I e II a este Ato, modificação da Modalidade de Aplicação da dotação orçamentária do Senado Federal, aprovada na Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

  
**Agaciel da Silva Maia**  
**DIRETOR-GERAL**

**JUSTIFICATIVA**

O remanejamento de crédito da Modalidade de Aplicação 90 - Aplicações Diretas para 72 - Transferências a Organismos Internacionais, tem como finalidade alocar dotação orçamentária que possibilite a sua aplicação no âmbito da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, Órgão Representativo dos Parlamentos dos Estados Partes do Mercosul.

## ANEXO I

02.000 - SENADO FEDERAL

02.101 - SENADO FEDERAL - SECRETARIA

EM R\$ 1,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CANCELAMENTO ALTERAÇÃO DA MODALIDADE DE APLICAÇÃO RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL ESPECIFICAÇÃO					
	NATUREZA	ID. USO	FONTE	DETALHADO	TOTAL
01.007.0021.4900.0001 - Coordenação e Manutenção Geral	3.4.90.00	0	199	15.000	15.000
01.007.0021.4900.0001 - Manutenção dos Serviços de Administração Geral	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			INVESTIMENTOS	TOTAL
15.000	0	16.000		0	15.000

## ANEXO II

02.000 - SENADO FEDERAL

02.101 - SENADO FEDERAL - SECRETARIA

EM R\$ 1,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CANCELAMENTO ALTERAÇÃO DA MODALIDADE DE APLICAÇÃO RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL ESPECIFICAÇÃO					
	NATUREZA	ID. USO	FONTE	DETALHADO	TOTAL
01.007.0021.4900.0001 - Coordenação e Manutenção Geral	3.4.72.00	0	199	15.000	15.000
01.007.0021.4900.0001 - Manutenção dos Serviços de Administração Geral	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			INVESTIMENTOS	TOTAL
15.000	0	15.000		0	15.000

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
Nº 1.622, DE 1999**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no ato de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE:

Art. 1º - Excluir da Comissão do Tour dos Finais de Semana, instituída pelo Ato do Diretor-Geral nº 495, de 1999, e reconduzida pelo Ato de Diretor-Geral nº 1390, de 1999, o servidor Itamar da Silva Melchior Júnior, matrícula 5206.

Art. 2º - Incluir na mesma Comissão o servidor João Luiz Paulúcio, matrícula 5063.

Art. 3º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de maio de 1999.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 1º de junho de 1999.



Agaciel da Silva Maia  
Diretor-Geral

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
( Eleito em 19-4-95)

**Presidente : Casildo Maldaner - PMDB - SC**

**Vice-Presidente: (Vago)**  
**(Eleitos em 28-2-96)**

**Titulares**

**Suplentes**

**PFL**

1. (Vago)
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas (1)
4. (Vago)

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. (Vago)
4. (Vago)

**PMDB**

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. (Vago)
2. Gerson Camata
3. (Vago)
4. (Vago)

**PSDB**

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. (Vago)

**PPB (Ex- PPR + Ex-PP)**

1. (Vago)
2. Osmar Dias

1. (Vago)

**PTB**

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto

**PP**

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

**PT**

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

**PDT**

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

**Membro Nato**  
**Romeu Tuma (Corregedor)**

(1) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social

**SECRETARIA - GERAL DA MESA  
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

**Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ**

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E  
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

**Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO**

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

**Secretários:** MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)  
CRISTINA JUDITE VICINO (Ramal 4251)  
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)  
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

**Chefe: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA**

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

**Secretários:** WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)  
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)  
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)  
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)  
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4526)

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES**

**Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO**

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

**Secretários:** CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)  
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)

CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)  
- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)

CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)

CAS - JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)  
- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)

CCJ - VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)  
- VALDELICE DE ALMEIDA PEREIRA (Ramal 3972)

CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)  
- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)  
- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)

**COMISSÕES PERMANENTES**  
**(Arts. 72 e 77 RISF)**

**1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE**

Presidente: FERNANDO BEZERRA

Vice-Presidente: BELLO PARGA

(27 titulares e 27 suplentes)

**PMDB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
FERNANDO BEZERRA	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2081/2097
RAMEZ TEbet	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3184/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074

**PFL**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4208	1. JOSÉ AGRIPIINO	RN	2381/2387
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2272	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

**PSDB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSE ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. CARLOS WILSON	PE	2451/2457
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
PAULO HARTUNG	ES	1129/7020	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137

**BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSE EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2181/2184
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199

**PPB**

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO	PA	3050/4393	1. ERNANDES AMORIM	RO	2255/2257

(1) Licenças, a partir de 3/5/99, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas

Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55

Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

**Presidente: OSMAR DIAS**  
**Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA**  
 (29 titulares e 29 suplentes)

### PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	1. DJALMA FALCAO	AL	2261/2267
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	2. JOSÉ SARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VAGO		

### PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2277	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
JUVÉNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5. JOSÉ AGRIPIINO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	7. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

### PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TAVOLA	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
PAULO HARTUNG	ES	1129/7020	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

### BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CANDIDO - PT	RJ	2171/2172	1. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	3. ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

### PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNANDES AMORIM	RO	2251/2257

(1) Licenças, a partir de 3/5/99, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (\*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(\*) Horário de acordo com deliberado do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários  
 Horário reg. mensal: Quartas-feira às 14:00 horas

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jrac@senado.gov.br

**2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**  
**SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE**  
**EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS**

**PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO**  
**VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES**  
**RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA**

**PMDB**  
MARLUCE PINTO RR-1301/4062  
LUIZ ESTEVÃO DF-4064/65

**PFL**  
GERALDO ALTHOFF SC-2041/47  
MARIA DO CARMO ALVES SE-4055/57

**PSDB**  
OSMAR DIAS PR-2121/25

**BLOCO DE ESQUERDA (PT-PDT-PSB-PPS)**  
HELOÍSA HELENA (PT) AL-3197/99  
TIÃO VIANA (PT) AC-3038/3493  
EMÍLIA FERNANDES (PDT) RS-2331/37

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ  
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608  
FAX: 311-3652  
E-MAIL: [jrac@senado.gov.br](mailto:jrac@senado.gov.br)  
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**  
**Presidente: JOSÉ AGRIPINO**  
**Vice-Presidente: RAMEZ TEBET**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**PMDB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
DJALMA FALCÃO	AL	2261/2267	2. FERNANDO BEZERRA	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

**PFL**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÉNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

**PSDB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALVARO DIAS	PR	3206/3207	1. ARTUR DA TAVOLA	RJ	2431/2437
CARLOS WILSON	PE	2451/2457	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095

**BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3217

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (\*)

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Secretaria: Vera Lúcia Lacerda Nunes

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

Fax: 311-4315 - E-mail: veranunes@senado.gov.br

(\*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários  
 Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas.

#### 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO

Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO

( 27 titulares e 27 suplentes)

#### PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
FERNANDO BEZERRA	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. DJALMA FALCÃO	AL	2261/2267
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			8. VAGO		
VAGO			9. VAGO		

#### PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

#### PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	3. PAULO HARTUNG	ES	1129/7020
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

#### BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CANDIDO - PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES – PSB	SE	2201/2207
EMILIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

#### PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO	PA	3050/4393	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) Licenças, a partir de 3/5/99, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (\*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

(\*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comitês e Líderes Partidários.

Horário regular: Quintas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

**5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**  
**Presidente: JOSÉ SARNEY**  
**Vice-Presidente: CARLOS WILSON**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**PMDB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. FERNANDO BEZERRA	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

**PFL**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEAO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPIINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

**PSDB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TAVOLA	RJ	2431/2437	1. LUCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
CARLOS WILSON	PE	2451/2457	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

**BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIAO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	3. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (\*)

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Fax: 311-3546

(\*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas.

## 6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: VAGO

(23 titulares e 23 suplentes)

### PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VAGO			6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

### PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSE AGRIPINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÉNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

### PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSE ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ALVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096	5. PAULO HARTUNG	ES	1129/7020

### BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPILCY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230

(1) Licenças, a partir de 3/5/99, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (\*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(\*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Lideranças Partidárias.  
Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

## 7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

**Presidente: ROMERO JUCÁ**  
**Vice-Presidente: ROMEU TUMA**  
**(17 titulares e 9 suplentes)**

### PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
DJALMA FALCÃO	AL	2261/2267	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. VAGO		
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

### PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEAO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255			

### PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS WILSON	PE	2451/2457	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

### BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (\*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(\*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**  
**(Representação Brasileira)**

1<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA - 51<sup>a</sup> LEGISLATURA

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

**MESA DIRETORA**

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621.	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSE FOGAÇA	PMDB	RS	'07	311 1207	223 6191
SECRETARIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETARIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

**MEMBROS TITULARES**      **MEMBROS SUPLENTES**

**SENADORES**

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
<b>PMDB</b>									
JOSE FOGAÇA	RS	'07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
<b>PFL</b>									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	@ 04	311 3245	323 6494
<b>PSDB</b>									
ALVARO DIAS	PR	** 08	311 3206	321 0146	ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1248	321 9470
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	Luzia Toledo	ES	*13	311 2022	323 5625
<b>PT/PSB/PDT/PPS</b>									
EMILIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

**LEGENDA:**

* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
** ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
*** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MULLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ ALA SEN. DENARTE MARIZ		

**MEMBROS TITULARES****MEMBROS SUPLENTES****DEPUTADOS**

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
<b>PFL</b>									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATO	PR	541	318 5541	318 2541
<b>PMDB</b>									
CONFUCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
<b>PSDB</b>									
NELSON MARQUEZAM	RS	# 13	318 5963	318 2963	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	SP	225	318 5225	318 2225
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	NARCIO RODRIGUES	MG	431	318 5431	318 2431
<b>PPB</b>									
JULIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANO	SP	756	318 5756	318 2756
<b>PT</b>									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

**LEGENDA:**

- \* Gabinetes localizados no Anexo III
- # Gabinetes localizados no Anexo II

**SECRETARIA DA COMISSÃO:**

ENDERECO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
<a href="http://www.camara.gov.br">http://www.camara.gov.br</a> (botão de Comissões Mistas)
e-mail - <a href="mailto:mercosul@abordo.com.br">mercosul@abordo.com.br</a>
SECRETARIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLAUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÉNIO ARCANJO

# **DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL**

## **PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL**

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

# **DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL**

## **PREÇO DE ASSINATURA ANUAL**

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

**ug = 020002**

**gestão = 02902**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386-2 PAB SEEPEP, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (061) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminado:

**02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas**  
**02000202902002-1 – Assinaturas de Diários**  
**02000202902003-X – Venda de Editais**  
**02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança**  
**02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel**  
**02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)**  
**02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações**

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES**  
**PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900**  
**CGC 00.530.279/0005-49**

**Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.**

**Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.**



**EDIÇÃO DE HOJE: 152 PÁGINAS**